

novos tempo

ARTIGOS E DOCUMENTOS

- * *Depoimentos de Imre Nagy* — A DEGENERESCENCIA DO PODER SOCIALISTA NA HUNGRIA
- * RESOLUÇÃO DO CONGRESSO DOS CONSELHOS OPERÁRIOS DA IUGOSLÁVIA
- * SOBRE O PROBLEMA DA PAUPERIZAÇÃO — *J. Carvalho*

E mais artigos de *Ruy Fausto, Onaldo Freire Diniz, Leôncio Basbaum* e outros.

6

MAIO DE 1958

PREÇO: Cr\$ 20,00

NOVOS TEMPOS

Redação e Administração:

Av. Rio Branco, 185 — Sala 509
RIO DE JANEIRO, DF — BRASIL

*

Diretor: OSVALDO PERALVA

Conselho de Redação:

ARMANDO LOPES DA CUNHA,
BENITO PAPI, ERNESTO LUIZ
MAIA, EROS MARTINS TEIXEIRA,
HORACIO MACEDO, LEONCIO
BASBAUM, ROBERTO MORENA e
WILSON LOPES DOS SANTOS

*

Representantes:

CARLETO FERRER FAVALLI
Rua São Bento, 405 — 16º andar
sala 1625 — São Paulo, S. P.

*

DULPHE PINHEIRO MACHADO
FILHO

Rua Antenor Lemos, 22 — ap. 1
Pôrto Alegre, RGS

*

RAIMUNDO SCHAUN

Rua Padre Vieira — Ed. Santa Cruz,
6º andar — Sala 605
Salvador, Bahia

*

Preço de cada exemplar: Cr\$ 20,00

Assinatura anual:

Para o Brasil: Cr\$ 240,00

Para o Exterior: Cr\$ 500,00

*

NOVOS TEMPOS é uma revista marxista sem vinculação orgânica com qualquer entidade política.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A transcrição de documentos não implica no endosso, por parte da revista, dos conceitos neles emitidos.

Capa de Fernando P.

*

GRÁFICA EDITORA LIVRO S. A.
Rua Tapirapé, 74 - Tel.: 49-4758 - Rio

ÍNDICE

	Pág.
<i>Editorial</i> — PAIS EM DESENVOLVIMENTO	1
<i>Imre Nagy</i> — A DEGENERESCENCIA DO PODER SOCIALISTA NA HUNGRIA	2
<i>J. Carvalho</i> — SOBRE O PROBLEMA DA PAUPERIZAÇÃO	17
<i>Rui Fausto</i> — A BURGUESIA NACIONAL E AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO NO BRASIL ...	26
<i>Documentos Brasileiros</i> — PARTIDO OPERARIO DE SANTOS	30
<i>Documentos Internacionais</i> — RESOLUÇÃO DO CONGRESSO DOS CONSELHOS OPERARIOS DA IUGOSLÁVIA	31
<i>Leôncio Basbaum, Onaldo F. Diniz e G. R. R.</i> — LIVROS DO MÊS	36
<i>J. B., J.S., C. F., O. P., L. B.</i> — REVISTA DAS REVISTAS	42
<i>Ch. T., CIM, O. P.</i> — NOTAS E COMENTARIOS	45
<i>Calvino Filho e Moniz Bandeira</i> — CARTAS ABERTAS	47
<i>Z. C.</i> — CARTA MENSAL — O PENSAMENTO DO COMÉRCIO	48

PAIS EM DESENVOLVIMENTO

Um dos pronunciamentos políticos mais significativos do mês passado, em nosso país — pela autoridade de quem o emitiu, pela franqueza com que o fez e pelas razões em que se escudou — foi o do sr. Oswaldo Aranha, na entrevista de 17/3 ao vespertino carioca "Ultima Hora". Pela primeira vez, nestes últimos anos, um homem público de seu porte colocou a questão das relações brasileiro-soviéticas, aberta e categoricamente, em termos não-comerciais, mas políticos, com uma larga visão de genuíno estadista.

"Não acenei — declarou êle — para o Govêrno do Brasil procurando rever a sua posição internacional em relação ao mundo socialista, com fatos de natureza comercial. Não foi o comércio que me interessou, nem é essa, neste momento a razão predominante do meu pensamento". E adiante, explicando-se "A razão da minha opinião funda-se em política internacional, pura e unicamente na necessidade de o Brasil participar das decisões mundiais e não se excluir, por que somos, de fato, o único país grande no mundo e com possibilidades imensas, reconhecido como uma nação a quem o futuro reserva imensa participação na comunhão mundial, que não mantém relações com todos os povos, particularmente com a Rússia".

Outro ponto notável: vendo o Brasil não de modo estático, mas levando justamente em conta a dinâmica das mutuações em curso, a realidade de seu progresso econômico, acentuou: "O Brasil deve manter relações com todos os povos, sem temor, sem receios, porque não é mais um país desenvolvido, não é uma colônia onde os imperialismos possam reinar e disputar". Em outras palavras, não sendo ainda uma potência industrial, já deixou de ser um país subdesenvolvido; é um país em desenvolvimento.

Haverá números que apóiem essa tese? Sim. Basta tomar ao acaso alguns dados, aliás notórios, sobre setores expressivos. Eletricidade: em 1946, a potência instalada era de 1 milhão e 375 mil Kw; em 1957 — 3 milhões e 960 mil Kw. Aço: 260 mil tons. em 1945; 1 milhão e 420 mil, em 1957. Tratores: presença nos campos brasileiros, em 1945 — menos de 5 mil; em 1957, cerca de 50 mil. Petróleo: extração em 1945, 10 mil tons.; hoje, anualmente, 2 milhões e 500 mil (na base dos cálculos mais recentes 42 mil barris diários). Portanto, neste decênio, o crescimento foi neste ritmo: potência elétrica, 3 vezes mais; aço 7 vezes; uso de tratores, 10 vezes; petróleo, 250 vezes.

Um estudo conjunto do BNDE e da CEPAL (*The Economic Development of Brazil*, edição da UNO, New York, 1956) pôde afirmar, analisando êsse enorme avanço, o seguinte: "De acôrdo com a última estimativa da taxa per capita de crescimento da renda, durante a última década, calcula-se que a taxa média anual de expansão foi de aproximadamente 5 por cento. Isso é mais que o dôbro da taxa histórica de desenvolvimento nos países industrializados. No Brasil, a renda média per capita, que fôra de 162 dólares (a preços de 1952) em 1945, atingiu a 246 dólares em 1954. Se este taxa de crescimento continuasse por mais uma década, o Brasil, com uma renda per capita de aproximadamente 400 dólares e uma população de 71,5 milhões de habitantes, constituiria um mercado comparável, por suas dimensões, ao da Alemanha Ocidental hoje em dia".

Tais números confirmam plenamente, a nosso ver, as duas teses (política e econômica) do sr. Oswaldo Aranha.

A Degenerescência do Poder Socialista na Hungria

Depoimento de IMRE NAGY

O trabalho que adiante estampamos é o resumo de uma Memória de Imre Nagy, dirigida ao Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Húngaros e publicada na íntegra, ou quase na íntegra, em tradução francesa sob o título «Un Communisme que n'Oublie pas l'Homme» (Ed. Plon, Paris, 1957).

Como todo resumo, é parcial. Na forma e no conteúdo. Reflete, na escolha dos tópicos e na ênfase dos assuntos, as preferências e concepções pessoais do compilador. Dificuldades técnicas, das quais a grande extensão do trabalho não é a menor, impedem, como seria de desejar, a publicação completa da obra.

Para guardar o tom da Memória de Nagy conservamos a construção na primeira pessoa, sendo que os trechos assinalados reproduzem, literalmente, o pensamento do dirigente húngaro. A responsabilidade das reduções, transposições e modificações do restante cabe ao compilador. Acreditamos, ter observado a maior fidelidade às idéias de Nagy, o que de maneira alguma pode substituir a leitura do original, um dos documentos mais importantes, vivos e atuais da literatura socialista contemporânea.

Os anos de 1952 e 1953 foram de grandes dificuldades para a Hungria. Os resultados de uma desastrosa política econômica e social, alheia à realidade do país, provocavam profundos descontentamentos nas mais amplas camadas do povo. O controle ditatorial da sociedade impedia fossem tomadas providências para corrigir os erros. As concepções dominantes nos círculos dirigentes do país favoreciam e estimulavam o agravamento dos problemas.

A morte de Stálin marcou o início de uma transformação. As mudanças políticas ocorridas na União Soviética refletiram-se rapidamente nas altas esferas do Partido dos Trabalhadores Húngaros. Em 27 e 28 de junho de 1953, uma reunião ampliada do Comitê Central adotava uma nova linha política modificando, radicalmente, a anterior. O grupo Rakosi (constituído por Rakosi, Geroe, Farkas e Revai) era derrotado e Imre Nagy, até então no ostracismo, eleito para Presidente do Conselho de Ministros pela Assembleia Nacional.

Apesar da derrota, o grupo Rakosi manteve o controle de posições decisivas e conseguiu impedir fossem publicadas as resoluções do Comitê Central. Nagy iria encontrar, até a data de sua demissão, dois anos depois, a mais encarniçada e monstruosa resistência da «quadilha» rakesista à nova política econômica.

A virada de junho de 1953 tinha como principal objetivo corrigir os erros cometidos pelos stalinistas húngaros. Em discurso de 4 de julho de 1953, Nagy criticava severamente os anos anteriores e anunciava seu programa de governo (aprovado pelo Comitê Central): restabelecimento do equilíbrio na economia, tendo em vista que a industrialização pesada não é um fim em si; diminuição dos ritmos de industrialização, colocando-se dentro das possibilidades objetivas do país; liquidação da tendência à formação de autarquia econômica; aumento da produção de bens de consumo; apoio à exploração camponesa individual; diminuição do ritmo de formação de cooperativas camponesas; melhoria no nível de vida das massas trabalhadoras; tolerância religiosa; amparo e proteção aos intelectuais; respeito à legalidade constitucional.

O violento combate do grupo Rakosi contra a política de Nagy não conseguiu impedir que ela tivesse vários êxitos. O nível de vida das massas subiu, a tensão interna decresceu, a anistia política foi decretada, iniciaram-se os entendimentos com a Iugoslávia.

O grupo Rakosi trabalhava nos bastidores apoiado pelos elementos stalinistas da União Soviética. Com a queda de Malenkov (8 de fevereiro de 1955), ganhou novo alento e novas forças, conseguindo fazer com

que o Comitê Central do P.T.H. condenasse a política de Nagy como «desvio de direita». Pouco depois, Nagy era demitido de todas as funções públicas sem ter o menor direito de defesa.

Os métodos do passado voltaram a ser utilizados. A tensão interna atingiu níveis insuportáveis com os métodos brutais de repressão. Em maio era assinado o Tratado de Varsóvia. Em setembro eram rompidas as negociações húngaro-iugoslavas. Uma crise catastrófica amadurecia com rapidez. Os stalinistas aferrados ao dogma e ao poder permaneciam cegos à sua gestação.

Foi nessa época, antes do XX Congresso, quando não tinha o direito de falar ao seu povo e aos seus companheiros, que Nagy escreveu esta terrível Memória denunciando alguns dos muitos erros do stalinismo. Arriscando sua vida e seu destino, o velho combatente comunista, com uma coragem admirável, lançava as mais duras condenações à clique que dominava a Hungria e punha em perigo o futuro do socialismo.

Nagy decidira-se a falar. Falava para o seu Partido, o partido dos comunistas húngaros. Falava para os seus companheiros, os comunistas oprimidos, desonrados, enganados e aterrorizados. Falava para o seu povo de nobres e belas tradições, afirmando-lhe que não, que

aquilo não era o socialismo, que os homens de Rakosi não mereciam o nome de comunistas.

Com uma perspicácia política aguda, Nagy previu a revolta das massas. Apontou as conseqüências dos delírios esquerdistas do grupo Rakosi. Condenou, em nome do socialismo, a política de terror policial. Condenou, em nome do internacionalismo e da paz, a política de blocos. Sem romper com muitos dos tabus do stalinismo, Nagy apontava, porém, um caminho viável para o socialismo em uma Hungria livre, soberana, independente e feliz.

Sua voz não chegou ao povo. Não chegou nem mesmo ao Partido. Quando pôde falar novamente às massas trabalhadoras, no dia 23 de outubro de 1956, era muito tarde.

A insurreição, preparada e alimentada pela criminoso política de Rakosi, tomara o freio nos dentes. Acontecia o que ele previra um ano antes — era necessário recuar muito, caminhar muito para trás para novamente recuperar o controle do Estado.

A brutal intervenção soviética não resolveu nenhum dos problemas, não corrigiu nenhum dos erros apontados por Nagy. Ao contrário. Abafando-os sob a força das armas, acentuou sua gravidade. Até hoje espera uma solução.

Nagy encontra-se preso. Depois de sair da embaixada da Iugoslávia, onde se refugiara, foi traiçoeiramente conduzido para fora do país. Contra ele, o Governo Kadar lança acusações semelhantes às vergonhosas mentiras dos processos pré-fabricados

por Rakosi e seus sustentáculos soviéticos. Talvez, por isso mesmo, algum dia Nagy venha a renegar esta Memória. Não importa. Ela ficará na história do movimento socialista como um dos mais pungentes e humanos documentos escritos por um dirigente comunista. Permanecerá como acusação irresponsável aos desvairados do stalinismo na Hungria. As denúncias de suas páginas contribuirão para impedir a repetição dos crimes e erros da tenebrosa experiência stalinista. E por esse serviço prestado à classe operária, o nome de Nagy merecerá sempre o respeito dos homens que desejam o futuro feliz do socialismo e da liberdade em todo o mundo.

H. Macedo

A razão deste documento

Este estudo foi escrito antes do XX Congresso. Já estava pronto em setembro de 1955 e destinava-se a responder, no plano dos princípios, às acusações que me haviam sido feitas na época de minha exclusão do partido dos Trabalhadores Húngaros.

Depois do XX Congresso, senti confirmada a justiça de minhas concepções. Senti-me obrigado a tomar a palavra diante do Partido para que ele as discutisse. Até agora calei-me. Chegou o momento, porém em que é meu dever falar para lutar contra as mentiras, calúnias e ultrajes que continuam a ser utilizadas por «dirigentes» do Partido.

A imprensa húngara e o Partido não me dão nenhuma oportunidade de discutir publicamente estas questões. Por meio deste documento procuro atingir o Comitê Central e iniciar uma discussão sobre as diferenças ideológicas, políticas e pessoais que se manifestaram na direção do Partido depois de junho de 1953. Essas diferenças só vieram à público de maneira unilateral, sob a forma de acusações pessoais dirigidas contra mim. Parece-me necessário esclarecer esse conflito ideológico, pois se trata de lutar pela salvaguarda dos princípios do marxismo-leninismo. Em última análise está em jogo a existência do poder popular na Hungria.

Essas questões não podem ser resolvidas na base de resoluções apoiadas em acusações unilaterais. É indispensável que sobre elas haja uma troca de idéias e opiniões diante do maior número possível de membros do Partido. Este é o único método marxista de resolvê-las.

Certa feita Matyas Rakosi afirmou, perante os comunistas do departamento Somogy, que não existiam diferenças entre os militantes. «Quem comete um erro deve responder por ele diante do Partido, qualquer que seja sua posição... Não existe questão que não possamos submeter ao julgamento do povo trabalhador.» É justamente por isso que exijo o direito de apontar os erros de Matyas Rakosi perante o Partido, assim como Matyas Rakosi apontou os meus.

Em Memória que apresentei diante do Comitê Central, em março de 1955, afirmei que o Partido não podia limitar-se a lutar apenas contra os desvios de

esquerda ou exclusivamente contra os desvios de direita. Creio que o Partido deve lutar ao mesmo tempo nas duas frentes e não se esquecer que os dois desvios são possíveis, ao mesmo tempo, nos domínios mais diversos. Atualmente, porém, o que se faz é retornar à política anterior a junho de 1953 e rever toda a política adotada nesta data. Isto é uma catástrofe tanto para o Partido como para todo o país. A conseqüência mais grave será a ruptura do Partido com as massas. Tal ruptura poderá ter conseqüências imprevisíveis não só na situação interna como na situação internacional.

Por tudo isso, acentuei em um projeto de resolução de junho de 1955 a necessidade de aplicação dos ensinamentos do marxismo-leninismo à situação concreta da Hungria para a formação de uma linha política justa. Nesta seriam considerados pontos básicos a industrialização socialista, o primado da indústria pesada de meios de produção e a transformação socialista da agricultura. Na política econômica seriam pontos essenciais o aumento da produtividade e a baixa dos preços de custo, o que, erradamente, não se levou até agora em consideração. Acentuava, então, que não adotamos a linha de junho de 1953, forçados pelos acontecimentos mas que essa era a política compatível com o marxismo-leninismo. É conveniente reexaminar esta questão, pois a política de junho de 1953 está-se tornando sinônimo de desvio de direita para os membros do Partido, o que significará, inevitavelmente, um retôrno à errônea política anterior.

Estou profundamente convencido que os erros graves cometidos na política de nosso Partido antes da resolução de junho de 1953 são devidos a pontos de vista sectários, antimarxistas e espantosamente esquerdistas. São pontos de vista com profundas raízes históricas em nosso Partido e que engendram, inevitavelmente, erros de direita. Ao mesmo tempo que lutamos contra estes últimos, não devemos deixar de combater o sectarismo e o esquerdismo tão profundamente enraizado em nosso Partido. No momento atual eles se manifestam com virulência extrema e são os responsáveis ao lado de erros cometidos posteriormente, pelas dificuldades atuais de nossa vida econômica, política e social.

Continuo de acordo com os princípios fundamentais das resoluções tomadas em maio de 1955 reconhecendo a justeza das resoluções de junho de 1953: elevação do nível de vida do povo trabalhador, satisfação crescente de suas necessidades sociais e culturais na base da reprodução socialista ampliada e do aumento da produtividade; desenvolvimento da indústria pesada e da indústria socialista e da agricultura; transformação socialista da agricultura, desenvolvimento do cooperativismo na base de adesão voluntária e apoio às explorações individuais dos camponeses. Creio, porém, que foi um erro não apontar, concretamente, quais os desvios oportunistas cometidos na aplicação da linha de junho de 1953. O melhor meio para isso seria a publicação, na imprensa do Partido, dessas resoluções. Cada um poderia assim julgar, por si mesmo, quais os desvios e deformações verificados em sua aplicação. Este seria o meio mais direto e mais de acordo com o espírito do Partido para esclarecer a questão em lugar de formular acusações sem nenhuma justificação.

Seria interessante, também, fazer um balanço da falência política e econômica que os extremistas de esquerda nos legaram. Durante dois anos o povo trabalhador da Hungria teve que reparar os desgastes provocados no país pela direção do Partido e do Estado que tinha à sua frente Matyas Rakosi. Os prejuízos materiais desses anos podem ser calculados em milhões de florins. Mas poderemos, por acaso, exprimir os prejuízos políticos, culturais e morais também em milhões de florins? Se em lugar de consagrar nossos recursos materiais, políticos e morais à reparação dos prejuízos causados pela «quadriga», tivéssemos consagrado estes recursos à edificação do socialismo, a Hungria seria hoje um país feliz, conhecendo a prosperidade e a abundância.

Os elementos esquerdistas fizeram, em nome do marxismo-leninismo, promessas que não puderam cumprir e contribuíram para o desprestígio dessa doutrina. Prometeram elevar o nível de vida dos trabalhadores em 50% durante o Primeiro Plano Quinquenal. Na verdade, enquanto a produção industrial passava do índice 150 a 300 (1938 = 100), entre 1950 e 1954, o nível de vida dos trabalhadores baixou regularmente até 1953. Só com a nova política inaugurada neste ano o nível de vida se elevou de 15%. Enquanto os operários dobravam a produção industrial em relação a 1949, aumentavam a produtividade de 63% e diminuíam o preço de custo, os salários reais permaneciam no mesmo nível de 1949. Os esquerdistas prometeram aumento da produção agrícola, mas ela diminuiu, assim, como diminuíram os rebanhos. A superfície das terras em reserva atingia, em 1953, a mais de um milhão de «holds» (570.000 ha), ou sejam, mais de 10% das terras aráveis. Prometeram os esquerdistas abundância de mercadorias. Conseguiram, ao contrário, uma escassez sem precedentes desde a Libertação da Hungria.

Hoje os esquerdistas fazem as mesmas promessas. Elas não serão cumpridas, pois os que as fazem não levam em conta os fatos objetivos nem as leis que regem a vida econômica e social. Ora, não devemos fazer promessas que não podemos cumprir... Se os comunistas começam a ser considerados fanfarrões, não mais têm direito ao respeito. Atualmente estamos, pois, diante de um perigo real que ameaça sacudir em suas bases o poder político da classe operária, a aliança operária e camponesa, e fazer o sólo tremer sob os pés dos comunistas. Nem todos os erros e nem todos os crimes podem ser expiados pela autocrítica... Precisamos de uma crítica de massas que possa consolidar o poder popular.

Com a política da coletivização forçada, os esquerdistas fizeram recuar a agricultura, deixando a produção agrícola em um nível equivalente ao de antes da guerra. Com isso os esquerdistas afetaram gravemente

a aliança operário-camponesa, sem a qual é impossível aos operários conservar o poder. As acusações contra os pretensos desvios de direita centralizam-se, justamente, na questão do poder político. Mas são, precisamente, os abusos dos esquerdistas que colocam em perigo o poder político dos operários. O pseudo-radicalismo dos esquerdistas e seu divórcio das massas colocam em perigo o poder proletário... Na crise política profunda que atravessam as massas trabalhadoras, os enraivecidos esquerdistas, por suas idéias fixas, arriscam a própria existência do poder proletário.

De 1949 a 1952 os esquerdistas cometeram grandes erros, seguindo uma linha política falsa. A necessidade de uma revisão da linha foi cabalmente demonstrada pela virada de junho de 1953, a qual, no entanto, foi insuficiente para fazê-los abandonarem as concepções antimarxistas e antileninistas.

Tentam os esquerdistas esconder seus próprios desvios, invocando, hipocritamente, a autoridade do marxismo, fugindo ao debate e, como argumento, arrolhando a bôca de seus adversários ideológicos. Será esse o meio de discutir diferenças e divergências? Creio que há apenas um meio de esclarecer as questões: é o de chegar à eliminação das divergências e dos conflitos por meio de uma troca de idéias, por meio da discussão teórica.

Foi por isso que escrevi este trabalho. Para provar, por meio de argumentos teóricos e práticos, a justeza de minhas convicções. Para refutar as acusações desprovidas de fundamentos, teóricos e políticos, que contra mim foram feitas. Não seguirei nessa refutação o caminho das acusações que não se apoiaram em nenhum argumento, em nenhuma demonstração, em nenhum fato.

Podem provar-me, partindo dos ensinamentos e métodos do marxismo-leninismo, que estou errado. Estou pronto a aceitar a responsabilidade pelos erros que realmente cometi. Apenas uma coisa não aceitarei jamais: a renegação conformista de minhas convicções.

ALGUMAS QUESTÕES ATUAIS SOBRE A APLICAÇÃO DO MARXISMO-LENINISMO

O marxismo-leninismo deve levar em conta as atuais modificações que se realizam nos domínios das ciências físicas e as modificações que se manifestam nas relações econômicas. Não pode esclerosar-se no quadro das descobertas científicas e dos resultados obtidos até aqui, no quadro do ensinamento magistral dos grandes clássicos.

O marxismo não pode marcar passo. Inevitavelmente as novas descobertas influem em seu desenvolvimento e várias de suas teses e conclusões são substituídas por outras. O mais importante objetivo coletivo dos partidos comunistas e operários é o de desenvolver as teses científicas do marxismo-leninismo, partindo dos dados gerais da doutrina dos grandes clássicos e aplicando-os a uma situação social e econômica sempre em movimento.

Atualmente o marxismo-leninismo tropeça com dois obstáculos cada vez mais difíceis de superar para seu desenvolvimento:

a) o dogmatismo, a «exegese talmúdica», a adoção rígida de certas teses antigas e envelhecidas e sua aplicação mecânica.

b) o controle que Stálin estabeleceu em seu proveito, graças ao culto à personalidade, no terreno dos comentários do marxismo e do leninismo. Esta usurpação conduziu a outra forma de dogmatismo, paralizou toda pesquisa teórica original, determinou o desprezo pelas particularidades dos diferentes países e a aplicação escolástica de certas teses já superadas.

O dogmatismo rígido e o monopólio stalinista do marxismo-leninismo determinaram importantes erros teóricos que tiveram graves repercussões nas concepções sobre a evolução social, sobre a competição entre os dois sistemas (socialista e capitalista) e sobre o futuro do socialismo. Segundo algumas dessas concepções, as teses do socialismo científico só são aplicadas corretamente quando os caminhos, as formas e os métodos praticados na U.R.S.S. são adotados.

É evidente que a existência da União Soviética, seu desenvolvimento e fortalecimento têm uma importância histórica para o futuro do socialismo. É evidente que a experiência do Partido Comunista da União Soviética é mais rica que a de outros partidos, é uma experiência pioneira na aplicação do marxismo-leninismo. Tudo isto, porém, não justifica a opinião errônea de que a aplicação do marxismo-leninismo à situação soviética fundamenta uma lei de valor geral, independente das particularidades soviéticas. Proclamar a existência de uma lei desse gênero, única justa e obrigatória, atribuir-lhe validade universal é criar graves dificuldades ao desenvolvimento do socialismo no mundo inteiro.

O método, adotado depois da morte de Lênin, de «resolver» os conflitos ideológicos por decisões autoritárias e pela força em lugar da discussão científica, determinou graves prejuízos na preparação ideológica dos partidos comunistas e operários. Os processos adotados no Partido da Hungria são provas eloquentes desses defeitos.

A adoção rígida e escolástica do marxismo-leninismo levou à divisão do mundo em dois campos, entre os quais as contradições cresceriam constantemente. Com essa tese rejeitava-se a necessidade de um período transitório entre o capitalismo e o socialismo o que é um dos elementos básicos para a construção do socialismo. Rejeitava-se a existência de formas diversas desta transição. Rejeitava-se a teoria do desenvolvimento desigual e a existência de particularidades nos países diferentemente colocados nas etapas de desenvolvimento social, político, econômico e cultural. No fundo, negava-se o amadurecimento das condições do socialismo no regime capitalista, negava-se a existência de elementos do socialismo no mundo capitalista. Por exemplo: As modificações econômicas, políticas e sociais que se realizam nos antigos países coloniais e dependentes assumem formas particulares que não são as mesmas do capitalismo.

São falsas, por outro lado, as teses que não levam em conta a possibilidade de um desenvolvimento pacífico dos dois sistemas coexistentes. Elas rejeitam, a priori, a possibilidade de o socialismo vencer o capitalismo sem o emprego da violência e encaram a coexistência como um estado transitório entre duas guerras. Os marxistas não têm o direito de optar, previamente, pelo caminho da violência e abandonar o da evolução pacífica. Atualmente a via pacífica é a mais vantajosa, a mais indicada, a que exige menos sacrifícios e menos dores, é a forma mais humana de conseguir que a sociedade socialista do futuro englobe vitoriosamente toda humanidade.

A única forma de regime particular para o período de transição entre o capitalismo e o socialismo, reconhecida pelos comentadores dogmáticos do marxismo-leninismo, é a Democracia Popular. Todas as democracias populares, porém, são postas no mesmo saco, sem levar em conta as diferenças entre o socialismo na União Soviética, na China, na Iugoslávia, Hungria, etc.

Conseqüência dessa interpretação e da cópia estereotipada da experiência soviética, o regime de democracia popular perde, em cada país onde é adotado, seu caráter democrático e popular, o que conduz a uma grave contradição entre forma e conteúdo da Democracia Popular.

Dentro dessas concepções antimarxistas e antileninistas, a democracia popular seria, também, uma forma da ditadura do proletariado, permitindo passar das formas pacíficas desta ditadura às formas violentas. A evolução da sociedade socialista, porém, não segue este caminho. Ela se desenvolve no sentido da supressão dos antagonismos de interesses, da diminuição progressiva dos métodos de força, da adoção crescente dos métodos e formas democráticos no interesse da colaboração cada vez mais estreita das classes trabalhadoras. A obscuridade teórica que existe nesse terreno determina viradas bruscas na política dos partidos comunistas e operários — do Partido Húngaro, especialmente — e a caracterização dos métodos e formas democráticos da Democracia Popular como manifestações de desvios de direita, antipartidários e antipopulares.

A cópia estereotipada da experiência soviética determina grandes obstáculos à passagem ao socialismo nos países capitalistas ocidentais e à luta dos partidos comunistas e operários destes países. Na Hungria, cuja situação se aproximava da dos países capitalistas ocidentais, nossa política deveria ser tal que demonstrasse às massas dos países capitalistas as vantagens do socialismo e o apresentasse como desejável a essas massas. Para os partidos comunistas dos países ocidentais, as formas de passagem ao socialismo assumem especial importância e por isso acompanham com interesse nossa política. Podemos dizer, porém, que pouco nos preocupamos com isso. Desprezamos, com nossos métodos e resultados, a expansão do socialismo na Europa...

Os erros cometidos durante a construção do socialismo, os grandes sacrifícios feitos pela sociedade e em primeiro lugar pela classe operária, os obstáculos e as dificuldades que não cessam de surgir, a incerteza e as viradas bruscas e rápidas são outras provas da aplicação defeituosa do marxismo-leninismo. Não foram levadas em conta, na Hungria, as diferenças essenciais entre a situação na União Soviética, de 1917 a 1927, e a situação de 1945-1955. Em vez de adotar um ritmo de crescimento mais lento, adotamos, como na União Soviética, a marcha batida. Ora, a União Soviética havia adotado tal ritmo diante de condições históricas peculiares. Nós poderíamos ter aproveitado novas condições (existência da U.R.S.S., cooperação e ajuda mútua das democracias populares, etc.) para adotar um ritmo mais razoável. Em nossa escolha houve um erro histórico que terá repercussões para o futuro do socialismo.

A razão essencial dos graves erros cometidos nas questões fundamentais do socialismo é a carência de conhecimentos marxistas. É isso o que explica a pobreza do trabalho teórico, insuficiente e primário e o caráter anticientífico, imprevidente, incerto e desordenado da política... É ainda a insuficiência de conhecimento ideológico que explica por que toda tese e toda concepção afastando-se, mesmo que um pouco, das teses e concepções aceitas, seja classificada como desvio antipartido, antimarxista e antileninista. É essencialmente devido a tais concepções anticientíficas e limitadas, estranhas ao espírito do marxismo-leninismo, que se tenta denunciar, no plano dos princípios, o que se chama «desvio de direita».

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA DOS DOIS SISTEMAS

A rigidez ideológica, a interpretação dogmática, mecânica e autoritária do marxismo, os métodos não conformes ao espírito do Partido correntemente empregados durante o tempo de Stálin, tiveram papel destacado na ofensiva dirigida contra a Iugoslávia e que atingiu gravemente o princípio do internacionalismo proletário. Das declarações recentes de dirigentes soviéticos é possível concluir que o conflito foi obra de inimigos da paz e da classe operária e só favoreceu às forças agressivas da reação imperialista. Dessas declarações é possível concluir, também, que apesar das dificuldades determinadas pelo rompimento, a Iugoslávia guardou integralmente sua independência nacional frente ao campo imperialista; que a Iugoslávia é um país onde se constrói o socialismo e onde a classe operária e o campesinato exercem o poder do Estado; que na Iugoslávia se verifica na prática o princípio da existência de caminhos diferentes para a construção do socialismo, de acordo com as particularidades históricas e nacionais.

A declaração conjunta de Belgrado, do Partido Comunista da U.R.S.S. e da Liga dos Comunistas Iugoslavos favorece a correção destes erros, quando afirma que as questões referentes às instituições internas, ao regime social e às formas concretas da evolução para o socialismo são questões da alçada exclusiva de cada país em causa. Com isso se liquida o monopólio do marxismo, e o dogmatismo é derrotado no interesse da evolução vitoriosa do socialismo no mundo. O «tutismo», antes considerado desvio, passa a ser encarado como aplicação criadora do marxismo-leninismo. As acusações feitas contra o «socialismo iugoslavo» (como agora as acusações que me fazem de «socialismo húngaro») partem da concepção de que as formas do socialismo soviético são as únicas compatíveis com o socialismo científico. Os partidários dessa concepção não toleram a menor discussão e empreendem sistemática e grosseira campanha contra todos os que se afastam do dogma imutável e lutam contra o emprêgo mecânico das formas soviéticas de edificação socialista. A luz da declaração de Belgrado o «socialismo húngaro» (pejorativamente denunciado como desvio) nada mais é que a aplicação do marxismo-leninismo às condições da Hungria.

O desenvolvimento científico do marxismo-leninismo exige saibamos elaborar novas teses na base das experiências conseguidas durante o trabalho teórico e prático. Renunciar a esta tarefa, transferi-la para outros partidos, colocar sob tutela alguns partidos comunistas ou simplesmente aceitar tal tutela é um sério perigo para o futuro do socialismo.

O conflito no seio do Cominform foi a provocação mais monumental e de conseqüências mais graves que já houve na história do movimento operário internacional. A luta fratricida foi sustentada por todos os meios. Utilizou a calúnia mais grosseira, a mentira, a ameaça, a pressão política, o bloqueio econômico, a intimidação militar. Durante sete anos paralizou os esforços do movimento operário internacional e levou água para o moinho do imperialismo. Nesta provocação internacional, o Partido Húngaro teve um papel destacado, foi sua ponta de lança. Os fatos dessas provocações ninguém pode contestar: o processo pré-fabricado de Rajk, baseado em mentiras hoje perfeitamente reconhecidas, as execuções, as prisões em massa, as perseguições, os discursos delirantes de Matyas Rakosi, de Mihaly Farkas, de Ernö Geroe, de Jozsef Revai, a campanha de imprensa, a pressão econômica e política e outras ações contra a Iugoslávia.

A responsabilidade dos dirigentes do Partido Húngaro na ocasião, com Matyas Rakosi à frente, é pesada.

Cabe ao Partido eliminar totalmente os vestígios da luta fratricida, apontando as responsabilidades de cada um e criando as condições para um desenvolvimento da amizade húngaro-iugoslava. Política e economicamente os dois países podem e devem ter as melhores e mais sólidas relações. A experiência de sete anos mostrou melhores e mais sólidas relações. A experiência de sete anos mostrou a extensão dos prejuízos que foram causados à Iugoslávia e à própria Hungria pelos desentendimentos. A base para as relações de amizade deve-se fundar no respeito mútuo dos princípios que determinaram a declaração de Belgrado. O dever do Partido Húngaro é o de procurar, francamente e sem demora, estabelecer essas relações. Não é isso, porém, o que está sendo feito.

Em Belgrado já se demonstrou, amplamente, o caráter protelatório e nocivo da atividade de alguns dirigentes do Partido Húngaro. O Comitê Central não pode tolerar que a responsabilidade da situação desastrosa das relações húngaro-iugoslavas seja jogada sobre Gabor Peter (antigo chefe da polícia política, preso e condenado) e seu bando, desculpando-se os dirigentes Rakosi, Geroe, Faryas e Revai, que teriam sido «iludidos» por Peter. É isso uma mentira.

O Partido não pode permitir seja ferida aquela recomendação de Marx à Primeira Internacional: «Devemos esforçar-nos para que as leis da moral e da simples verdade destinadas a reger as relações privadas entre os homens se tornem também as leis supremas das relações entre as nações». É necessário por isso, que o Partido discuta com urgência o problema das relações com a Iugoslávia e tome as providências necessárias para liquidar, definitivamente, os erros cometidos no passado.

OS CINCO PRINCÍPIOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NOSSA POLÍTICA EXTERIOR

Nos dois últimos anos surgiu na política internacional um fator de importância extraordinária — os cinco princípios formulados pela primeira vez em Bandung. Os cinco principais já fizeram a volta ao mundo, sendo repetidamente invocados (Declaração de Belgrado, Conferência de Genebra, viagens de Khrushchiov e Bulgânin, Assembléia da O.N.U., visita de Tito à África), não tendo sido sua justeza jamais posta em dúvida. Todas as declarações intergovernamentais preconizam a resolução dos problemas entre os Estados na base dos princípios da independência nacional, da soberania, da igualdade de direitos, da inviolabilidade territorial e da não ingerência nos assuntos internos.

Os cinco princípios de Bandung têm um alcance muito profundo, pois tocam realmente nos aspectos fundamentais da existência das nações, da evolução social e da liberdade humana. Sua negação acarretaria a ruína de povos inteiros e a destruição de civilizações.

Podem parecer que a conquista da independência nacional seja uma tarefa do passado, específica do período do desenvolvimento burguês. O desenvolvimento dos últimos dez anos mostra, porém, sem sombra de dúvida, que a conquista da independência, da soberania, da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos são fatores importantes e indispensáveis no período de transição do capitalismo ao socialismo.

Os cinco princípios de Bandung não nasceram do conflito entre o capitalismo e o socialismo; não são o reflexo deste conflito. Ao contrário, constituem um fator independente dos regimes sociais e políticos. Não é possível interpretá-los de maneira unilateral, afirmando que só devem ser observados quando se trata das ações imperialistas das grandes potências capitalistas e que são caducos e inúteis nas relações entre países socialistas.

É falso pensar que os cinco princípios enfraqueceriam as relações entre os países socialistas e seriam contraditórios com o internacionalismo proletário. Ao contrário, sua observância pode solidificar a solidariedade e cooperação entre os países socialistas e colocar as relações internacionais entre estes países em bases que correspondam, inteiramente, às exigências da evolução social para o socialismo. Enquanto existirem nações — e nesse sentido ainda temos diante de nós uma longa evolução histórica — os cinco princípios serão fatores importantes para o desenvolvimento do sistema socialista. Nenhuma nação abdicará de sua liberdade, nem aceitará a renúncia «voluntariamente» aos cinco princípios.

A história das nações conheceu e ainda conhecerá tempos difíceis, quando os detentores do poder traírem a causa da independência nacional. Na história da Hungria existem vários exemplos dessas traições das classes dirigentes. Mas a história mostra, também, que a traição nacional termina não com a queda das nações, mas com a queda dos traidores. Depois, o ideal de independência e liberdade levanta-se mais alto que nunca no coração das massas.

Na Hungria antiga os cinco princípios nunca puderam ser aplicados. Agora a classe operária pode realizá-los plenamente. Não pode haver conflito entre a classe operária e a causa da independência identificada com a causa da soberania, da liberdade e da igualdade.

Será possível, porém, conciliar as tarefas do socialismo e do internacionalismo proletário com as tarefas da independência nacional? devemos responder a essa pergunta com um sim categórico. A observância dos cinco princípios de Bandung leva a uma aproximação entre as nações em lugar de afastá-las e abre a cada país a possibilidade de escolha de um caminho específico e próprio para sua evolução para o socialismo. Os cinco princípios levam em conta a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo (que acarreta logicamente um desenvolvimento desigual do socialismo) e negam a concepção antimarxista e de graves consequências, segundo a qual o modo de desenvolvimento da U.R.S.S. tem a força de um dogma, é um tabu, válido e obrigatório em toda parte.

Admitidos os princípios, é necessário cuidar de sua aplicação. Se bem haja nuances e diferenças para cada caso particular, as noções expressas pelos cinco princípios são independentes do regime social dos países em causa. Independência nacional, soberania, igualdade de direitos e não-ingerência significam a mesma coisa em todos os países, em relação a qualquer país, capitalista, socialista, de democracia popular ou de outro tipo de regime. É incontestável que a observância dos princípios deve ser reclamada com mais energia em relação às grandes nações capitalistas. Mas daí não se pode concluir sejam eles inúteis quando se trata de países socialistas. Muito ao contrário. Nesse caso é mais fácil sua observância, pois oferece maiores perspectivas. A questão decisiva é a de saber quem respeita e quem não respeita esses princípios fundamentais.

Para a direção do Partido dos Trabalhadores Húngaros, a declaração de Belgrado, inspirada nos cinco princípios, nada mais é que uma declaração de compromisso, transitória, uma concessão feita pelo Partido Comunista da U.R.S.S. para retirar a Iugoslávia da influência imperialista. Nada mais falso. A declaração de Belgrado é uma necessidade histórica, pois leva à liquidação do monopólio ideológico stalinista, dos dogmas e clichês antimarxistas, segundo os quais o exemplo soviético é universalmente válido e obrigatório.

As relações de amizade da Hungria com a União Soviética têm imensa importância e correspondem a uma necessidade. Grandes possibilidades existem para o desenvolvimento dessas relações que devem, porém,

basear-se, dum lado e doutro, nos cinco princípios. Na época de Stálin, os cinco princípios não foram aplicados integral e conseqüentemente nas relações húngaro-soviéticas. Seria um erro fatal não levar em conta esse problema, fingir que tudo anda da melhor maneira possível ou afirmar que ele é o resultado de maquinações reacionárias. Colocar a questão desta maneira é demonstrar irresponsabilidade e espírito de compromisso e equivale a uma traição aos interesses nacionais.

Atualmente os dirigentes esquerdistas, sectários e antimarxistas do Partido na Hungria são incapazes de observar os cinco princípios nas relações com os partidos irmãos e com os países amigos. Contra eles se colocam as grandes massas do país e a maioria dos membros do Partido Sem apoio de massa, tornam-se adeptos do monopólio stalinista, que desejam restaurar. Aceitam de boa vontade um papel subalterno humilhante e insistem mesmo em conservá-lo. É este seu único apoio no poder. Aplicando servilmente os dogmas, afastam-se cada vez mais da realidade húngara. Não compreendem que o povo não pode ser livre quando a nação não é independente. Não pode ser livre quando a nação não dispõe, inteiramente, de seus direitos soberanos, quando uma intervenção estrangeira se manifesta nos negócios interiores. Da mesma forma uma nação não pode ser independente e soberana quando o povo não goza, inteiramente, de suas liberdades. A independência nacional e a liberdade popular devem-se desenvolver em conjunto numa sociedade socialista.

Não é apenas para defender suas tradições nacionais ou os grandes ideais que um povo luta por sua independência. É para defender, também, sua prosperidade e bem-estar, pois um país sem independência e submisso torna-se pobre e atrasado. Os dois fatores estão indissolúvelmente ligados.

A política de blocos está em contradição com os cinco princípios, com a independência e a soberania nacionais, com a coexistência pacífica. Cedo ou tarde ela leva a um conflito armado. Para a Hungria é uma questão de vida ou morte sua posição frente aos outros Estados e deve evitar participar ativamente da política de blocos. Aos países socialistas o que interessa é a liquidação desta política e a aplicação conseqüente dos princípios fundamentais da cooperação dos países do campo socialista. A realização prática desta política envolve problemas difíceis. O método mais eficaz parece ser o da cooperação dos países democráticos progressistas e socialistas ou semelhantes, com outros países regidos por sistemas diferentes mas aceitando os cinco princípios. A situação geográfica da Hungria favorece, particularmente, a adoção deste método. Devemos seguir, em matéria de política exterior, uma política de coexistência ativa correspondente às aspirações nacionais e capaz de criar as condições do progresso do socialismo e de contribuir para a coexistência pacífica e para a competição econômica dos dois sistemas.

É um sinal encorajador a adoção, pela U.R.S.S., dos princípios leninistas da coexistência entre as nações e o afastamento dos dogmas stalinistas que se opunham à cooperação internacional. Muitos obstáculos ainda se opõem à derrubada prática do isolamento, o que é explicável, principalmente, por uma falta de confiança nas forças do socialismo. Na Hungria devemos esforçarmo-nos para harmonizar as obrigações internacionais decorrentes de nossa posição socialista com as obrigações decorrentes de nossa aceitação da Carta da O.N.U. Uma não podem contradizer as outras. Para isso é necessário a liquidação, no campo socialista, da pesada herança da época estalinista, a liquidação dos vestígios de subordinação e de dependência.

Os erros de apreciação da situação política internacional real levaram a terríveis desequilíbrios entre a política interna e a política externa. Daí a planificação errada dos ritmos e proporções na construção do socialismo, as hesitações, a incerteza, as viradas bruscas. Os acontecimentos de junho de 1953 na Alemanha, Tchecoslováquia e Hungria, mostraram a profundidade da crise. As modificações políticas deste mesmo ano na União Soviética criaram um denominador comum entre a situação internacional objetiva e a política externa e interna dos países socialistas. No outono e inverno de 1954-1955 a situação modificou-se e novamente prevaleceram orientações errôneas na política externa dos países socialistas e acentuaram-se os aspectos ditatoriais na política interna.

A política de Rakosi é uma política perigosa baseada na especulação sobre a ameaça de guerra e nos métodos de violência da ditadura do proletariado. A Hungria é hoje o elo mais fraco da corrente dos países socialistas. É um fator de incerteza que desagrada o campo socialista, pois em plena distensão internacional a tensão interna do país não cessa de crescer... A política húngara atual é um sério obstáculo à aproximação Leste-Oeste. É um obstáculo, sobretudo, à aproximação de socialistas e comunistas. De maneira geral, a Hungria serve de espantalho, no Ocidente, aos movimentos operários social-democratas e às correntes progressistas.

A causa essencial da tensão política da Hungria está na pequena camada de dirigentes estranhos ao povo húngaro e que se opõe aos ideais de independência nacional, de soberania e de igualdade de direitos, que se opõe ao sentimento nacional e às nossas tradições progressistas. Sem uma modificação radical da política atual e dos atuais dirigentes, o país, e com ele a causa do socialismo, serão conduzidos a um abismo. Será falso pretender que tais modificações favorecerão à contra-revolução. Nada parece favorecer mais aos desejos do imperialismo internacional que a direção atual de nosso país e a política adotada, que joga o povo nos braços da reação. As modificações a fazer transformariam a Hungria em um sólido apoio do socialismo, derrubando as barreiras existentes entre o povo húngaro e a comunidade dos outros povos, aumentando as ligações e a cooperação para um trabalho pacífico.

ALGUMAS QUESTÕES ÉTICAS E MORAIS DA VIDA PÚBLICA DA HUNGRIA

A contradição que existe, depois da liquidação da política de junho de 1953, entre as palavras e os atos dirigentes da Hungria, causa grandes desilusões no povo e provoca um decréscimo nas esperanças de uma vida futura melhor, mais feliz, pacífica. Os pesados sacrifícios que recaem crescentemente sobre o povo levam-no a duvidar, cada vez mais, do caminho que adotamos. As dúvidas não atingem apenas à pequena-burguesia empedernida ou a intelectuais hesitantes. Chega às massas da classe operária e inclusive aos membros do Partido. Há um perigo imenso de se chegar à condenação do próprio socialismo.

Nasce essa desconfiança da política errônea adotada pela direção do Partido, dos métodos e processos que emprega, inadmissíveis e incompatíveis com o socialismo. Um retorno aos princípios de junho de 1953 parece poder parar, hoje, a crise que amadurece e prevenir uma catástrofe. É duvidoso que amanhã tal retorno seja suficiente para encontrar uma solução... É de se temer que, persistindo-se no caminho atual, as massas percam a confiança, não mais se contentem com o programa de junho e que seja necessário recuar muito mais para trás a fim de manter a situação sob controle.

A degenerescência do poder ameaça o futuro do socialismo e até mesmo as bases democráticas de nosso sistema social. O poder isola-se cada vez mais do povo e opõe-se cada vez mais ao povo. A ditadura do proletariado se transforma em ditadura do Partido, exercida por algumas pessoas, por uma minoria inspirada não pelos ideais do socialismo ou da democracia, mas pelos ideais do que poderíamos classificar de bonapartismo. Seus objetivos não são determinados pelo marxismo mas pela vontade de conservar o poder absoluto a todo preço e por todos os meios.

A degenerescência do poder na Hungria tem raízes profundas. Começou quando, através de processos e acusações mentirosas prefabricadas, a direção de Rakosi atingiu as forças democráticas do povo, isolou os aliados da social-democracia, isolou a classe operária e inaugurou o divórcio entre o povo e o poder. Em lugar de utilizar argumentos para convencer as massas, os métodos coercitivos foram largamente empregados. A A.V.H. (polícia política) tornou-se o órgão supremo do poder e os organismos de repressão passaram a dominar a vida social, econômica, política e cultural. A clique dirigente do Partido colocou-se por cima da vontade dos membros do Partido, dirigindo-o segundo seus desejos. A política seguida deixou de ser de democracia popular para ser uma política bonapartista.

A instalação da ditadura pessoal e dos métodos de violência não foi um fenômeno de geração espontânea. Decorreu da política de Stálin, que favoreceu a liquidação das forças capazes de fazer oposição ao bonapartismo, a exterminação dos quadros dirigentes, o aniquilamento dos aliados democráticos. Para evitar uma catástrofe, adotamos em junho de 1953 uma nova linha. Conseguimos assim libertar poderosas forças morais que mesmo agora, com a volta aos antigos métodos, ainda não foram totalmente sufocadas. A situação presente ameaça ainda mais perigosamente que em 1953 o socialismo. Houve um retorno ao bonapartismo e uma nova e mais séria degradação do poder e da vida do Partido.

Os abusos de poder são piores que os verificados entre 1950 e 1952. O número de prisioneiros políticos é maior que em qualquer época. O de condenados é ainda mais elevado e milhares de pessoas ainda não iniciaram o cumprimento das penas por falta de lugar nas prisões. A maioria desses condenados provém da classe que exerce o poder: são operários da indústria.

A pureza da vida pública é incompatível com a permanência em postos da direção dos organizadores e responsáveis pelos monstruosos processos prefabricados. Eles são responsáveis pela tortura e execução de inocentes, e por provocações internacionais que causaram, entre outras coisas, grandes prejuízos econômicos e a dilapidação de bens públicos.

A pureza da vida pública é incompatível com a dependência material dos cidadãos, que os obriga a abandonar suas convicções. A Democracia Popular tornou-se uma organização muito centralizada, onde toda opinião discordante é abafada e significa a perda do ganha-pão de quem a emite. Não pode haver moral política, quando uma discordância de princípios da política oficial significa a impossibilidade do exercício da profissão. No meu caso privaram-me não somente de minhas funções políticas, como expulsaram-me da Academia de Ciências da Hungria, da minha cadeira na Universidade, o que me tira toda possibilidade de ganhar a vida. É isso uma degeneração abominável de toda moral política. Não é possível falar de Constituição, de ordem e legalidade em um país onde se recorrem a métodos tão infames para resolver os conflitos de opinião. A degenerescência e a corrupção da

vida pública levam à corrupção dos corações, à degradação do caráter... A mentira prolifera; o carreirismo se espalha abolindo toda a honra e toda a honestidade. Uma atmosfera de desconfiança, de suspeita e de vingança pesa sobre os espíritos e o humanismo, que deveria ser o traço característico da vida social, é achincalhado e sua antítese, uma fria desumanidade, reina nas relações públicas.

Na reabilitação das vítimas dos processos prefabricados constata-se ainda a degradação da moral do Partido. Os organismos diretores do Partido agem como se não se devesse atingir aos culpados mas aos inocentes. Ouvindo falarem certos dirigentes «comunistas», tem-se a impressão de que o camarada Laszlo Rajk, executado apesar de sua inocência, é que foi o culpado. Falam como se o camarada Rajk tivesse sido um covarde por confessar as acusações mentirosas. Como se não tivessem sido precisamente estes dirigentes os inventores das acusações mentirosas e dos métodos que levavam os acusados a confessá-las! Por que se continua a desonrar o nome de Rajk? por que se continua a arrastar sua memória na lama? por que se continua a dissimular os verdadeiros culpados, os membros da «quadriga» Rakosi, Geröe Farkas e Revai?

Diz-se que se age assim no interesse da unidade do Partido. Esquecem-se de que o Partido não é uma organização política criminosa cuja unidade deve ser salvaguardada mesmo dissimulando os erros. Que pode ser uma unidade fundada sobre a cumplicidade e a culpabilidade conscientes?

Respondem-nos que se trata de questões políticas e não de questões morais. Essas concepções amorais têm por fim identificar o Partido com uma confraria criminosa e seus interesses aos de uma clique e têm como único resultado permitir que os verdadeiros culpados não sejam desmascarados sob uma pretensa cobertura de defesa da unidade do Partido.

Que moral comunista pode ser essa que acusa Rajk por ter confessado as falsas acusações e me acusa, ao mesmo tempo, por não ter confessado as falsas acusações? Estes são os exemplos mais flagrantes e mais grosseiros da degenerescência da moral comunista. Outros mais perigosos ainda observamos entre os funcionários e a massa dos membros do Partido.

Um grande número de funcionários e membros do Partido é levado a renegar suas convicções pelo temor das perseguições, das represálias e das vinganças. Rompem com sua própria honra de comunistas pelo temor das dificuldades que a perda do emprêgo acarreta.

Outro fenômeno extremamente espalhado é o do carreirismo. Luta-se, agita-se, adula-se para conseguir os favores ou as esmolas da direção. Os carreiristas são adutores e para conseguir as boas graças dos dirigentes não poupam nenhuma curvatura, nenhuma humilhação, nenhuma lisonja. Com a degradação da vida pública o carreirismo prolifera, é uma epidemia. Não é um fenômeno proveniente do caráter de tal ou qual indivíduo. É, antes e sobretudo, um fenômeno social.

A clique de dirigentes do Partido Húngaro aniquilou as virtudes, que outrora, tornavam os comunistas — populares e queridos no seio do povo — a fidelidade ao povo, a defesa de seus verdadeiros interesses, a solidariedade, o verdadeiro patriotismo, o amor ao país natal. Os dirigentes estranhos ao povo húngaro procuraram assimilar o patriotismo ao chauvinismo para o vilipendiar. Mas se o povo húngaro não é chauvinista não é, muito menos, cosmopolita. E é a política estúpida e estranha ao povo que pode levá-lo a posições chauvinistas. O passado do povo húngaro, seus traços mais nobres e profundos, suas virtudes nacionais, são

a garantia de que a nação húngara não precisa de tutores, que ela pode ficar de pé e defender e fazer avançar a causa da liberdade e da independência nacional ao mesmo tempo que a causa do socialismo e do progresso. Somente os dirigentes saídos do povo, ligados ao povo e lutando pelo povo podem trabalhar, juntamente com o povo, para a realização desses objetivos.

IMPORTÂNCIA E PAPEL DA RESOLUÇÃO DE JUNHO DE 1953

Em junho de 1953 a situação interna na Hungria era extremamente grave. Os membros do Presidium do Partido Comunista da U.R.S.S. afirmavam que os erros da direção de Rakosi haviam levado o país à beira de uma catástrofe. A resolução de junho tinha por objetivo evitá-la, aliviando a tensão interna e atenuando as repercussões dos acontecimentos da Alemanha e da Tchecoslováquia. A resolução de junho analisava os erros e apontava sua origem: a política econômica aventureira que constituía um grave atentado às leis objetivas, cientificamente estabelecidas, de edificação do socialismo.

Até hoje não se avaliaram, detalhadamente, os prejuízos causados por tal política. Pode-se estimá-los em 120 bilhões de florins, o que constitui fatos sem precedentes na história do país.

Rakosi não concordou com esta análise da situação, julgando-a muito pessimista e exagerada. Aceitou a resolução de junho como uma solução de compromisso. Não julgando corretas as premissas, não podia concordar, portanto, com as consequências. Quinze dias depois da resolução, Rakosi dava o sinal para o início da resistência do Aparêlho, pronunciando um discurso que era a primeira tentativa para falsificar o sentido da política governamental. As declarações posteriores de Rakosi e seus seguidores revelam o mesmo objetivo: de um lado manter a orientação e os métodos que prevaleciam antes da virada de junho. De outro, introduzir uma cunha entre o governo e o Partido.

A resistência dos elementos esquerdistas às resoluções de junho não chegou ao conhecimento de todos. As organizações do Partido não receberam o texto das resoluções mas somente diretivas gerais onde o sentido ideológico e político da virada estava completamente obscurecido. O Aparêlho do Partido não se preocupou em discutir e estudar as resoluções, em contraste com a pressa com que foi comunicada às organizações do Partido e às massas as resoluções de março e abril de 1955.

Em relação às resoluções de junho de 1953 não foi respeitado o princípio de que o Partido nada tem a esconder das massas. Até hoje a resolução é secreta para o povo e mesmo para os membros do Partido. De todas as resoluções importantes do Partido é a menos citada: a ela se referem sem nunca dar os textos.

IMPORTÂNCIA E PAPEL DAS RESOLUÇÕES DE MARÇO E ABRIL DE 1955

As resoluções de 1955 são explicáveis por duas séries de razões:

a) Em outubro de 1954 o Comitê Central havia adotado resoluções que, se aplicadas, teriam liquidado com as últimas possibilidades de retorno à situação anterior a junho de 1953. Isso forçou os sectários extremistas a agir contra a política de junho.

b) Alguns fatores internos e externos facilitaram o retorno: informações falsas de Rakosi ao Presidium do Partido Comunista da U.R.S.S., apreciação errônea da situação internacional levando a um agravante da tensão.

As resoluções do Comitê Central de março de 1955 afastam-se radicalmente das proposições e princípios discutidos e aceitos pelo Bureau Político do Partido Húngaro e estabelecidas na conferência comum com os membros do Presidium do P C da U R S S . . .

A finalidade política da resolução de março de 1955 era a de abrir aos esquerdistas o retôrno às atividades nefastas interrompidas pela resolução de junho de 1953. Entre as resoluções de março e abril existem grandes diferenças. Na primeira fala-se apenas de deformações na aplicação da política de junho de 1953. Na segunda já aparecem acusações de concepções anti-partido e antimarxistas, apesar de apenas um pequeno intervalo separá-la da primeira. Intervalo no qual não exerci qualquer atividade nem no aparelho do Estado nem no aparelho do Partido.

Já podemos aferir, pelos resultados obtidos, os efeitos das duas resoluções. A situação resultante, à luz dos dados estatísticos, tem um aspecto estupefaciente. A manipulação tendenciosa das estatísticas trimestrais ou semestrais, as frases ócas sobre a coexistência pacífica ou a atenuação da tensão internacional não podem fazer esquecer os danos políticos e morais que os acontecimentos dos últimos seis meses na Hungria ocasionaram ao prestígio e influência internacionais de nossa Pátria.

Esta nova política joga o povo nos braços da reação e do inimigo e leva o país para uma crise política e econômica mais grave que tôdas as precedentes.

CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES NA NOVA ETAPA

O III Congresso do Partido dos Trabalhadores Húngaros (maio de 1954) aprovou as teses das resoluções de junho de 1953. A caracterização da nova etapa na edificação do socialismo na Hungria foi, porém, teóricamente incompleta e insuficiente.

A nova etapa não estabelecia objetivos estratégicos novos. No programa continuava inscrita a antiga tarefa do lançamento das bases econômicas para a construção do socialismo. A nova etapa modificava a tática, levando em conta que no período de transição uma das características essenciais é a luta entre os elementos socialistas e capitalistas. Ela preconizava, por isso mesmo, apenas meias-soluções, o que era uma deficiência importante. Vários erros e imperfeições existiram em sua aplicação, é certo. O necessário é corrigir esses erros e não liquidar a nova etapa, resultante da aplicação correta do marxismo-leninismo à situação concreta da Hungria e imposta pela evolução econômica e política do país.

No verão de 1953, a situação econômica da Hungria estava em um impasse. Os objetivos do Plano eram excessivamente ambiciosos e irrealizáveis. O ritmo de expansão da indústria pesada (superior ao de qualquer outra Democracia Popular) era insustentável. Havia falta de matérias primas. A qualidade dos produtos baixava continuamente. As dificuldades de exportação tornavam-se crônicas e as dívidas no exterior cresciam de modo assustador. A produção agrícola estava estagnada e tendia a baixar. Aumentava a superfície das terras em reserva. O nível de vida baixava incessantemente e a evolução parecia irreversível. Estava abalada a base econômica da aliança operário-camponesa. O descontentamento crescia nas fileiras da classe operária.

O programa governamental para o cumprimento das resoluções de junho foi acolhido com entusiasmo. A população e membros do Partido saudaram jubilosos o restabelecimento da legalidade socialista, a expansão do espírito democrático, o respeito ao princípio da crítica e da autocrítica, o combate ao dogmatismo e

esquematismo. As medidas referentes à política de frente única, expressa na Frente Popular, foram saudadas com calor.

Tôdas essas decisões eram justas e urgentes. Levaram a u'a maior atividade política das massas, a um fortalecimento da aliança operário-camponesa, a u'a maior ligação entre o Partido e os trabalhadores, a maior confiança em relação ao Estado.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIALISTA AMPLIADA

Em uma economia socialista é inadmissível que o aumento absoluto e relativo do produto social seja obtido unicamente pelo aumento da produção da indústria pesada e que a produção dos bens de consumo marque passo ou aumente com ritmo extremamente lento.

Foi isto o que aconteceu na Hungria entre 1949 e 1953 levando o nível de vida a baixar, apesar do forte aumento da produção. A indústria pesada e a indústria mecânica foram multiplicadas, respectivamente, por cinco e por sete. Mas o bem estar dos trabalhadores não aumentou, os trabalhadores não se beneficiaram das forças produtivas extraordinariamente aumentadas. A produção considerada como um fim em si não pode nem deve encontrar lugar em uma sociedade socialista. . .

A política dos esquerdistas é retornar ao mesmo estado de coisas de antes de 1953. É o que demonstra a análise do orçamento de 1955. De um total de 9 bilhões de florins de investimentos a indústria de bens de consumo receberá apenas 780 milhões (8,7%), enquanto a indústria pesada receberá 3,2 bilhões. A agricultura receberá 2,3 bilhões, um terço a menos do que recebeu em 1954. As explorações individuais de camponeses receberam apenas 400 milhões de florins, apesar de cobrirem 70% das terras cultivadas e contribuírem com a maior parte da produção agrícola.

É falso admitir que nunca se deva acelerar a produção do setor II. Isso tem que acontecer sempre que as proporções entre o setor I e o setor II tenham sido falseadas, violando as leis da reprodução ampliada do socialismo. Foi o que aconteceu no verão de 1953 e desta constatação decorreu a política econômica da nova etapa.

Os camaradas soviéticos fizeram várias declarações a propósito dessas questões. O camarada Mikoyan, em Moscou, pouco antes da reunião de junho de 1953, afirmou que o desenvolvimento excessivo da siderurgia demonstrava um certo espírito de aventura; que havia falta de minério de ferro e de coque determinando um déficit de 700.000 toneladas de coque em 1952.

Nos princípios de 1954 o camarada Kaganovitch afirmava que os erros da antiga política econômica não tinham sido corrigidos, havendo necessidade de modificações mais radicais.

Atualmente a produção agrícola tem o mesmo nível, aproximadamente, de antes da guerra. A produção industrial global cresceu três vezes e meia, aumentando a indústria pesada cinco vezes e a indústria mecânica sete vezes. A indústria leve cresceu apenas duas vezes e meia em relação a 1938. Sua taxa anual de crescimento foi, no máximo, de 4% enquanto a taxa de crescimento da indústria dos bens de produção atingia 17, 18 ou até mesmo 29,1%. O acréscimo anual dos bens de consumo, no mesmo período, quase não chegou a 7,5%.

Alguns erros foram cometidos quanto à questão da acumulação e da produtividade. O Estado e o Partido, inclusive eu, deveriam ter cogitado com mais atenção dêste problema colocando-o no centro da polí-

tica econômica. É absolutamente inaceitável, porém, que sejam feitas apenas acusações contra mim deixando de lado os responsáveis pela baixa produtividade, os que defendiam e executavam o desenvolvimento extensivo em lugar da elevação da técnica, contra o camarada Molotov, e não Beria, como Rakosi quer crer. As acusações devem ser feitas contra os que procuravam e procuram aumentar o rendimento do trabalho por métodos administrativos. Nêsse sentido são bem conhecidas as opiniões de Rakosi.

Segundo Rakosi deveríamos provocar na indústria um desemprego artificial que constituiria, segundo sua opinião, o meio mais eficaz de manter a disciplina e aumentar a produtividade. Creio que é preciso e será sempre preciso rejeitar essa concepção da maneira mais categórica como uma tentativa de reintroduzir, de contrabando, os métodos do capitalismo.

A REORGANIZAÇÃO SOCIALISTA DA AGRICULTURA E A QUESTÃO DAS EXPLORAÇÕES CAMPONESAS INDIVIDUAIS

Entre as acusações que me são feitas, figura a de ter freado o desenvolvimento sadio da agricultura e sua reorganização no sentido socialista.

As resoluções de junho de 1953, porém, constatarem os graves erros que decorriam do ritmo elevado da coletivização da agricultura, e as resoluções de março de 1955 reafirmam a justeza das de junho. Matyas Rakosi pretende, no entanto, revê-las e evitar a crítica à política nefasta seguida antes de 1953. O próprio camarada Khrushchiov declarou: «Em junho de 1953 formulamos críticas justas contra a direção do Partido Húngaro. Esta crítica continua de pé. Tínhamos razão e nossas decisões eram justas. Já deveriam ter sido executadas.» Matyas Rakosi sabe bem disso, mas esconde a verdade ao Partido.

Vejamos as idéias que defendo, há muito, nesse terreno. Em setembro de 1946, no Congresso do Partido Comunista Húngaro afirmava que a «transformação da agricultura não poderá ser qualificada de eficaz, do ponto de vista do fortalecimento e desenvolvimento econômico do sistema de Democracia Popular, se a cooperação dos pequenos camponeses não chegar a substituir e superar a produção das grandes explorações suprimidas.»

Em 1947 defendia, por escrito, a importância econômica da cooperação e novamente, na Quarta Conferência Nacional das Cooperativas, reafirmava meus pontos de vista.

No discurso de 4 de julho de 1953, expondo o programa de Governo, aconselhei um retardamento no ritmo numérico do movimento cooperativo e o respeito ao princípio da adesão voluntária, assegurando ao mesmo tempo, o contínuo e material apoio do Governo ao movimento cooperativo. Em discurso de setembro de 1953 reafirmava o apoio governamental, criticando a posição de muitos camponeses que continuavam a desconfiar dos méritos das cooperativas.

Hegedus acusa-me, falsamente, de ter contribuído para a dissolução de muitas cooperativas. Sabe, porém, perfeitamente, que a orientação de aceitar a dissolução das cooperativas quando seus membros manifestassem êsse desejo, estava claramente expressa nas resoluções de junho. É conveniente acrescentar que essa disposição figura na resolução de junho de 1953, não por acaso, mas a conselho dos camaradas soviéticos. Foi o camarada Molotov, e não Beria, como Rakosi quer fazer crer, quem afirmou não haver qualquer mal na dissolução voluntária das cooperativas de produção.

As recomendações eram justas e oportunas, pois os métodos de violação da legalidade, da intimidação

e pressões materiais, haviam levado à criação de centenas de cooperativas de produção inviáveis e insustentáveis, descontentando a grande massa camponesa.

É necessário aqui denunciar as concepções e a política ultra-esquerdista de Erno Geroe na agricultura. Sua política econômica, que conduziu o país à beira da falência, já foi classificada de política de aventura. Hoje êle preconiza, como antes, a elevação do ritmo de industrialização como meio de conseguir a reorganização da agricultura e justifica a coletivização forçada como base para a industrialização socialista. Ao lado desses dois objetivos, Geroe aconselha, também, um plano amplo para a coletivização no campo. Coloca, pois, para o Governo, um triplice objetivo, quando é bem sabido que faltam ao país recursos para a realização de um só deles. Julga possível na Hungria um ritmo de transformação do campo mais elevado que o da União Soviética. E quer conseguir essa transformação — um problema decisivo para a edificação do socialismo — por meio de medidas administrativas e não por uma evolução progressiva, gradual.

A comparação das resoluções de junho de 1953 com os objetivos, recentemente expostos, do Partido Operário Polonês Unificado, mostra a identidade das duas políticas. Na Polônia o maior cuidado será atribuído ao estímulo da produção dos camponeses individuais através do emprego de máquinas, de técnicas modernas, etc. Os excessos serão reprimidos, inclusive os cometidos contra os camponeses médios.

Diversas vezes afirmei, é preciso ficar bem claro, que a exploração camponesa individual tem uma capacidade limitada, tem um desenvolvimento técnico estreito. A produtividade de trabalho é baixa e o camponês fica sujeito aos azares dos acontecimentos fortuitos. Nas cooperativas, ao contrário, as possibilidades do camponês ficam infinitamente alargadas, permitindo grandes aumentos na produção. Nenhuma razão assiste, pois, aos que me acusam de acreditar que o desenvolvimento econômico da agricultura deva basear-se na exploração camponesa individual.

É interessante indagar dos membros do Bureau Político quando e onde estudaram essas questões. Onde estão os artigos que escreveram a respeito? Os que hoje protestam ruidosamente sempre guardaram o mais absoluto mutismo relativamente a questões essenciais do marxismo-leninismo. Há sete anos, porém, delineei uma linha de evolução provável. Afirmei, então, que enquanto a via socialista não se tornasse a única, outras haveria. «No fundo haverá duas linhas paralelas: uma linha cooperativa e uma via não cooperativa... Além do setor cooperativo... é preciso contar com a existência de um setor não-cooperativo englobando outras camadas dos camponeses... A desigualdade de desenvolvimento que subsiste e subsistirá ainda durante longo período — mesmo se atenuando — não significa que o setor cooperativo avançará para o socialismo enquanto o outro irá recuando para o capitalismo. Ela significa que, à exceção das explorações capitalistas dos culaques, o setor não-cooperativo se desenvolverá também democraticamente em direção ao socialismo.»

Continuo a julgar essa a concepção correta e que êste caminho é o justo e bem fundamentado.

PRODUÇÃO, NÍVEL DE VIDA E PLANIFICAÇÃO

Acusam-me de ter adotado uma política demagógica visando a enganar o povo como uma elevação impossível do nível de vida. Acusam-se, mesmo, de ter seguido uma política visando a abaixar êsse nível de vida.

Com essas acusações visam seus autores a esconder os erros e defeitos de uma política que leva a uma degradação considerável da situação econômica, social e cultural dos assalariados e em particular dos operários da indústria.

A Comissão de Política Econômica, exorbitando de suas funções, e apoiando-se na base ideológica fornecida pela afirmação de Rakosi — «o povo vive muito bem» — propôs reduzir 290 milhões de florins nos seguros sociais, 74 milhões nas subvenções aos esportes, 34 nos créditos às creches, 300 nos restaurantes de empresas, 300 nos fundos de aposentadoria e 100 nas tarifas especiais de transporte. Os camponeses não foram esquecidos: era proposta uma elevação de 600 milhões nos impostos e de 200 milhões nas taxas locais. Contra essas propostas, levantei-me e em outubro de 1954 o Comitê Central apoiou meus pontos de vista. Apesar das instruções recebidas, a Comissão de economia política, dirigida por Geröe e Istvan Friss, nunca estudou os problemas de aumento da produtividade e diminuição do preço de custo. Quanto a mim, desde de 1947 sublinhava a interdependência entre o acréscimo da produção e a elevação do nível de vida.

A elevação do nível de vida (15%) no período de 1954 não é, como afirmam os esquerdistas, um empréstimo feito à população. É mais o pagamento de uma dívida que o Estado havia contraído em consequência da política seguida por esses mesmos esquerdistas. Em 1950-1951 afirmavam que o nível de vida iria elevar-se de 35 a 50%, mas nunca puderam realizar essa promessa inviável.

Acusa-me Rakosi de ser o responsável pelo aumento da dívida externa, nos anos de 1953 e 1954. Mas a razão básica do endividamento crescente é a política econômica seguida durante o primeiro Plano Quinquenal. A necessidade crescente de matérias primas de origem estrangeira absorveu rapidamente nossas reservas ouro. As exportações não podiam ser aumentadas, pois os preços de nossos produtos eram superiores aos da indústria estrangeira. Só conseguimos manter as vendas no Exterior às custas de subvenções (12 bilhões de florins anuais).

O ritmo de industrialização da Hungria não só supera nossas possibilidades como superava os ritmos de crescimentos das outras Democracias Populares, mais bem dotadas que nós. Por exemplo: o aumento da produção na Polônia (1949-55) foi de 158%, na Tchecoslováquia (1949-55) de 89%, na Bulgária (1949-55) de 120%, na R. D. Alemã (1950-55) 92,3%, na Rumania (1951-55) 144%. Na Hungria o aumento, entre 1949 e 1953, foi de 210%. A fixação dos objetivos do Plano era feita sem que ninguém se preocupasse com as questões de rentabilidade, do cálculo dos custos ou do volume das importações necessárias à cobertura das quotas. Quando o Plano era pôsto em ação, a única solução, para não paralisar as empresas, era a importação de grande quantidade de matérias primas. O desequilíbrio do crescimento da indústria pesada, que fabricava produtos de exportação, obrigava à importação crescente de matérias primas. Consequência: a balança comercial dos produtos industriais foi constantemente deficitária entre 1949 e 1954.

Merece um exame a parcela da produção industrial destinada à satisfação das necessidades sociais. Segundo o Plano Quinquenal a produção industrial, em 1954, deveria corresponder ao duplo da produção em 1949 e ao triplo da produção em 1939. Mas o volume da produção industrial, para satisfazer as necessidades sociais, aumentou apenas de 35 a 40% entre 1949 e 1954. Esta comparação mostra que o desenvolvimento

industrial era um fim em si e que os sacrifícios que o povo trabalhador consentia em fazer não eram pagos em retorno.

O Plano Quinquenal não se preocupava com a elevação da técnica e com a diminuição do atraso técnico do país. A central elétrica de Inota, por exemplo, construída durante o Plano, é menos moderna e menos econômica que a central de Ajka, velha de vinte anos.

A produtividade da indústria cresceu muito pouco durante o Plano. As cifras comumente citadas apontam uma grande elevação mas os cálculos realistas desmentem-nas sem dificuldades. A produção de bens destinados às necessidades sociais, por exemplo, aumentou de 35 a 40%. A mão de obra nesse setor cresceu, porém, de quase 40%.

As possibilidades de ajuda e cooperação entre os países socialistas foram aproveitadas com alguns êxitos. Mas a atividade do Conselho de Assistência Econômica Mútua foi muito limitada. A produção em setores idênticos, particularmente nas indústrias mecânicas, determinou relações desfavoráveis nas exportações, ocasionou uma concorrência prejudicial entre os países socialistas nas exportações para os países capitalistas e, juntamente com a tendência à autarquia econômica, provocou dificuldades na importação de matérias primas.

A situação do comércio exterior agravou-se no segundo semestre de 1954. Segundo negociações que efetuamos com a U.R.S.S. e outros países socialistas, chegamos à conclusão de que apenas 50% de nossas necessidades poderiam ser satisfeitas com importações de países socialistas. A outra metade deveria ser adquirida nos países capitalistas. Com o acôrdo de janeiro de 1955 com a U.R.S.S., ficou claro que a União Soviética só estava disposta a fornecer 50% do que havia exportado para a Hungria no ano anterior, ou seja, apenas 36% de nossos pedidos. Nossas possibilidades de exportação ficaram reduzidas quase na mesma proporção.

A situação criada em janeiro de 1955 provocava dificuldades extraordinárias. A menos que se modificassem os planos de industrialização, diminuindo os ramos tributários de importações estrangeiras, a Hungria deveria tentar comprar nos países capitalistas, dependendo bilhões de florins que não poderiam ser obtidos nos países socialistas.

Além disso, sem dar algarismos que são segredos de Estado, é conveniente assinalar mesmo de passagem, que parte importante de nosso endividamento no exterior se deve a despesas e investimentos efetuados no interesse da defesa e segurança do país. Estas caem pesadamente sobre nosso balanço de contas com o exterior. A resolução de junho de 1953 apontava despesas exageradas efetuadas nesse domínio.

Outro fator que agravava ainda mais a situação do comércio exterior, era que nossas contas com os países capitalistas não estavam reguladas. Meu governo recomendou, freqüentemente, ao Ministério do Comércio Exterior o entabulamento de negociações para regulá-las. O Bureau Político opôs-se, segundo recomendações de Rakosi, afirmando a existência de perigos e necessidade de cautela. Enquanto isso outros países socialistas ajustavam seus negócios com os países capitalistas e aliviavam suas economias.

PAPEL E IMPORTÂNCIA DA N.E.P.

Trato da questão da N.E.P. porque estou em desacôrdo com a política seguida depois de março de 1955.

A política da N.E.P. consiste em utilizar os elementos capitalistas da economia para que o proletariado no poder possa triunfar sobre esses elementos e edificar a ordem socialista. Durante o Plano Trienal (1947-1949), utilizamos, com maiores ou menores erros, esta política. Cumprimos sua principal tarefa, a aliança da grande indústria socialista com a pequena produção camponesa. No segundo período da N.E.P., do início do Primeiro Plano Quinquenal até junho de 1953, os erros cometidos foram cada vez mais graves: liquidação do comércio privado a varejo, eliminação maciça do artesanato e infrações do princípio da aliança entre a grande indústria socialista e a pequena produção camponesa. O desenvolvimento da indústria pesada não deixava recursos para o desenvolvimento da agricultura. No Plano Quinquenal, apenas 15,7% dos investimentos destinavam-se à agricultura. Quando o Plano foi ampliado, esta proporção caiu para 12,9%, sendo ainda mais reduzido durante a execução. A construção de máquinas agrícolas não acompanhava o ritmo de crescimento da indústria mecânica. O parque de tratores diminuiu em lugar de aumentar.

A coletivização forçada atingia a N.E.P. As entregas obrigatórias diminuam a participação do camponês no mercado, desinteressavam-no materialmente no aumento da produção. Era o solapamento da aliança operário-camponesa.

A resolução de junho veio modificar esse estado de coisas. Mas chocou-se com resistências encarniçadas dos esquerdistas: A política da N.E.P. é um compromisso, sem dúvida. Mas um compromisso sem o qual não é possível construir o socialismo. A direção do Partido não aplica hoje a política da N.E.P. no espírito do leninismo. Teme o mercado livre, teme o desenvolvimento das explorações camponesas, teme o recrudescimento do capitalismo, o que quer dizer, substitua a força e o poder do Estado de Democracia Popular. Preferem um «comunismo de guerra» em lugar de uma N.E.P. judiciosa.

Erros existiram na aplicação da N.E.P. no período posterior a junho de 1953. Concordo plenamente com isso. Mas isso não coloca em jôgo a justeza da política da N.E.P. É preciso, ao contrário, corrigir os erros e, hoje, ampliar o âmbito de ação da N.E.P. em lugar de restringi-lo como está acontecendo. Com essa política aproximamo-nos uma vez mais daquela grave situação em 1953, que conseguimos superar, em grande parte, graças a uma aplicação corajosa e ampla da N.E.P.

A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA E AS QUESTÕES DA FRENTE POPULAR

A resolução de março faz acusações generalizadas contra «alguns camaradas», que interpretam de maneira falsa a questão da aliança operário-camponesa. Sem ter sido nominalmente citado abordo, porém, o problema para deixar claro meu ponto de vista.

Durante a discussão de março duas críticas foram feitas contra mim. A primeira afirmava ser um erro minha opinião de que a aliança operário-camponesa repousava sobre a base econômica da troca de mercadorias entre a cidade e o campo, no período de transição da edificação do socialismo. Creio ter provado, no capítulo precedente, a justeza de minha posição.

A segunda crítica era contra meu silêncio em relação ao papel dirigente da classe operária. O que pode ser desmentido por inúmeras citações tiradas de várias de minhas declarações.

Na sessão de junho de 1953 o Comitê Central constatou a gravidade da situação em que se encontrava a aliança operário-camponesa. Suas bases estavam atingidas pelo ritmo acelerado das coletivizações, pelo desenvolvimento exagerado das cooperativas, pelos excessos de abusos de poder, pelas violações da legalidade socialista. O camponês perdera o gosto de cultivar a terra, limitava ou abandonava suas fazendas. Grandes massas camponesas, particularmente de camponeses médios, que são o centro da produção agrícola, opunham-se à nossa política.

Graças à aplicação das resoluções de junho a aliança operário-camponesa teve novo impulso e consolidou-se. Esse talvez tenha sido o maior êxito da política de junho.

A resolução de março de 1953 acusa «alguns camaradas» de duvidarem do papel dirigente do Partido e de terem desviado para a direita a constituição da Frente Popular Patriótica. A iniciativa da constituição da Frente Popular cabe a mim. Quando a discutimos, no Bureau Político, para apresentação de informes ao III Congresso, foi aprovado que a frente seria constituída na base de adesões coletivas (diferente, portanto, da Frente Popular da Bulgária) sendo as adesões pessoais aceitas apenas em casos excepcionais.

No discurso ao III Congresso, precisei minhas idéias a respeito. Afirmei que em nossas condições havia a possibilidade de ampliar ainda mais a aliança operária camponesa, formando uma base constituída de massas ainda maiores. A Frente Popular deveria ser um movimento não somente construtivo como combativo. Deveria constituir uma verdadeira Frente em defesa de nossas conquistas democráticas populares, de nossa liberdade, de nossa independência, de nossa soberania nacional contra as manobras hostis dos inimigos internos e externos, dos reacionários e imperialistas...

A Frente Popular só poderia realizar esses objetivos se suas raízes mergulhassem profundamente nas massas. Seu conteúdo ideológico deveria ser enriquecido. Deveríamos forjar a aliança da democracia com o socialismo, com as idéias de independência e liberdade de nossas tradições seculares que, para as massas, são poderosas forças motrizes. No quadro da Frente Popular era necessário insistir, com veemência, no ideal patriótico e na amizade entre os povos, nas tradições antifascistas da antiga Frente de Independência, nos atos heróicos do movimento de resistência.

É certo que «alguns» sabotaram a constituição da Frente. Foram os mesmos que torpedearam outros movimentos semelhantes e depois pretenderam lançar a culpa sobre os elementos portadores do desvio de direita.

Vários erros existiram na preparação e realização da Frente Popular. O inimigo procurou nela infiltrar-se, sem dúvida. Mas daí concluir, como queria Rakosi, que toda a Frente era um instrumento do inimigo, é falso. As tendências a subtrair a Frente da autoridade do Partido foram combatidas com sucesso e apenas o exagêro poderia fazê-las assumir, caráter de fenômeno nacional.

A propósito da aliança operário-camponesa é conveniente fazer referências à questão da legalidade socialista, que é uma de suas condições essenciais. Antes de junho de 1953 a justiça e a segurança do Estado não mais se encontravam sob controle democrático das massas e haviam, por isso mesmo, degenerado em organismos burocráticos... Estes organismos não asseguravam o respeito da legalidade e do direito... Havíamos-nos afastado dos princípios leninistas e é aí que encontramos a origem do mais perigoso câncer de nossa vida pública: o desprêso pelo direito e pela legalidade.

Atualmente vamos pelo mesmo caminho. Os organismos policiais e de segurança cometem violências contra a população, particularmente contra a população do campo. Condenações severas são pronunciadas em massa. Dezenas de milhares de pessoas são perseguidas e condenadas. Ato arbitrários são cometidos durante a coleta, repartição de terras e organização de cooperativas. Mesmo medidas necessárias e justas são aplicadas de maneira friamente inumana e antipopular, o que aumenta o descontentamento da população.

Os índices de degradação da ditadura do proletariado são cada vez mais numerosos. O perigo de direita torna-se maior. Não pelo afastamento das justas concepções do marxismo. Mas pelo deslocamento de grandes massas para a direita, opondo-se cada vez mais ao Partido e ao Governo, pela extensão e acentuação dos sentimentos reacionários e contra-revolucionários.

CULTURA, LITERATURA, ARTE

Acusam-me de idéias antimarxistas e antipartido também nos domínios da vida cultural. Minhas concepções a respeito são conhecidas. Na memória que apresentei, em março de 1955, ao Comitê Central, insurgia-me contra a posição de «certos camaradas — e penso sobretudo em Mihaly Farkas — que, em nome do Partido, intervêm brutalmente, muitas vezes sem competência, nas questões literárias. Assim agindo, comprometem não somente a si mesmos mas a todo o Partido...» Essa opinião continuou a julgar acertada.

A política de junho permitiu uma melhoria na atmosfera dos meios culturais e maior atividade de nossos escritores. Nesse sentido são importantes as contribuições teóricas, publicadas na Irodalmi Ujsag (Revista Literária), de Tamas Aczel, Tibor Dery, Sandor Erdei e Gyula Hay. Afirmou este último: «O objetivo mais importante, isto é, o desenvolvimento e o progresso da literatura no sentido de uma representação mais aprofundada e mais completa da verdade, a serviço do futuro criador, só pode ser atingido pela supressão dos obstáculos que se erguem pelo caminho.»

É preciso abordar, a este propósito, a questão do espírito de Partido que, atualmente, é colocada com frequência de maneira categórica e, na maioria dos casos, de forma incorreta e falsa. Atualmente é a direção do Partido que determina, soberanamente, o que está e o que não está de acordo com o espírito de Partido na literatura e nas artes. Este método exclui, a priori, o avanço da busca da realidade e da verdade, a troca de idéias e, sobretudo, a crítica.

A experiência atual dos escritores mostra que, além de inútil, é proibido fazer críticas. Lutar contra esse estado de coisas, lutar contra as mentiras espalhadas no Partido e na imprensa é, por isso mesmo, uma necessidade. Esta luta constitui o fator mais positivo da atitude de nossos escritores e de toda nossa vida literária.

NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Enquanto a resolução de março de 1955 faz referências gerais à luta contra o nacionalismo e o chauvinismo, um artigo posterior do Szabel Nép acusa-me de ser o principal representante de manifestações chauvinistas e nacionalistas.

O autor afirma que os desvios começaram em junho de 1953. Mas antes dessa data havia uma atitude cosmopolita e nihilista diante de nossa cultura nacional determinando, como reação, concepções nacionalistas e

chauvinistas nas massas ofendidas. É necessário, decerto, lutar contra essas concepções. Mas o combate principal é lutar contra os erros do passado.

A resolução de março silencia sobre manifestações graves do nacionalismo: a) a política econômica visando à autarquia que era executada antes de junho de 1953. b) as relações da Hungria com a Tchecoslováquia e a Rumânia, que atingiram estado de tensão devido aos erros dos dirigentes húngaros c) a manifestação mais grosseira do nacionalismo e do chauvinismo nas relações com a Iugoslávia.

Com a política de junho tentamos liquidar estes erros. As relações com a República Democrática Alemã e com a Tchecoslováquia melhoraram. Aproximamos-nos da Rumânia. Iniciamos contatos de aproximação com a Iugoslávia.

Aliás, desde 1947 que preconizo a união fraternal, na base de uma comunidade de interesses econômicos, dos povos da bacia do Danúbio: «Em lugar da concorrência econômica de um país contra o outro, ou no melhor dos casos, de um isolamento mútuo entre os países, é necessário estabelecer uma cooperação estreita entre os países danubianos nos domínios da agricultura e da venda de produtos agrícolas e nos outros setores da economia...»

Jamais tantas declarações sobre o internacionalismo proletário foram feitas quanto nos dias de hoje. No entanto uma verdadeira muralha da China é construída entre a Hungria e os países capitalistas e entre a Hungria e as outras Democracias Populares. Fomos tão longe nesse caminho que não somente os membros do Partido mas os membros do Comitê Central não têm possibilidade de ler a imprensa dos partidos irmãos, nem os discursos de camaradas como Bierut ou Siroky. O mesmo acontece com as manifestações culturais, artísticas ou literárias, com as discussões que se desenvolvem nas outras democracias populares. Até mesmo algumas publicações do P.C. da U.R.S.S. não podem chegar aos membros do Comitê Central. É proibido ler, na Hungria, a resolução do Comitê Central do Partido polonês sobre a agricultura...

Nunca, desde que aderi ao Partido Bolchevique e depois ao Partido Húngaro, fui nacionalista ou chauvinista. Defendi o internacionalismo proletário durante a guerra civil na U.R.S.S. e o defendi ainda em vários artigos escritos entre 1936 e 1940. Ao mesmo tempo, para evitar qualquer mal entendido, sublinho que tenho orgulho de ser filho do povo húngaro e cidadão desta nação, que nunca renegarei meu povo, que sou profundamente ligado à minha pátria e ao meu povo. Meu patriotismo autêntico e a afeição e estima sinceras aos outros povos e nações constituem o fundamento e o sentido de meu internacionalismo proletário. É isto o que me distingue e me separa dos cosmopolistas, dos extremistas de esquerda, que são estranhos ao povo húngaro e estranhos às suas aspirações nacionais, à causa do socialismo e a todo patriotismo verdadeiro.

RELAÇÕES ENTRE O PARTIDO E O ESTADO

Sou acusado, na resolução de março, de ter tentado opor o Partido aos organismos do Estado. Cito, a propósito, parte dos informes apresentados em 1953 ao Comitê Central e que resumem o ponto de vista do Partido à época e que continuam a ser os meus pontos de vista: «... O Partido cometeu um erro dominando de maneira excessiva a direção do Estado e da economia... Por sua estrutura orgânica, sua atividade, sua composição e seu caráter social, o Partido não é apto

a assumir as funções do Estado, nem esse é seu papel. ... (o Partido) se imiscuiu nos negócios do Estado, violando a independência de seus organismos, paralisando seu funcionamento e comprometendo sua autoridade... O camarada Rakosi concentra em sua pessoa todo o poder no país... O governo não era na realidade senão um Governo fantasma...».

Essas questões foram discutidas antes da sessão do Comitê Central, com os camaradas soviéticos em Moscou. O camarada Malenkov afirmava que em maio de 1953 os soviéticos «havam pedido a Rakosi quem poderia recomendar para seu sucessor. Ele não chegou a indicar um nome... Todo o mundo lhe era suspeito, com exceção dele mesmo...».

O camarada Molotov afirmou que Rakosi queria um Primeiro Ministro sem autoridade para resolver as questões, enquanto o camarada Khrushchiov afirmava que não era possível concentrar a direção do Partido e do Estado nas mãos de um só homem ou de apenas alguns.

Tentamos, pois, regular as relações do Partido e do Estado segundo os princípios estabelecidos nas entrevistas de Moscou e de acordo com as resoluções de junho de 1953. Era uma tarefa difícil, pois Rakosi continuava a se opor aos princípios estabelecidos e obstruía, sistematicamente, a ação do Governo.

No informe de abril, diante do Comitê Central, Rakosi deu a entender que se sentia responsável por minha nomeação como Primeiro Ministro porque me havia recomendado para este posto. Ora, a verdade é que não foi Matyas Rakosi, mas os camaradas soviéticos Molotov, Malenkov e Khrushchiov que recomendaram minha nomeação, proposta que o camarada Rakosi e os membros da delegação húngara aprovaram com entusiasmo.

Ainda sobre as relações do Partido e do Estado é conveniente frisar:

a) Antes de junho a principal função do Estado eram as atividades de repressão. As características de nossa revolução recomendam acentuar-se, como se fez depois da junho de 1953, as tarefas da evolução econômica, social e cultural.

b) O Partido exerce uma orientação e um controle da atividade do Estado. É prejudicial, porém, que se aproprie das funções do Estado.

c) A teoria da luta de classes foi deformada na prática ao se afirmar que ela se aguçava, como aconteceu, em outra situação, na U.R.S.S.

APRECIACÃO SOBRE O PAPEL DO PARTIDO E SOBRE OS RESULTADOS CONSEGUIDOS

A resolução de março de 1955 afirma que eu subestimava as grandiosas vitórias conseguidas pelo Partido. Que sobre elas silenciava. Que subestimava o papel dirigente do Partido.

Em meu livro «Dez Anos», tratei muitas vezes do papel dirigente do Partido, não deixando dúvidas sobre minha opinião. Afirmava então, como agora, a necessidade de manutenção de estreitos laços com as massas. Que o papel dirigente do Partido não se obtém automaticamente, que não é fruto de uma revelação superior. No Governo os meus discursos sublinhavam, com frequência, o papel dirigente do Partido.

Quem subestimava, na prática, os resultados obtidos eram, justamente, os sectários de esquerda que nunca estavam satisfeitos e queriam sempre apertar ainda mais o laço — o que levou o país a um impasse na edificação do socialismo.

Com a virada de junho de 1953, as mesmas pessoas que viviam afirmando a insuficiência dos resultados passaram a elogiá-los barulhentosamente. Era um meio de desviar a atenção dos erros cometidos.

Em 1951-1952 a situação do país era pintada em cores idílicas, apesar das realidades da vida quotidiana. Por isso a resolução de junho de 1953 e o programa governamental tiveram o efeito de um trovão em céu sereno. Estabelecia-se que a linha geral do Partido tinha sido errada e que, devido aos graves erros cometidos, a Democracia Popular tinha sofrido grandes danos no plano econômico e político, danos que haviam conduzido o país à beira da catástrofe.

A propaganda que se faz atualmente, pintando tudo em cores róseas, faz temer, diante da realidade da situação, uma volta ao passado sombrio e o desprezo pelos erros que vêm sendo novamente cometidos. É de temer, com efeito, que ofuscados pela nossa própria propaganda só tomemos consciência dos novos erros cometidos e que podem ser fatais ao país, quando estivermos à beira ou no fundo do precipício.

Acusam-me freqüentemente de inimigo do povo. O melhor a fazer, nesse caso, é escutar o que tem a dizer o próprio povo. Este julga seus amigos e seus inimigos em função da experiência de todo o dia. E certamente não me coloca nas fileiras de seus inimigos. Que os caluniadores perguntem ao povo quais são seus inimigos! Escutarão sua resposta e esta não será a minha condenação.

MÉTODOS, FORMAS E CONSEQUÊNCIAS OBSTRUÇÃO

A resolução de março de 1955 não diz uma palavra sobre a obstrução feita ao programa de junho de 1953. Concentra apenas o fogo sobre o que denomina desvio de direita. Nada diz sobre a sabotagem feita à política que pretendia corrigir o mal cometido antes daquela data.

As pessoas que durante anos cometeram erros, dificilmente abandonariam suas posições de sectários esquerdistas. Isso era fácil de prever e no discurso de 4 de julho de 1953 assim me referi ao assunto: «É preciso compreender que muitas pessoas não saberão ou não quererão liquidar o arbítrio, os métodos e o espírito antipopulares que geram o abuso, que muitas pessoas não renunciarão ao emprego de métodos administrativos e se esforçarão, de uma maneira ou outra, por entrar a execução rápida das medidas que foram adotadas no interesse das massas.»

Era assim que se colocava, nos primeiros dias da nova etapa, o problema da obstrução. Daí para cá ela não cessou de crescer, conforme bem testemunham muitas resoluções do Comitê Central. Os próprios camaradas soviéticos compreenderam a existência de uma resistência. «Rakosi não dá o exemplo», afirmou o camarada Malenkov. «Geroe não fazia a menor auto-crítica, não demonstrava nenhum senso de responsabilidade pelos graves erros cometidos na política econômica», declarou o camarada Khrushchiov.

Depois de uma atitude mais firme na Hungria, a obstrução foi obrigada a se esconder. Começou a fazer um jogo de dupla face. Rakosi prometia medidas contra os que trabalhavam contra a política do Governo, mas tais medidas nunca foram tomadas. A oposição da alta direção partidária espalhava afirmações falsas sobre o espectro da inflação ou do desemprego. Procurava criar o pânico para voltar à antiga política. Pedia a supressão de subsídios sociais concedidos à classe operária, um abaixamento do nível de vida e um aumento dos encargos dos camponeses. Provocava profundos descontentamentos com os métodos anárquicos de racionalização do trabalho.

A resolução de outubro de 1954, conseguida graças à resistência do Comitê Central aos esquerdistas, obrigou a oposição a mudar de tática. Rakosi começou a atacá-la com argumentos falsos. Partindo de uma falsa análise da situação internacional, exagerando as dificuldades internas, afirmando que o inimigo havia dominado a Frente Popular, conseguiu quebrar a resistência do Comitê Central em março de 1955.

Pode-se afirmar que não conseguimos cumprir o programa do Partido unicamente porque não conseguimos quebrar a tempo a obstrução — o que era impossível sem a ajuda e o apoio do Aparelho do Partido.

O RESPEITO AOS ESTATUTOS E A QUESTÃO DAS REABILITAÇÕES

A resolução de junho classifica de «clique» a fração dirigente do Partido. Na vida interna do Partido os princípios leninistas não eram respeitados, os estatutos não eram observados e a direção efetiva estava nas mãos de Geroc, Farkas e Revai, conduzidos por Rakosi. A Direção do Partido e do Estado, na verdade, estava concentrada nas pessoas de Rakosi e Geroc. Os membros do secretariado e do Bureau Político não estavam informados de várias questões importantes.

Rakosi, Geroc, Farkas e Revai violaram gravemente o princípio da crítica e da autocrítica. Para eles qualquer crítica vinda de baixo era a voz do inimigo e como tal tratada. Não se criticavam entre si mas, antes, defendiam-se das críticas. Julgavam-se infalíveis e atribuíam os erros aos escalões inferiores. Por que esses graves erros puderam ser cometidos?

É sabido que quando o trabalho teórico e o trabalho ideológico são inexistentes, quando não existe confronto de opinião e debate, não é possível haver uma política de princípios. Os erros se sucedem uns aos outros.

Os camaradas soviéticos condenaram, nesse sentido, os erros da antiga direção, durante as entrevistas de Moscou. Afirmaram, então, que Rakosi não tinha confiança em si mesmo para corrigir seus erros. Nas várias conferências que tivemos em Moscou, Rakosi não informava os camaradas soviéticos sobre questões essenciais e estes eram obrigados a colocar os problemas da direção coletiva. Suas críticas e conselhos, porém, ficaram sem efeito.

Rakosi, mesmo antes do III Congresso do Partido, tentava chegar aos resultados conseguidos na primavera de 1955. Conseguiu obter, aproveitando-se de minha doença, uma resolução do Comitê Central condenando a política de junho e queria ir a Moscou discuti-la sem minha presença. Foi obrigado a reconhecer, em Moscou e diante do Bureau Político do Partido húngaro, que tinha feito adotar uma resolução falsa e sem fundamentos e que tinha tentado informar, da mesma maneira, os camaradas soviéticos.

Rakosi, na verdade, sempre se opôs aos princípios da direção democrática. Afirmava que a «quadriga» era uma pequena coletividade e que por isso não se podia falar de direção pessoal. Quem tem tais idéias é incapaz de corrigir seus erros e se integrar em uma direção coletiva baseada na igualdade.

O Bureau Político em agosto de 1953 difundia as diretivas gerais sobre a execução das resoluções de junho. Nessas diretivas nenhuma palavra era dita sobre os erros ideológicos e políticos cometidos pela Direção do Partido. Isso criou a impressão, favorecida por discursos públicos de Rakosi, de que o Bureau Político havia modificado a resolução de junho e que não se tratava de modificações radicais na política.

Em outubro do mesmo ano, o Comitê Central constata que uma parte do Partido continuava a trabalhar de má vontade contra a política adotada. Foi a atitude de Matyas Rakosi a causa dessa situação.

Depois de março e abril de 1955, os métodos anti-partidários passaram a ser novamente honrados. A crítica de baixo voltou a ser a «voz do inimigo» e no melhor dos casos «alúnia contra o Partido e os dirigentes». Aquêles que nessa atmosfera ainda critica, como deve fazer: um comunista, aquêles que aponta os erros sem se preocupar com pessoas ou funções, aquêles que, respeitando os Estatutos, considera a crítica não somente como seu direito mas também como seu dever, é esmagado sem demissão.

Um burocrata do Partido acusa-me de ter violado o princípio da direção coletiva apresentando um programa pessoal para o Governo e não um programa calçado nas resoluções de junho. Apesar de ser uma evidente mentira essa afirmação, declaro que aceitaria inteiramente a responsabilidade pelo programa do Governo, porque êle era ditado pelos interesses do povo, do país e do Partido. Se a mesma situação novamente se apresentar, novamente aconselharei o mesmo programa.

A resolução de abril de 1955 acusa-me de atividades fracionistas. Só uma concepção aberrante dos estatutos pode fundamentar tal acusação. Para os que negam aos militantes o direito de discutir, de trocar idéias sobre os problemas do Partido, qualquer manifestação política dos militantes é uma atividade fracionista. Os militantes, para essas pessoas, só podem falar sob controle, de acordo com instruções dadas, na linha fixada de antemão, nos limites autorizados. É isso o máximo que os sectários esquerdistas e a burocracia do Partido, submetida a eles, está disposta a tolerar.

Ao que parece acusam-me de atividades fracionistas por me ter insurgido contra um certificado médico encomendado, por meio do qual queriam impedir minha participação nas discussões. Em fevereiro de 1955 protestava contra essa prática que considero arbitrária, incompatível com o espírito do Partido e inadmissível. Repilo categoricamente a acusação de atividades fracionistas, afirmando, isso sim, que contra mim tais atividades foram utilizadas.

A autoridade da direção só será restabelecida quando forem eliminados da vida pública os que abusaram de seus postos de direção e cometeram crimes contra a moral comunista, contra a vida pública, contra os direitos dos militantes, contra os direitos dos cidadãos. É preciso acabar com as mentiras cada vez mais frequentes na direção e no aparelho. É preciso denunciar o que Lênin denominava de «mitomania comunista».

Juntamente comigo Mihaly Farkas recebeu algumas sanções, segundo a resolução de abril de 1955. Acusaram-no de ter apoiado minha política. Creio, porém, que Farkas deve receber sanções muito mais severas não por essa razão mas por seu papel nos processos prefabricados.

Já me acusaram de prejudicar o prestígio e a unidade da direção com meus pontos de vista sobre a reabilitação. Mas continuo a acreditar que o que prejudica o prestígio do Partido não é a maneira como se coloca o problema. O que o prejudica são os crimes cometidos.

A experiência mostra que se tivéssemos resolvido essas questões rapidamente, já não teríamos graves e delicados problemas. Os camaradas soviéticos mais de uma vez fizeram alusão à demora na libertação dos prisioneiros, apontando a responsabilidade de Rakosi. O camarada Khrushchiov aconselhou a proceder às reabilitações de tal maneira que a autoridade de Rakosi não ficasse arruinada. Mas também acrescentou, para que suas palavras não fôssem interpretadas: «A autoridade de Rakosi só pode ser defendida enquanto a autoridade do Partido não fôr atingida...»

Sobre o problema da pauperização

(Notas de Estudos)

J. CARVALHO

A tese da pauperização absoluta e relativa do proletariado, no regime capitalista, é das mais vulgarizadas na literatura de propaganda marxista. No entanto, poucos são os estudos efetuados por marxistas sobre os fenômenos históricos e sociais das últimas décadas, visando a comprovar ou atualizar, em cada país e em cada situação histórica, a famosa observação dos fundadores do marxismo. Esvaziada de seu conteúdo científico, a fórmula se tem prestado, em inúmeras obras de economia, para justificar uma cega oposição (mesmo em choque com os fatos) a qualquer índice de melhoria do padrão de vida das massas nos quadros do atual regime. Em alguns casos, chegou-se ao primarismo extremo de apontar uma queda fatal e inexorável do nível de vida dos trabalhadores, entre duas semanas ou em cada 24 horas, como resultado da «lei» da pauperização absoluta. Justificando posições sectárias e alimentando grupos de conspiradores, em seu afã de fixar o momento da derrubada da velha classe dominante, vamos ainda encontrar a «teoria» da pauperização. Deixando de lado essas contrafações antimarxistas, a importância do tema reponta quando se examina o mecanismo da economia capitalista, incapaz de solucionar aqueles males que desde Marx foram equacionados e que, depois de tantas voltas, ainda são o objeto de quanta medicina tentam descobrir seus melhores cérebros. O contraste entre a pobreza e a fartura, entre a produção crescendo aos galopes e o consumo em processo de estreitamento inexorável, entre o desenvolvimento da produtividade (até a automatização) e o estreitamento das oportunidades de emprego produtivo, de par com o agigantamento dos setores terciários, a ameaça hoje racionalizada de «recessão», crise ou simples «pausa» cíclica — a ameaça a sobrevivência das velhas instituições — tudo isso coloca o tema da «pauperização» entre os mais importantes no debate em torno ao destino do capitalismo e à justa formulação da plataforma socialista para sucedê-lo. A redescoberta de Marx, por inúmeros economistas ocidentais, é mais um sintoma da mudança de rumos entre aqueles setores que, há mais de 80 anos, deram por liquidada a teoria do socialismo científico. No exame da distribuição do produto social, muitos desses economistas se dedicam ao levantamento dos fatos, com um método que seria, em nossa opinião, o mesmo a adotar pelos marxistas, se é que desejam realmente romper com os milhares de regras e preceitos de comportamento ideológico a que estiveram presos nos últimos decênios. Método que consiste em arrumar fatos e, só depois, interpretá-los, fugindo às premissas rígidas ou apriorísticas, bem como das frases de fichário com que vinham alimentando-se até aqui.

Aproveitamos-nos, para estas notas, dos debates publicados pelos «Cahiers Internationaux» e «Economie et Politique» sobre o tema de pauperização e das condições atuais do regime capitalista. Aí vamos encontrar opiniões de sociólogos e economistas, como Bettelheim, Fourastié, Dennis, Montjoie, Azurmanian, Lucenay, Varga, Strachey, Pesenti, Mossé, Sauvy, entre marxistas oficiais e não oficiais, não marxistas, ou simples-

mente pesquisadores de espírito aberto. (x) Buscamos, ainda, em livros, algumas referências ao tema, e não nos esquecemos de revêr estatísticas sobre o debatido problema do padrão de vida.

QUE SE ENTENDE POR PAUPERIZAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA?

A julgar pelas aparências, entre os marxistas não poderia deixar de ser vitoriosa a idéia de que no capitalismo «o trabalhador cai no pauperismo e o pauperismo cresce mais rapidamente que a população e a riqueza (1). Existem trêchos avulsos de Marx, além de todo um capítulo de «O Capital» (XXV, tomo I) dedicados ao assunto. Tanto bastou para que Dennis, Montjoie, Thorez desancassem seus opositores, que ousavam erguerem-se contra as tábuas da lei. Henri Dennis chega a dizer: «O objetivo de Marx, neste capítulo, não é explicar um dado período histórico do capitalismo, em determinado país. É o de revelar (grifo meu — J. C.) a lei geral que preside o desenvolvimento do capitalismo, em qualquer lugar e em qualquer tempo» (2). E mais adiante: «Seria fútil e anticientífico querer subordinar a aceitação dessa lei a uma «demonstração» de caráter matemático». Aqui estramos no reino das verdades «reveladas».

Pierre Montjoie acolitando Thorez, afirma embora sem provar: «Não apenas os operários se empobrecem em relação às riquezas que se acumulam, à renda nacional, onde sua parte é hoje muito pequena, mas seu poder de compra diminui, seu salário desce sempre abaixo do nível de reprodução de sua força de trabalho e o pauperismo estende a devastação sobre um número cada vez maior dentre eles» (3). À guisa de comprovação, segue-se uma referência a Marx, sobre o fato de que, estando 5% dos operários desempregados, são estes e não os restantes 95% que determinam o nível dos salários. E adiante, Montjoie insiste com base no fato das dispensas dos operários «envelhecidos» precocemente, dizendo: «com o mesmo salário-dia real, o operário de hoje seria, entretanto, mais pobre que o de outrora. O salário real médio diminui ainda mais, pois o tempo em que o operário trabalha se reduz em relação à duração total de sua vida» (4).

Realmente, entre os ortodoxos, a pauperização é afirmada sem reboços, como fenômeno inexorável. Sua própria definição não a coloca em relação a tempo e espaço.

(x) Entre os citados, não se encontra nenhum economista antimarxista. Vale a pena, entretanto, mencionar a opinião do economista W. S. Woytinsky, expressa em recente conferência no Rio de Janeiro, na sede do Sindicato dos Economistas. Ridicularizando a tese da pauperização fatal, convidava Woytinsky os presentes a comparar o padrão de vida do operário americano de hoje, com os dos povos da Índia, por exemplo, que ainda permanecem na etapa pré-capitalista. É bastante comum, entre os economistas ditos «marxistas», a atitude que o conferencista ironizou. Bettelheim chegou a afirmar que, no século XVII, o trabalhador vivia melhor do que no século XIX ou mesmo no século XX. E compara dietas vitamínicas, condições de habitação, etc., revelando uma grande atração pelo sentido bucólico da vida pré-capitalista (Artigo em «Cahiers Internationaux» n. 50, nov. 1954).

Em que consiste a chamada lei de pauperização absoluta e relativa do proletariado no regime capitalista? Tomemos o texto do «Manual de Economia Política» (5):

Pauperização relativa: a parte da classe operária no montante da renda nacional decresce sem cessar, enquanto que a parte das classes exploradoras está em progressão constante;

Pauperização absoluta: abaixamento puro e simples do nível de vida da classe operária. Esta pauperização se traduz pela baixa do salário real, pela amplitude e duração crescentes do desemprego, pelas más condições de alimentação e habitação, etc.

Tomamos, de propósito, uma fonte hoje considerada «dogmática», devido a que, nos últimos tempos, é comum encontrarem-se argumentadores que procuram corrigir o Manual, sem contudo abandonar a posição «fechada». O exemplo mais típico é o do economista soviético. A. Arzumianian. Adotando posição «ampla», entrou no debate do lado contrário ao de Dennis e Montjoie para, páginas depois, retornar aos mesmos rumos. Transcrevemos, para facilitar o confronto. Diz Arzumianian: (6)

«Este é um ponto de vista falso, uma vez que considera a classe operária como uma massa inerme diante da pressão do capital. Constitui uma subestimação das forças revolucionárias da classe operária. A luta econômica da classe operária não deixa de dar resultados».

Sua crítica, dirigida a Dennis e Montjoie, entretanto, conduziu-o a tergiversar a questão central: tem ou não tem havido pauperização absoluta?

Arzumianian não diverge, no fundamental, de Montjoie, quando apresenta o «new-look» da pauperização. Dois são os seus argumentos:

1 — «O crescimento da produtividade do trabalho leva a rebaixar o valor da força de trabalho e, de outro lado, a inclusão de mercadorias e de novos serviços na esfera das necessidades do operário e de sua família, aumenta esse valor» (7). Esse duplo movimento se expressou historicamente no fato de que a relação entre o valor da força de trabalho e a mais-valia passou, em um século, de 1:1 a 1:3, estando incluídas nesta última relação o aumento da produtividade (estimada por Kuczynsk em 7 vezes, no período) e o aumento do volume e da variedade de bens que compõem as necessidades cuja satisfação foi alcançada pelo operário (essa melhoria não terá sido inferior a 100%, como é óbvio, em nossa aritmética).

A isto Arzumianian chama de demonstração do caráter «absoluto» do empobrecimento. Neste rumo, a nada estaria reduzido o próprio vocábulo, empregado por Marx, para significar, exatamente, fome, miséria, degradação, doença e morte precoce.

2 — Difícil tarefa a de se insurgir contra a ortodoxia marxista. O economista Arzumianian prefere escoregar para o sofisma em sua crítica ao socialista. Rimbart. Diz êle: «... o salário real é, em regra geral, inferior ao valor da força de trabalho» (8). E adiante acrescenta: «... mesmo que o salário real permaneça constante durante um longo período... êle pode se afastar do valor da força de trabalho, se êste aumenta em virtude da modificação do volume e da composição dos bens necessários à reprodução desta força de trabalho». Assim, teríamos a melhoria do padrão de vida socialmente admitida em certo período como razão para justificar a pauperização absoluta.

O interessante é a insistência em raciocinar à base de que em regra geral o salário é inferior ao valor da força de trabalho formulação marxista que os fatos não confirmam.

É neste ponto que Arzumianian se identifica com Montjoie («o operário de hoje será mais pobre que o operário de ontem»).

Voltemos ao conceito marxista de salário. Correspondendo ao valor da força de trabalho, o salário deverá formar-se de dois elementos, «um dos quais é puramente físico, enquanto que o outro tem um caráter histórico e social» (9). Acima do limite mínimo, marcado pelo primeiro elemento, encontramos as condições que compõem «o nível de vida tradicional» que dependem «em grande medida, do grau de civilização de um país» (10). Isto é o que explica, de um lado, as diferenças entre os níveis de salário, em condições de produtividade semelhante, nos diversos setores industriais, países ou épocas. (11)

Justamente este conceito permite esclarecer o sentido da tendência unilateral dos capitalistas em pressionar para baixo o nível de vida dos operários até — se possível — o limite físico ou mais abaixo.

Conseguem os patrões seu intento? Sim, em dadas condições, não difíceis de definir: guerra, crise cíclica, ditadura anti-operária, divisão ou desorientação das organizações de classe do proletariado, etc. É certo, portanto, para sossego dos talmudistas, que a pauperização absoluta é uma constante ameaça aos trabalhadores.

E de outro lado, qual a eficácia no esforço de quebrar o absolutismo dessa queda do salário real? Aquilo que Marx defendia em «Salário, Preço e Lucro» está hoje incorporado à experiência dos operários. «O problema se reduz, portanto, ao problema das forças das duas partes contentadoras», dizia Marx. Depois de um século de lutas, dizem os socialistas Bourgin e Rimbart (12) «... o desenvolvimento do movimento operário, a constituição de grandes organizações sindicais, tendem a regular as condições de trabalho e os salários. Também aqui, a regulamentação é de início privada, isto é, entre patrões e operários. Mas entrando em cena massas consideráveis de milhões de assalariados, ela se torna pública: é a legislação social. E essa legislação acaba por penetrar em todas as relações entre assalariados e empregadores».

OS SINDICATOS E A PAUPERIZAÇÃO

É evidente que, ao transportar para a nossa época a formulação marxista, devemos balancear o que tem representado para o padrão de vida das massas, a ação do sindicato. Se, historicamente, pela limitação de seus objetivos, estão impedidos de cortar o mal pela raiz, (x) a presença dos sindicatos tem alterado a relação de forças. Já é possível medir até que ponto os sindicatos, nos últimos 50 anos, «impediram o movimento descendente» de que fala Marx. É isto que não querem ver os teóricos do «quanto pior melhor», cuja única preocupação é a de caricaturar para a classe operária o bêco sem saída da fome e da miséria, como um convite à rebelião, tantas vezes convertido em monomania estéril, desperada pelas massas.

Encontramos referência ao papel dos sindicatos até entre teóricos conservadores que os incluem entre os fatores «objetivos» que determinam a necessidade de uma reforma de estrutura da economia capitalista. É o caso de Alvin Hansen (13) que define o papel crescente dos sindicatos e associações industriais, ao lado do desenvolvimento da concorrência, etc., entre os fatores da perda de flexibilidade do sistema. O mesmo autor aponta a eficácia da ação sindical contra a redução dos salários nominais, assim frustrando o inten-

(x) O Sindicato «... não deve esquecer que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não mudar sua direção; que aplica paliativos mas não cura a enfermidade» (Salário, Preço e Lucro — ed. espanhola de Moscou, 1941, pág. 56).

to dos capitalistas de descarregar sobre os trabalhadores os efeitos do desajuste cíclico. (x).

De alta significação é, por outro lado, o papel educativo dos sindicatos, no sentido de restringir os efeitos da concorrência entre trabalhadores (xx). Não será falso dizer que a situação neste aspecto avançou bastante desde os tempos de Marx. Já não prepondera sem restrições a regra do salário ser rebaixado sumariamente sob a pressão do «exército de reserva». A unidade sindical tem conseguido sustentar, em algumas circunstâncias, essa luta.

Ao lado disso, tem crescido, como salientam os teóricos socialistas Rimbart e Bourgin, as conquistas políticas e sociais da classe operária a ponto de poder «modificar a repartição das rendas» (14) e isto não como «um presente da burguesia e sim como uma conquista da classe operária». (15)

A força dos sindicatos tem conseguido melhorias substanciais, em alguns países e em certos períodos (xxx). Sentimos seus êxitos mesmo no Brasil. Apesar de possuir um incipiente movimento sindical, que não abrange nem 20% das massas assalariadas, e ainda circunscrito quase só a atividades urbanas, já o operariado brasileiro tem a registrar melhorias em seus padrões de vida, muito inferior, naturalmente, ao dos países desenvolvidos. Observe-se que estamos num país pouco industrializado, onde a produtividade do trabalho não deu o salto dimensionado por Kuczynski. No entanto, em nenhuma hipótese, será aceito, entre os nossos operários a afirmação de que estão mais miseráveis do que em 1920. Nêstes 38 anos, foram adicionados ao valor de sua força de trabalho muitos «elementos históricos e sociais», diretamente sob a forma de salários, ou indiretamente, sob a forma de benefícios sociais. Sua vigilância nesta, como nas etapas anteriores, permanece voltada contra a ameaça de pauperização absoluta. Aí está a inflação a deteriorar em cada 24 horas o seu salário nominal. Aí estão os patrões a se aproveitarem de suas divisões ou da competição pessoal, mazelas que jogam contra seu nível de vida. Contra a lei tendencial da pauperização valem, no entanto, os recursos da unidade operária. Para exemplificar, mencionamos a tendência no estudo do Grupo mixto BNDE-CEPAL «Desenvolvimento Econômico do Brasil» (16):

«... houve uma diminuição relativa do consumo das classes assalariadas, em 1951-52, etapa em que se acelerou o processo inflacionário. No entanto, em 1953 se inicia já uma inversão de tendência, embora menos acentuada, no setor dos assalariados privados».

(x) "Teoria Monetária e Política Fiscal" — Fundo de Cultura Econômica — México. Pg. 148. Diz o autor: "... Keynes estava certo, sem dúvida, quando afirmava que os assalariados resistiriam... à diminuição dos salários nominais. Isto não é uma "ilusão monetária". Uma diminuição dos salários nominais para um sindicato isolado significa diminuição do salário real". E adiante "... os assalariados podem resistir... mesmo quando os preços estejam caindo, simplesmente porque tenham uma idéia muito vaga do movimento exato do custo da vida".

(xx) "Os progressos da indústria... impõem, em vez do isolamento dos operários pela concorrência, sua união revolucionária pela organização" — "Manifesto do Partido Comunista" — Marx, Engels.

(xxx) M. Kalecki registra que "quando existem sindicatos poderosos as margens de lucro podem tender a ser menores por várias razões". ("Teoria da Dinâmica Econômica" — F. C. E. 1956, pg. 19). Na mesma obra (pg. 163) adverte que "... um descenso a longo prazo, dos salários — que se associa ao debilitamento dos sindicatos operários — tenderá... a elevar o grau de monopólio e, portanto, a provocar um deslocamento dos salários para os lucros. Longe de estimular o crescimento da produção, este fenômeno... tenderá a afetá-lo adversamente".

Essa tendência consistiu na redução da percentagem do consumo nacional que corresponde aos assalariados, de 27,8, em 1949, para 25,8%, em 1952, passando a 26,1% em 1953. Já em 1954 terá subido um pouco mais essa taxa (salário mínimo, greves, etc.).

Em cada período ou fase, mesmo que o nível de vida seja superior ao de épocas anteriores, o salário estará sujeito a reduções bruscas, que podem levar o operário a cair no limite extremo da miséria. Neste sentido, tem atualidade a formulação de Marx.

TEM HAVIDO PAUPERIZAÇÃO ABSOLUTA?

Em outras palavras, trata-se de examinar em que medida melhoria do padrão de vida dos trabalhadores no período de 50 ou 100 anos para cá. Vamos alinhar fatos e argumentos. Fourastié aponta em seus livros e artigos dezenas de dados bastante elucidativos. Eis alguns deles, relativos a dois países capitalistas, a França e os Estados Unidos:

- 1 — ... «o homem médio de 1750 absorve apenas 2/3 das 3.000 calorias diárias necessárias à sua vida vegetativa; de 1750 a 1830, seu nível de vida dobra; de 1830 a 1930, dobra de novo, apesar de uma redução da duração do trabalho» (17)
- 2 — Entre 1830 a 1930, na França, o consumo «per capita» de trigo aumentou de 40%, o de batatas, 100%, enquanto que o de açúcar passou de 2,4 kg. para 24 kg. anuais. (18)
- 3 — Nos Estados Unidos, o salário hora, expresso em quilos de trigo, passou de 3,6 kg. para 21 kg., entre 1876 e 1953, enquanto, na França passou de 3,3 para 6 kg., no mesmo período. (x).
- 4 — Tomando como ano base 1900, os salários reais tinham, na França, o índice de 75 em 1878, e 135, em 1953, enquanto nos Estados Unidos, para o mesmo ano base, passaram de 100, em 1885, para 215, em 1953 (xx).

Em oposição às estatísticas do sr. Jean Fourastié, temos em mãos os trabalhos do prof. Charles Bettelheim, que assim apresentam o fenômeno da evolução do padrão de vida: (19)

- 1 — Segundo êle, a evolução do salário real revela uma redução absoluta no caso da França; entre 1900 e 1952, teria caído de 100 para 65, enquanto nos Estados Unidos verificou-se um aumento de 100 para 130, no período. Isto se relaciona, segundo o autor, a peculiaridades da evolução entre os países da Europa e os Estados Unidos.
- 2 — A causa da disparidade entre as cifras citadas está em que, segundo Bettelheim, não deve ser computado o «salário indireto» que Fourastié incluiu em seus dados. Da mesma for-

(x) "La Civilisation de 1957..", P. U. F., 1953, pg. 46. Tais dados não registram a mudança resultante da diminuição da jornada nesse período de tempo. Uma hora de 1953, vale mais que a hora de 1876. A igual resultado chega o sr. Paul Louis em seu livro "La condition ouvrière en France depuis cent ans". P. U. F., 1950, pg. 122, em relação ao aumento do nível de consumo de pão, carne, etc., embora saliente o caráter precário desses dados, tendo em conta as variações da composição do orçamento operário.

(xx) C. I., n. 56-7, pg. 44. O próprio Fourastié apresenta outras estimativas de salário real médio, segundo avaliação de diversas origens. Uma autoridade no assunto, M. Kuczynski ("Labour conditions in Western Europe 1820-1935") encontrou um aumento de apenas 12% para o salário real na França entre 1900 e 1935. Cf. J. Fourastié "Machinisme et Bien-Être", Paris, 1951, pág. 89".

ma, Fourastié usa dados relativos aos operários braçais e Bettelheim acha preferível usar os salários médios do conjunto das categorias. E outras divergências menores explicam a contradição a que chegaram os pesquisadores.

- 3 — Bettelheim, ao mesmo tempo que exclui o salário indireto, critica Fourastié de ter deixado de lado o desemprego, no cômputo do salário real. Esse fator pesaria em favor da redução dos índices.
- 4 — No caso dos Estados Unidos, Bettelheim toma em consideração erros e inexatidões dos índices de custo de vida oficiais, a influência do desemprego, etc., e conclui que «a classe operária americana, tanto como a dos outros países, não escapa à degradação de suas condições de existência, devida à crise geral do capitalismo».

Não julgamos necessário referir outras fontes que versam sobre o problema do padrão de vida já que pretendemos tão somente salientar a existência de uma deformação que tem impedido, de um lado como de outro, maior aproximação à realidade. O idealismo de Fourastié o impede de utilizar com mais prudência as estatísticas oficiais, enquanto o apriorismo «de classe» de Bettelheim o leva a negar aquilo que qualquer operário teria confirmado sumariamente. (x) O receio de incorrer no crime de «reformismo» está patente no trabalho de um mestre do quilate de Bettelheim, apesar de que sua preocupação principal — na polêmica — foi a de fundamentar a pauperização relativa, tese bastante mais justificável.

Em que ficamos? Fourastié subestima fatores que pesam contra o padrão de vida. Bettelheim suprime vantagens efetivas que estão incorporadas no nível de vida das massas. Entre essas tendências, é preciso discernir as suas razões parcialmente válidas. Vamos listar, sumariamente, alguns dos principais itens que formariam hipoteticamente o numerador e o denominador desta fórmula do padrão de vida (tomamos a nomenclatura usual em nossa língua):

NUMERADOR

Salário nominal com escala móvel; repouso semanal; férias; auxílio-doença; aposentadoria; pensões; direito a refeições baratas; escola pública; aprendizado, por conta da empresa; melhoria das condições sanitárias da região, cidade e bairro; hospitalização; creches; planos de casas populares, etc.

DENOMINADOR

Defasagem inflacionária; intensificação do trabalho; desemprego total ou parcial; impostos diretos (renda); subestimação dos índices de custo de vida; rebaixamento do padrão de qualificação; serviço militar; guerra; crise; redução da vida útil, etc.

É possível em casos concretos definir o padrão de vida de um povo e examinar sua evolução no tempo. Bettelheim, talvez para não descer ao concreto, acha extremamente difícil determinar essas variáveis.

(x) O economista Eugénio Varga, (*Sur l'Economie du Capitalisme dans l'après-guerre* — *Economie et Politique*, n. 24, pg. 49) defende, por exemplo, que nos Estados Unidos, a conjuntura da alta do pós-guerra "não acarretou a elevação dos salários reais (ou uma elevação muito insignificante)" e acusa as estatísticas, que rebaixam os índices de custo de vida e incluem nos salários reais também impostos e salários de diretores. De um extremo passa para outro.

O FATOR DESEMPREGO

No denominador de nossa fórmula, é extraordinária a importância do desemprego, em especial nas fases de crise, quando a classe operária em conjunto divide suas rendas, amputadas em elevada proporção, para manter milhões de pessoas desocupadas.

Todos os índices de padrão de vida registram o que significou para a classe operária a grande crise de 1929-1930, que, em seu ponto mais baixo, manteve desempregados cerca de 30 milhões de pessoas em todo o mundo capitalista. A crise de superprodução de 1949 e a crise intercalar de 1954 — caracterizada assim por J. Kuczynski — tiveram menor repercussão na redução nível do emprego. Foram rapidamente absorvidas. Kuczynski registra a seguinte evolução nos índices da produção industrial dos Estados Unidos, tomando o ano base de 1937. (20)

Crise de 1938	Crise de 1949	Crise de 1954
1937 100	1948 170	1953 217
1938 79	1949 156	1954 201
1939 96	1950 187	1955 226
1940 111		

E aponta a queda do nível de emprego na indústria de 23% e de 13% respectivamente para as crises de 1937-8 e 1948-9., o que significa enorme sobrecarga sobre o nível de vida da classe operária. A curta duração de ambos os processos depressivos não impediu que se desmoronassem as ilusões de equilíbrio com que se têm alimentado os líderes do capitalismo americano. A tese de que o «boom» de após-guerra marcaria o início de uma «nova era» do capitalismo e se prolongaria ao infinito já que encontra apóio na realidade dos índices. A chamada «pausa» de 1954 foi seguida de 3 anos de ascenso e já em fins de 1957 (de setembro em diante) os índices de produção industrial voltam a cair.

Para a nossa questão, importa acompanhar a evolução da ocupação. A incrível elevação do emprego e a queda relativa do desemprego crônico nos Estados Unidos, que haviam levado A. Sauvy (x) a uma posição de otimismo, ameaçam desaparecer. Já em janeiro de 1958, telegramas de Nova Iorque nos informam que o desemprego alcança 4.500.000 pessoas, com tendência a subir ainda mais. Aliás, o desemprego antecede à própria crise, tendo crescido de cerca de 400.000 entre janeiro e julho de 1957, caindo depois até outubro, para depois subir novamente. O excelente estudo de Paul A. Baran (21), professor da Universidade de Stanford, nos resume as grandes linhas de desenvolvimento do ciclo econômico norte-americano, em que o elemento novo é formado pelos «fatores internos de equilíbrio», agrupados por ele em três categorias: liquidez dos bancos e sociedades, seguros de «chomage» e garantias aos agricultores, e a estabilidade das vultosas despesas públicas. Depois de acentuar que, apesar de úteis «no papel de freio numa crise, amortecendo a queda», não bastaria tais fatores para impedir a crise ou reduzir seriamente sua duração, Baran augura o fim do «boom» dos investimentos, sem o exagero comum aos profetas da crise, mas com bastante rigor na crítica aos «expedientes» anti-cíclicos america-

(x) "A grande crise esperada não veio. A produção industrial se mantém em nível duplo em relação ao pré-guerra; o desemprego caiu de 75% e o emprego aumentou de 45%. Os 60 milhões de "jobs" esperados se tornaram 67 milhões de empregos efetivos, sem contar as forças armadas, contra 55 milhões em 1938. O pleno emprego, contudo não foi realizado. A estatística registra 2.600.000 trabalhadores sem ocupação, o que corresponde a 4%, cifra não desprezível. ("Possibilités d'une evolution" — C. I., n. 86, maio 1957, pg. 34).

nos. Ao proletariado caberá manter-se alerta para acentuar suas defesas contra a tempestade que se aproxima.

A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NAS CONDIÇÕES ATUAIS

Segundo os textos marxistas, os processos de intensificação do trabalho, à medida que se realiza a redução do número de horas de trabalho ocasionam a perda da energia vital e, em certas condições, o envelhecimento precoce, as enfermidades nervosas, a maior incidência de acidentes no trabalho, etc., tudo isso correspondendo a maior grau de pauperização individual e coletivo (da classe tomada em seu conjunto). (x) Bibliotecas científicas são dedicadas hoje, aos efeitos da «racionalização» taylorista sobre o trabalhador. A deterioração do nível de qualificação da mão de obra foi objeto de pesquisas sérias como a conduzida por Robert Franklin Hoxie, em 1916, o qual, a respeito do sistema de «organização científica do trabalho», assim se exprime:

«... destrói toda instrução e habilidade de ordem mecânica; fraciona o trabalho em uma série de pequenas tarefas e confina os trabalhadores na execução contínua de uma delas; tende a eliminar os trabalhadores qualificados, priva o operário da possibilidade de aprender um ofício, rebaixa os qualificados ao nível dos não qualificados, os desloca e os obriga a entrar em competição com os menos qualificados, etc». (22)

Mas esse movimento de degradação do trabalho não é linear e sim cheio de contrastes. É o sr. George Friedmann (obra citada, pág. 184) quem nos lembra que já Adam Smith a observava nas manufaturas do século XVIII. E o livro de Andrew Ure (1835) «Philosophie des manufactures», fartamente utilizado na obra de Marx, enumera muitos dos aspectos que ainda hoje chocam a quem estuda o processo de produção industrial. No entanto, neste capítulo, podemos apontar resistências e mudanças no rumo da intensificação do trabalho:

Por iniciativa da classe operária — A tendência espontânea que leva os operários a freiar (xx) o ritmo de trabalho ou a simplesmente «folgar» nos pátios e sanitários em hora de trabalho, é já uma defesa contra o excesso de desgaste ou a estafa. O ideal do «homem-máquina» não é aplicado sem oposição, em especial quando os operários «constatam que a expansão de sua força de trabalho não se traduz no que eles consideram como justo aumento de salário»... Sua atitude é a de «não usar todo o seu potencial de habilidade»... numa «espécie de inibição das forças profundas — habilidade, jeito, dom inventivo — cuja importância seria perigoso subestimar».

Mas, ao lado da resistência espontânea e tradicional já se pode registrar um movimento consciente de repulsa aos excessos de desgaste da força humana de

trabalho. O caso de algumas corporações, no Brasil, é típico. Em seguida a lutas sindicais pertinazes, os estivadores chegaram a possuir todo um código de trabalho que corresponde, embora nem sempre de forma lógica, ao que julgaram ser o melhor método de evitar o desgaste físico e os riscos de acidentes, outros tão comuns. Os marítimos, também, já possuem hoje regulamentos legais que registram normas super-detalhadas sobre o exercício profissional. Dezenas de outros ramos se colocam entre os beneficiados por alguma espécie de «freio» legal aos excessos da intensidade mecânica do trabalho. O fenômeno é universal. O centro de atenção dos sindicatos se desloca do problema do número de horas de trabalho, à vista da quase universalização do regime de 8 horas — para o problema da intensidade de trabalho (aumento do gasto de trabalho por unidade de tempo) e já existem meios legais de que o operário se serve, em alguns países, para evitar os abusos do capital.

Por iniciativa da empresa — Em graus variáveis pode-se dizer que, mesmo entre alguns setores capitalistas; já existe uma certa compreensão da necessidade de dosar a intensidade do trabalho em benefício do próprio rendimento técnico. Outra não é a consequência da instituição de tantos serviços de psicotécnica, orientação profissional e planejamento de produção, embora sempre criados para estimular ainda mais a intensidade do trabalho. São inúmeras as obras de pesquisadores que apontam o imenso prejuízo que traz ao capitalismo o fato de seus operários trabalharem sob pressão.

Por outro lado, nas condições do mundo de hoje, já é possível distinguir os problemas do desenvolvimento técnico, naquilo que eles independem do caráter de classe do sistema econômico. A batalha da ciência e da técnica contra as formas mais desumanas de mecanização é travada, simultaneamente, na U. R. S. S. e nos Estados Unidos (x). As «inovações» são universalizadas pese às barreiras extra-econômicas. Já se compreende que o «trabalho mecanizado do homem é a escravidão transitória de uma mecanização imperfeita» (24). A referência irônica de George Friedmann (25) («Cincoenta horas por semana na cadeia de montagem serão mais «atrativas» em si mesmas numa usina de tratores ou de automóveis de Gorki ou de Detroit?») deve servir para abandonar-se o «slogan» fácil que vê todo negro no lado capitalista sem poder apontar tudo branco no lado socialista. A coexistência dos dois regimes permitirá ao proletariado dos países capitalistas definir seus objetivos sob o critério da viabilidade, nesta questão da melhoria das condições técnicas de trabalho.

TEM HAVIDO PAUPERIZAÇÃO RELATIVA?

Tanto em «O Capital» como em «Salário, Preço e Lucro», e «Trabalho assalariado e Capital», Marx conceitua esta antinomia básica do sistema capitalista. A elevação e o rebaixamento do salário e do lucro... «acham-se em razão inversa. A parte do capital, o lucro, aumenta na mesma proporção em que diminui a parte (da força) do trabalho, o salário, e vice-versa. O lucro aumenta na medida em que diminui o salário e diminui na medida em que este aumenta» (26)

(x) A respeito da redução da jornada, Marx escreve que... «o enorme impulso que dá ao desenvolvimento do sistema mecânico e à economia de custos obriga o operário, também, a gastar mais atividade no mesmo período de tempo, e cerrar os poros da jornada e a condensar assim o trabalho em um grau que não poderia atingir antes da redução da jornada. Desde então começa-se a medir a grandeza do trabalho duplamente, segundo sua duração e segundo seu grau de intensidade, isto é, segundo a massa que se comprime num espaço de tempo dado, uma hora, por exemplo». Cf. Charles Bettelheim, «La classe ouvrière et le progrès technique em regime capitaliste — I» — in C. I., n. 50, pg. 35.

(xx) No livro «Problèmes Humains du Machinisme Industriel», ct., págs. 266 e 229, G. Friedmann se refere aos estudos de Max Weber, sobre o «frenagem» e do próprio F. W. Taylor sobre a «flânerie».

(x) Bettelheim (C. I., n. 50, pg. 46) procura distinguir uma substancial diferença entre a técnica socialista e a capitalista, esta baseada, «Sempre que possível tecnicamente nas inovações que permitem substituir a mão-de-obra qualificada pela não qualificada». E acrescenta: o «socialismo é caracterizado por uma tendência inversa» (grifo meu, J. C.). Então, deveria haver na U. R. S. S. outra espécie de máquinas, que nem podemos imaginar. Ou, noutra hipótese, haveria mão-de-obra desperdiçada, já que a mecanização suprime seu papel na produção.

E adiante, na mesma obra: «Se o capital cresce rapidamente, o salário pode aumentar, mas o lucro do capital aumenta com um ritmo desproporcionalmente mais rápido. A situação do operário melhora (o grifo é meu J. C.) mas à custa de sua situação social, o abismo social que o separa do capitalista se aprofundou». (27)

Ainda um elemento: «nem o salário nominal, nem o salário real... esgotam as relações que se contêm no salário. O salário se acha determinado também, e sobretudo, por sua relação com o lucro, com a renda do capitalista: é um salário relativo, proporcional». (28)

A mesma evidência que nos levou a negar tenha havido pauperização absoluta — em caráter universal e em todos os momentos — nos leva a aceitar, como verídica, a constatação de que vem decrescendo, historicamente, a proporção da renda nacional de que se apropriam os trabalhadores. «Qualquer que seja a taxa dos salários altos ou baixos, a condição dos trabalhadores deve piorar, à medida que o capital se acumula» (29).

Este fenômeno é aceito por quase todos os pesquisadores que participaram do debate à que nos temos referido. Bettelheim adianta dados: «a parte dos salários na renda nacional caiu de 45%, em 1938, para 34%, em 1949, enquanto a parte dos capitalistas passou de 29 para 50,5%». (30). Com base nesses dados, estima que a taxa da mais-valia passou, nesse período de 64% para 148%.

Mantemos reserva ante as cifras dêste autor, pelo seu vezo de exagerar o sentido negativo do fenômeno. É difícil admitir uma elevação tão rápida da taxa de mais-valia. Esquece-se Bettelheim, como sempre acontece com os ortodoxos, o outro lado da realidade: qual seria a taxa de mais-valia, digamos, em 1900, se mantido o ritmo de duplicar cada dez anos? Ou será que o período de 1938-49 é excepcional, ou ainda que teria havido um movimento de redução da taxa em períodos anteriores?

Preferimos uma fonte insuspeita, como é a do economista M. Kalecki (31) que nos dá a participação dos salários, no «valor agregado» da indústria manufatureira, no período de 1879-1937:

1879	—	47,8%
1889	—	44,6%
1899	—	40,7%
1914	—	40,2%
1923	—	41,3%
1929	—	36,2%
1937	—	38,6%

As oscilações registradas, embora pequenas, percentualmente, como não podia deixar de ser, nos dão a idéia da relação existente entre o nível dos salários e o nível do produto social (nos momentos de crise, aumentam as percentagens como resultado da queda do produto). Mas, a tendência secular é, ao menos até aqui, a de redução da taxa.

PRODUTIVIDADE TÉCNICA

É de enorme importância para o nosso tema o exame — embora superficial — da questão da produtividade. Não aceitamos... «o progresso técnico como a causa preponderante da melhoria do nível de vida do povo e do poder de compra dos nossos operários» (32). Mas,, admitimos com Fourastié a correlação entre os dois fenômenos, atitude a que se negam os autores «mar-

xistas» como Dennis, Arzumaniam, etc., preocupados com a defesa da afirmação de que «o capital, quando põe a ciência à seu serviço, reduz à razão, sempre, a mão rebelde do trabalho». (33). Azurmanian fecha a questão: «Os fatos (!) provam que o aumento da produtividade do trabalho beneficia somente aos capitalistas e em nada os operários». (34).

O RACIOCÍNIO CONTRA A EXPERIÊNCIA

É chocante vêr-se desenvolver um debate em que o lado subjetivista, enredado em explicações livrêscas, com horror aos fatos, é exatamente o lado dos que se chamam de marxistas. É esta a situação, que leva J. M. Fourastié a exclamar: «nada pode o raciocínio contra a experiência» (35) diante de opositores que não vacilam em afirmar dogmas contra a verdade das cifras, para impedir que se comprove um efetivo levantamento do padrão de vida nos quadros do capitalismo. E não se diga que, assim, está se defendendo o regime atual. É o próprio Fourastié quem formula a condenação do capitalismo: «Na realidade, deve-se dizer que o progresso técnico engendrou um progresso econômico, não tanto graças ao regime político e jurídico, mas apesar dêle». E adiante «... não é senão acessoriamente, fóra da vontade e mesmo da consciência do empresário e, por isso, tão tarde e tão pouco quanto possível, que a busca do lucro conduz assim ao progresso social» (36).

PRODUTIVIDADE E RENDA REAL

É indubitável que se o capitalismo consegue manter constantes os salários reais, absorvendo para si a totalidade dos aumentos de produtividade, serão inevitáveis — como diz Noyola Vasquez — «distorções que tendem a reduzir a produtividade dos investimentos e a freiar o desenvolvimento». (37). O gasto crescente dos consumidores, «como elemento puramente induzido» (38), acompanha a evolução da produtividade. Contra isto se levanta Montjoie (39) que, em nome da lei da pauperização absoluta, se esforça por provar que tudo tem piorado, apesar do adiantamento técnico. No mesmo artigo (pg. 26), retoma o problema, sob outra faceta, para aceitar que «as exigências da grande produção capitalista, as condições novas de exploração do trabalho, a vida nas grandes cidades industriais, multiplicaram as despesas dos operários... Mas, o proletariado «pôde também impôr à burguesia a introdução de um certo número de produtos novos no custo da reprodução da força de trabalho». A divergência está em definir se foi cedido de bom-grado pelos industriais ou arrancado pelos operários. Nisto — e só nisto — ficamos com Montjoie, embora sua posição tenha sido a de negar a evidência, de modo tão ridículo que teve contra si, na polêmica de «Cahiers» o próprio soviético Arzumaniam.

Houve aumento da renda real «per capita» de que participam os trabalhadores. Vejamos alguns dados:

— De 1865 a 1946, a produção industrial americana foi multiplicada do 40, tendo triplicado a população no mesmo período. A produção «per capita» aumentou 13 vezes. Separando o setor de guerra, que consumiu 40% da produção total em 1944, ainda assim o valor da produção de uso civil revela um crescimento ponderável nos últimos anos (40).

— No caso da França, embora acuse índices de elevação bastante menores, encontramos que sua produção agrícola sextuplicou desde 1800, a produção industrial multiplicou por 50 seu valor global. Para uma população que cresceu em menor proporção, e sa-

bendo-se que decresceram sem cessar os preços dos produtos manufaturados, admite-se que a produção industrial aumentou de 100 vezes o seu valor «per capita», a partir de 1800 até os nossos dias (41).

Esta é a base para a melhoria dos salários reais, sobre a qual atuaram — e de fato atuaram — dois fatores: a luta da classe operária por melhores salários e as próprias contradições setoriais do capitalismo (setores industriais em busca de mercado para sua produção) (42). Penso que isto não se choca com a própria idéia expressa por Marx, da necessidade de «se pôr um freio», sem o qual «o capital... trabalhará, sempre, implacavelmente, e sem limites, por empurrar a classe a este nível da maior degradação» (43). Como vemos, a pauperização absoluta não é fatal, está sujeita a anular-se «se um poder mais alto se levanta»...

O que surpreende é que, diante de tanta riqueza produzida, não têm os operários conseguido apoderar-se de nacos mais grossos da renda nacional e ainda estão pesando sobre seus ombros os efeitos de uma pauperização relativa. Embalados pela cega subordinação a um dogma morto (pauperização fatal), os marxistas, de um modo geral, têm desprezado a enorme possibilidade de alargamento da renda auferida pela classe operária nos países desenvolvidos. Cuidando de não cair «no reformismo» mantêm-se desarmados, tal como os operários ingleses ante o velho Weston (Vêr «Salário, Preço e Lucro»), sempre preocupado com a inanidade da luta pelo aumento de salário. Não é justo dizer que o benefício do progresso técnico se dividiu — conforme diz Fourastié (44) — em partes iguais entre a elevação do nível de vida e a redução da jornada de trabalho. Em sua apreciação, o sociólogo se esquece totalmente de apontar três partes que entram no bôlo: 1) — a parte da renda destinada à reinversão; 2) — os lucros que os capitalistas consomem; e 3) — a parte destinada aos setores improdutivos (Estado, etc.). Melhor seria apontar que a parte menos vultosa, em sentido relativo, cabe ao setor operário.

CRESCER O SETOR TERCIÁRIO

Que mudanças têm causado o aumento de produtividade na estrutura da produção e do trabalho?

Com o próprio desenvolvimento técnico, verifica-se a possibilidade teórica de reduzir a um décimo a quantidade de trabalho dispendido, em todo o globo terrestre, para garantir o abastecimento dos níveis atuais de consumo de todos os produtos, agrícolas ou industriais. (45). Os dados referentes à divisão setorial das ocupações nos Estados Unidos permitem prever uma crescente redução relativa da mão de obra agrícola e industrial, seguida do alargamento do número de ocupados em atividades terciárias. Assim, nos últimos 150 anos, o valor da produção do setor primário (agricultura), que correspondia a mais de 75% da produção nacional bruta, reduziu-se a apenas 9% em 1945, e ainda, nos últimos anos. Já o setor secundário (indústria) aumentou sua participação até 1920, quando alcançava mais de 27% da produção total, para depois reduzir-se a 20%, em 1945, e, ainda menos, no período seguinte. Só o setor «serviço» cresce ininterruptamente, neste século e meio, chegando a 71%, em 1945. (46).

É de grande significação esta tendência secular, a que não escapam, malgrado a diferenciação e a desigualdade de evolução, todos os demais países industriais. Este ponto do desenvolvimento da produtividade é caracterizado pelo demógrafo A. Sauvy (47) que aponta «o aumento das classes médias (alargamento, no centro, da pirâmide das rendas), o envelhecimento da

população e os encargos militares»... que «absorvem uma parte do aumento da renda nacional». Ao dizer que «no conjunto, a economia está em melhor estado do que antes da guerra, sem trazer contudo satisfação», Sauvy deixa de distinguir certos fatores positivos presentes no quadro acima descrito e outros bastante negativos que, dentro do setor terciário, não correspondem a níveis de vida mais altos.

Entre os diversos países, existem contrastes. Enquanto o operário francês tinha, em 1938, 24 «escravos mecânicos» à sua disposição, o americano possuía 140. Na mesma época o operário brasileiro não tinha sequer 5 C. V. à disposição.

O objetivo da automatização — diz W. Grossin (48) — é o de diminuir o preço do trabalho do homem... E adiante condena a idéia do sr. Harrison Brown («The Challenge of Man's Future») segundo o qual «... a oficina automatizada tem necessidade para funcionar de menor número de trabalhadores qualificados; este é um outro aspecto da automatização suscetível de acelerar a marcha do progresso». Repele Grossin «essa marcha ao progresso» fundada na desqualificação de operários e em sua pauperização.

Separaremos os dados do problema. A pauperização haverá ou não independentemente da automatização. Depende de muitos fatores, inclusive do operário. Quanto à desqualificação, examinamos os frutos dessa tendência (já analisados desde Marx) e verificamos que a desqualificação é sempre contraditória em sua evolução. O constante aperfeiçoamento da qualidade dos produtos impõe uma revisão cada vez mais acelerada da técnica produtiva e o surgimento de novas máquinas. Surge, em cada momento, a necessidade de operários aptos, hábeis mecânicos e dirigentes da produção. Friedmann (49) chama a atenção para a «dupla polarização da mão-de-obra que, de um lado, concentra a qualificação cada vez mais elevada em cima e, de outro lado, na base, multiplica a mão-de-obra especializada, suprimindo as categorias intermediárias». Em outro livro, Friedmann chama a este processo de «novo artesanato» (50).

A PRODUTIVIDADE, FATOR DE PROGRESSO SOCIAL

A não aceitação — entre os chamados marxistas — da melhoria evidente do nível de vida, se converte em uma apaixonada oposição à tese de que o aumento da produtividade técnica pode favorecer o padrão de vida dos trabalhadores. Esta fórmula, defendida por Fourastié, assim pode ser resumida:

- 1 — não pode haver aumento de nível de vida sem aumento de produtividade.
- 2 — Os operários devem reconhecer que o fator mais certo, mais rápido e mais eficaz do progresso econômico e social é a melhoria dos métodos de produção.
- 3 — Se, a curto prazo, esta melhoria não é condição suficiente para elevar o poder de compra das massas é, entretanto, a longo prazo, uma condição realmente necessária e suficiente.

Em defesa das posições marxistas, intervêm Bettelheim:

- 1 — É possível «elevar o nível de vida sem aumentar a produção nem a produtividade, reduzindo ou suprimindo a utilização improdutiva das riquezas» (o que valeria, segundo ele, cerca de 20 a 30% a mais na renda média da maioria da população).

2 — São inaceitáveis os dados referentes ao aumento do «nível de vida médio» na sociedade capitalista, o qual poderá aumentar enquanto se rebaixa o nível de vida da grande maioria da população. «Não se pode de modo algum estabelecer uma relação qualquer entre o «nível de vida médio», e a «produção média «per capita» já que se reduz a produção entre os produtores e a população total».

Chocam-se as tendências já anteriormente apontadas. Fourastié confunde o fator «condicionante» objetivo que permitirá à classe operária lutar por uma elevação efetiva de seu salário, com uma espontânea melhoria, que jamais pôde ser observada no regime capitalista. Por sua vez, Bettelheim, defendendo uma justa tese (ponto 1) exagera o papel da «utilização improdutiva da riqueza», quando a principal parcela da mais-valia permanece no âmbito da aplicação produtiva. Em nossos dias, vale o argumento para acentuar um gênero «improdutivo» de utilização que teria esse caráter: as despesas militares que consomem em todos os países (inclusive os socialistas) gôrda fatia da renda nacional.

De qualquer forma, é interessante que os trabalhadores, em especial num país como o Brasil, se apoderem de um fértil instrumento em sua luta pela melhoria de vida. O Brasil está em acelerado processo de industrialização e, neste caso, é fácil estimar que o nível da produtividade técnica do trabalho deve estar em elevação também rápida. Nada mais justo que a tese de Fourastié, aplicada às reivindicações dos operários industriais, desde que corrigida em seu cunho idealista.

Em lugar de opôr-se ao progresso técnico, os operários se colocam à sua frente, mas devem saber impôr, com tenacidade, suas condições ao capital. Sem consciência disso, terão que sofrer, na própria pele, os resultados da ação «espontânea» que só lhe trariam em caráter absoluto.

CONCLUSÕES

Estas «notas de estudo» representam uma tentativa de revisão de velhos conceitos que predominavam em meu espírito e entre quase todos que estudavam economia marxista no Brasil. Vali-me de excelente material e procurei transmitir — com o máximo de objetividade — opiniões e fatos, teses e doutrinas, procurando apresentar as idéias que me pareciam mais justas.

Longe de encerrada a pesquisa e a polêmica. Não me foi possível atacar alguns temas que deixo na mesa da discussão:

- 1 — Qual a relação que se pode estabelecer entre a perda da validade da tese marxista da pauperização absoluta do proletariado, nas condições do fortalecimento da ação operária em países sob regime democrático, e o revigoramento da tese marxista sobre a possibilidade da transição pacífica para o socialismo? (*)
- 2 — Como se pode explicar, dentro do sistema de idéias do marxismo, a não realização da revolução proletária, em nenhum país capitalista desenvolvido, até o presente, e a quase geral aplicação, a esses países, da tese da possibilidade da transição gradual, sem o recurso a uma revisão completa da lei marxista da pauperização, cuja ação corresponderia, historicamente, ao fermento indispensável à preparação revolucionária?

3 — Em que medida as reformas parciais e as conquistas políticas e sociais da classe operária, que se tornaram bandeira dos sindicatos e Partidos reformistas (II Internacional) e, mais tarde, também dos Partidos Comunistas, se converteram em fator objetivo dentro da estrutura da economia capitalista, a ponto de alterar sua lei da repartição do produto social?

(*) O socialista italiano Lelio Basso formula com justeza, a meu ver, a nova contradição colocada pela aceitação da tese do desenvolvimento pacífico: "... se admitirmos que a burguesia possui todo o poder e que as instituições do Estado refletem justa e exclusivamente este poder, é difícil imaginar que se passe pacificamente e de uma só vez para as mãos do proletariado, por um simples voto parlamentar. Mas se concebemos a conquista do poder, como um processo em desenvolvimento contínuo, se concebemos as instituições como a expressão da relação real de forças em movimento contínuo, isto é, como a expressão de um equilíbrio continuamente instável nos diversos graus do poder, podemos imaginar que a classe ascendente possa conquistar uma parte do poder sem cessar de crescer por via pacífica, sem que nenhuma nova conquista deva ser feita com o recurso à violência. Isto aconteceu, como se sabe, com a burguesia; poderia ocorrer também com o proletariado".
"Marx, Engels e o caminho pacífico para o socialismo" — C.I., n. 83, fev. 1957, pág. 26.

Estas questões se contam entre as que deverão merecer estudo dos marxistas, se é que o rompimento com a «teoria dos dois campos» marcou para eles uma efetiva reviravolta em sua conduta no terreno ideológico e cultural. A afirmação de confiança na revitalização do pensamento marxista que nos foi transmitida por Henri Lefebvre («O marxismo e o pensamento francês», in NOVOS TEMPOS, n. 3, págs. 1/15), poderá nos inspirar nesse esforço de estudo e debate em torno a problemas econômicos. Infelizmente, a economia não permaneceu imune, nestes 30 anos, da influência do pensamento obscurantista, quase clerical, anti-científico, do chamado «marxismo oficial».

FONTES

- 1 — Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels.
- 2 — "La Revue Socialiste et la pauperisation" — Economie et Politique — n. 25, Julho 1956, pág. 48.
- 3 — "La pauperisation Absolue" — Economie et Politique — n. 24, junho 1956, pág. 9.
- 4 — Idem, ib., pág. 15.
- 5 — "Manuel d'Economie Politique", Inst. de Economia da Academia de Ciências da URSS, Editions Sociales, Paris, 1956, pág. 159.
- 6 — "Question de la theorie marxiste-leniniste de la pauperisation" — Economie et Politique", n. 27, out. 1956, pág. 11.
- 7 — "Le socialiste Rimbert et la theorie marxiste de la pauperisation" — Economie et Politique, n. 33, abril 1957, pág. 13.
- 8 — Idem, idem.
- 9 — Marx — Salário, Precio y Ganancia" — Ed. espanhola de Moscou, pág. 52.
- 10 — Marx — "El Capital", T. I, pág. 190, ed. F.C.E.
- 11 — Sobre este ponto leia-se A. Pesenti "Les contradictions demeurent" — Cahiers Internationaux — n. 89, set. 1957, pág. 21.
- 12 — "Le Socialisme" PUF, Paris, 1955, pág. 54.
- 13 — Alvin Hansen ("Política Fiscal y Ciclo Económico", Fondo de Cultura Económica, México, pág. 401).
- 14 — G. Bourgin e P. Rimbert — "Le Socialisme" — P.U.F., 1955, pág. 112.

- 15 — Idem, idem.
- 16 — "El desarrollo económico del Brasil" — Grupo Misto BNDE — CEPAL. México, 1956. Pág. 20.
- 17 — C.I. n. 56/57, maio-junho 1954. pág. 44.
- 18 — "La Civilisation de 1975" — P.U.F., 1953. pág. 43.
- 19 — C.I. n. 56/57 — pág. 54/5.
- 20 — Jurgen Kuczynski — "A propos des crises économiques intercalaires" — Economie et Politique, n. 27, out. 1956, pág. 40.
- 21 — Publicado no semanário "The Nation" e no "France Observateur", de 2-1-58.
- 22 — Cf. Georges Friedmann — "Problèmes Humains de Machinisme Industriel" — Gallimard — 1946 — pág. 186.
- 23 — Idem, pág. 359.
- 24 — Fourastié — "La Civilisation de 1975", ob. cit., pág. 30.
- 25 — G. Friedmann — "Où va le travail humain", Gallimard, 1950, pág. 371.
- 26 — "Trabajo asalariado y Capital", ed. espanhola, de Moscou, 1947, pág. 39.
- 27 — Idem, pág. 45.
- 28 — Idem, pág. 41.
- 29 — "Le Capital", tomo III, pág. 88, ed. Costes, Cf. art. citado P. Montjoie.
- 30 — Bettelheim — art. cit. C.I. n. 52, jan. 1954, pág. 52.
- 31 — M. Kalecki — "Teoria de la Dinámica Económica", Fondo de Cultura Económica, 1956, pág. 33.
- 32 — J. Fourastié — "Machinisme et Bien-être", Les editions de minuit, 1951, pág. 145.
- 33 — "El Capital", ed. F.C.E. t. I, pág. 479/81.
- 34 — Economie et Politique, n. 27, out. 1956, pág. 10.
- 35 — C.I. ns. 56/57, pág. 48.
- 36 — "Machinisme et Bien-être", pág. 240.
- 37 — J. F. Noyola Vasquez — "A evolução do pensamento econômico no último quarto de século e sua influência na América Latina" — in "Econômica Brasileira" n. 1, vol. III, pág. 237.
- 38 — Idem, pág. 228.
- 39 — Economie et Politique, n. 24, pág. 10.
- 40 — Fourastié — "La Civilisation de 1975", pág. 83/84.
- 41 — Idem, pág. 82.
- 42 — Alvin Hansen, "Teoria Monetária y Política Fiscal", F.C.E., 1954, pág. 152.
- 43 — Marx — "Salario, Precio y ganancia" — ed. espanhola, Moscou, pág. 49.
- 44 — "La Civilisation de 1957", pág. 48.
- 45 — Idem, pág. 110.
- 46 — Idem, pág. 112.
- 47 — C.I., n. 86, maio 1957, pág. 35.
- 48 — Idem, pág. 59.
- 49 — "Où va le travail humain", pág. 322.
- 50 — "Problemes Humains du Machinisme Industriel", pág. 190.

A burguesia nacional e as tarefas da revolução no Brasil

Ruy Fausto

O problema do papel da burguesia nacional no processo revolucionário é uma das questões de maior importância para a tática e a estratégia da revolução no Brasil. Na realidade, da caracterização política da burguesia nacional depende toda uma série de problemas fundamentais, como o da justeza ou não das alianças com a burguesia, e o do caráter e composição social de um futuro governo revolucionário.

As teorizações que se fizeram a respeito — para os diferentes países semi-coloniais e coloniais — foram geralmente influenciadas pela ideologia stalinista, o que fez com que perdessem a sua objetividade. No Brasil, a influência preponderante do PCB determinou que a perspectiva stalinista aparecesse durante muito tempo quase como a única alternativa, que se arvorava em explicação «marxista» e «científica».

Se durante todo um período foi grande o peso das idéias stalinistas, ainda hoje elas continuam a ter influência, e isto até mesmo grupos que romperam com o PCB e afirmam haver cortado todos os laços com o seu passado ideológico.

Se compararmos, por exemplo, as idéias da Corrente Renovadora (1) com o documento de Prestes do início de novembro de 1957, observaremos uma coincidência espantosa: as duas tendências que aparentemente travaram uma luta política violenta, têm perspectivas quase idênticas quanto às tarefas da revolução no Brasil! Ambas atribuem um caráter progressista à burguesia nacional, declaram a justeza de alianças mais ou menos duradouras com essa burguesia, e justificam a sua participação num futuro governo revolucionário (2).

Essa simples coincidência basta para mostrar o quanto é insuficiente a crítica que vem sendo feita até aqui das perspectivas políticas do stalinismo. Na realidade, os «renovadores» fizeram apenas uma crítica organizatória dos métodos burocráticos (e ainda assim

(1) Referimo-nos à "idéias" da corrente renovadora e não a qualquer documento político em particular, pelo número reduzido e insuficiente destes. Para evitar referências a artigos de aparente responsabilidade individual, preferimos uma referência genérica aos conceitos que parecem comuns à maioria dos membros da Corrente.

(2) Na realidade, a própria idéia de governo revolucionário tende a desaparecer nessas teorizações, especialmente na da corrente renovadora. De fato, quando se multiplicam os objetivos estratégicos, pretendendo lutar primeiro por um governo mais progressista do que o atual, depois por um governo pouco mais avançado, em seguida por um outro mais avançado ainda... perde-se a possibilidade de uma distinção entre tática e estratégia. A estratégia se dilui na tática, ou os incidentes táticos passam a representar ao mesmo tempo objetivos estratégicos. É o que sempre sucedeu com a política reformista.

marcada pelo ecletismo e pelo empirismo), e não atingiram as questões políticas mais profundas. O que de fato criticaram foi um dos extremos da política de zigzagues do PC, esquecendo completamente o outro, ou antes, adotando-o como tática correta. Ao invés de mostrar que o PCB (como os outros PPCC) sempre oscilou entre uma linha sectária e ultra-esquerdista e uma linha reboquista de direita, os renovadores tomaram apenas uma faceta do fenômeno: o stalinismo seria acima de tudo uma forma de sectarismo; o PC subestimou a burguesia nacional, foi excessivamente revolucionário, pretendeu «saltar etapas» etc. etc. Resultado: não se faz uma crítica profunda do PC; tomam-se apenas alguns períodos para ilustrar os seus erros (3) e consciente ou inconscientemente acaba-se pondo em prática uma política quase igual à linha oportunista do PCB...

Assim, renovadores e stalinistas dão as mãos para afirmar o caráter democrático-burguês da revolução no Brasil e para defender a perspectiva estratégica de um governo com a participação da burguesia nacional.

POR QUE UM GOVERNO COM A BURGUESIA?

O argumento essencial de ambas as correntes é do que o Brasil é um país atrasado, que não atingiu ainda um estágio de real desenvolvimento capitalista. Como a revolução socialista só poderia realizar-se após a concretização política e econômica do capitalismo, tudo o que se pode esperar atualmente seria um governo democrático-burguês (com uma eventual participação das massas), que realizaria apenas as tarefas de natureza capitalista.

Esta tese não é nova, mas evitaremos especular sobre as suas origens ideológicas mais remotas. Ela parte do pressuposto de que os países atrasados repetem com pequenas variações as fases de desenvolvimento político percorridas pelos países mais avançados, na época das grandes revoluções capitalistas. Sem que evidentemente se chegue a afirmar uma identidade absoluta entre esses dois processos, pressupõe-se uma seme-

(3) Exemplo disto é o artigo de Isaac Akceldud "1950: A III Internacional, Prestes e Getúlio", publicada em "Novos Tempos", nº 2. Embora se trate de um artigo histórico (aliás, capítulo de um livro a ser publicado) o autor tende a tirar algumas conclusões políticas de sua análise. Como ela se refere apenas a um dos períodos (ultra-esquerdistas) do stalinismo (o chamado "terceiro período" que se inicia nos fins da década de 20), o mínimo que se pode dizer das conclusões é que elas são unilaterais. Para uma visão correta seria preciso analisar conjuntamente essa fase com os períodos direitistas (o de 45 especialmente), mostrando a necessidade da superação das duas alternativas igualmente falsas. Fará isso o autor em seu livro?

lhança fundamental: o Brasil, país de economia «semi-feudal» deverá passar antes por uma revolução burguesa com a burguesia no poder, para só depois realizar sua revolução socialista.

Evidentemente existem inúmeras tarefas democrático-burguesas a realizar na América Latina: reforma agrária, industrialização etc. Mas disto não decorre que essas tarefas sejam as únicas nem que devam necessariamente ser realizadas pela burguesia. O raciocínio de que sendo as tarefas burguesas é a burguesia quem deve realizá-las — é de um esquematismo absurdo e há muito tempo já foi refutada (4).

Uma coisa são as tarefas que temos pela frente, outra a posição política contraditória das classes em luta. Não existe uma correspondência perfeita entre classes e tarefas, de modo que uma classe pode realizar tarefas de outra, e determinadas classes podem-se mostrar incapazes de resolver suas próprias tarefas históricas.

Isto sucede pela diferença de ritmo do processo histórico nos diversos países. Se o desenvolvimento capitalistas fôsem homogêneo, se tivessem um ritmo idêntico em todos os lugares, essa «decalagem» entre a energia política das classes e as tarefas que a história originalmente lhes destinou seria nula. Mas em virtude da heterogeneidade de ritmo realmente existente, surgem classes em épocas de decadência mundial de seu próprio sistema econômico e que por isso não podem se comportar politicamente como os seus «ancestrais» revolucionários dos países avançados.

Além disso, as tarefas não são meramente burguesas.

A economia brasileira está longe de ser feudal ou mesmo semifeudal, como pretendem os teóricos do nacionalismo e do stalinismo. Existem de fato marcados resquícios semifeudais, mas eles se entrosam com relações econômicas capitalistas (na cidade e parcialmente no campo), o que mostra o sentido complexo das relações econômicas no Brasil. Se a economia brasileira fôsse puramente feudal, as tarefas seriam simplesmente burguesas; mas coexistindo (ou antes combinando-se) relações semi-feudais com relações capitalistas, às tarefas democrático-burguesas somam-se tarefas socialistas (5) que o desenvolvimento capitalista e a consciência política do proletariado põem na ordem do dia.

Em resumo, existe um duplo erro na apreciação dos «stalinistas» e «nacionalistas»: primeiro uma visão simplista da economia brasileira, que para ser enquadrada num esquema é tida como «feudal» ou «semi-feudal». Em segundo lugar uma pressuposição abstrata e meramente teórica de que existe um perfeito ajustamento entre a capacidade política das classes e suas tarefas históricas correspondentes.

TÁTICA E ESTRATÉGIA EM FACE DA BURGUESIA NACIONAL

Não se trata aqui de negar as contradições que a burguesia nacional tem com o imperialismo, nem de desconfiar da justeza de aliança episódicas com a burguesia diante de questões concretas (Petrobrás, minérios) da luta antiimperialista.

O movimento nacionalista da burguesia e da pequena-burguesia é uma realidade indiscutível, e seria incorreto negar os aspectos progressistas que ele apresenta. É justo e inclusive indispensável apoiar uma série de reivindicações antiimperialistas que a burguesia e a pequeno-burguesia agitam; devemos aproveitar essas palavras de ordem, dando-lhes aliás um cunho marcadamente antiimperialista, desembaraçado de qualquer implicação chauvinista.

Mas o problema não é o dêsses acórdos temporários, ou o da capacidade de a burguesia levar avante alguma tarefa da luta antiimperialista. A questão consiste em saber quais os limites dessas lutas da burguesia, em que medida ela poderá realizar uma verdadeira revolução democrática e, consequentemente, até que ponto se justifica a perspectiva estratégica do governo com a burguesia.

Os teóricos do nacionalismo via de regra passam por cima dêsse problema. O próprio conceito de estratégia para os mais «conseqüentes» dêles é tido como uma abstração perfeitamente inútil: levemos adiante as lutas antiimperialistas através do movimento nacionalista — dizem eles — e elas pouco a pouco nos conduzirão (por vias parlamentares) a uma revolução democrática e depois a uma revolução socialista.

Mas a fixação do objetivo estratégico da revolução está longe de ser um problema artificial ou meramente acadêmico. Interessa-nos e nos interessa muito saber até onde pode ir a burguesia nacional em seus atritos com o imperialismo, pois disto depende a nossa atuação prática imediata. De fato, se julgamos que ela é realmente capaz de uma revolução democrático-burguesa, que esta revolução constitui uma primeira etapa perfeitamente distinta da segunda (a etapa socialista), é justo nos mantermos dentro dos quadros do movimento nacionalista, sem qualquer preocupação «sectária» de dar às massas uma consciência socialista. Mas se pelo contrário — e é isto que a realidade histórica nacional e internacional nos ensina — a burguesia é incapaz de realizar uma verdadeira revolução democrático-burguesa, sendo essa levada à prática por um governo das massas (operárias, camponesas, e pequeno-burguesas, pobres), governo que passará sem ruptura das tarefas democráticas para as socialistas; então, é preciso desde já armar as massas para as batalhas decisivas, forjar seus instrumentos de luta e desenvolver uma consciência não apenas nacionalista mas revolucionária e socialista.

.. A BURGUESIA BRASILEIRA DIANTE DAS .. TAREFAS DEMOCRÁTICO-BURGUESAS

A burguesia nacional brasileira chegou ao poder em 1930, depois das várias tentativas insurrecionais dos grupos tenentistas. Manteve-se no poder com Getúlio de 30 até 45; pelo menos de 37 a 45 governou com as mãos livres», pois o getulismo se desembaraçou de quase tôdas as formas de oposição política.

Por que foi ela incapaz de realizar nesse período uma revolução democrático-burguesa? Dir-se-á que lhe faltaram forças para enfrentar o imperialismo. Mas na realidade a atitude de Getúlio em face do imperialismo foi sempre contraditória: ao mesmo tempo em que

(4) Por Lênin, por Trotski, por Rosa Luxemburgo. O livro mais importante a respeito dêsse problema é talvez "A Revolução Permanente" de Trotski.

(5) Por exemplo: a reforma agrária no Brasil deverá forçosamente buscar em alguns casos soluções diferentes da divisão da terra. Para as grandes fazendas capitalistas, onde já se introduziu em certo grau a mecanização, (e também para o nordeste, onde as condições geográficas são adversas), a solução coletivista é a única possível. Do mesmo modo, um governo revolucionário no Brasil, não poderia se limitar à expropriação das empresas imperialistas, como pretende o programa do PCB. Se as massas levarem ao poder tal tipo de governo, elas não irão contentar-se com essas expropriações limitadas, mas exigirão também um acêrto de contas com o capitalismo nacional.

Essas e outras questões que mostram a impossibilidade de uma revolução tipicamente democrático-burguesa no Brasil, são completamente esquecidas pela maioria dos grupos de esquerda. O único agrupamento político no Brasil que teorizou objetivamente êsses problemas é, a nosso ver, a secção brasileira da IV Internacional (veja-se "Frente Operária", por exemplo, números de dezembro de 54, de fevereiro de 55 e de outubro de 57).

punha em prática medidas econômicas progressistas, fazia acordos com o imperialismo e se curvava, diante dele, (6) o que dificilmente poderá ser explicado pela «fraqueza» da burguesia nacional. Aliás, o problema é essencialmente político: se a burguesia foi fraca diante do imperialismo, ela o foi no sentido de que não teve força política (= consciência política) suficientemente desenvolvida para levar avante com coerência as tarefas de uma revolução democrática.

Poder-se-ia ainda argumentar com a escassez dos seus recursos econômicos, ou com o fato de que ela estava ainda no início do seu processo de desenvolvimento. Sem insistir no argumento de que uma de nossas tarefas essenciais é precisamente a de forjar esses meios econômicos, através de uma revolução industrial e agrícola que a burguesia não pôde realizar, perguntaríamos então: hoje, pelo menos, a burguesia se encaminha para uma revolução democrática?

Não há dúvida de que o movimento nacionalista vem-se desenvolvendo, mas já mostramos que o que nos interessa é determinar os limites e as possibilidades desse desenvolvimento. (Não é correto generalizar a partir das posições às vezes progressistas que parte da burguesia brasileira toma no momento atual, mesmo porque as reviravoltas da política da burguesia nacional são impressionantemente bruscas) (7).

Aqui conviria analisar o que vem sucedendo em outros países coloniais e semicoloniais, cujas experiências são muito importantes para mostrar as possibilidades da burguesia nacional brasileira.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DA REVOLUÇÃO COLONIAL E SEMICOLONIAL

Freqüentemente se afirma que a burguesia nacional realiza revoluções democrático-burguesas em países como o Egito, a Índia, a Indonésia, etc. Para uma análise mais completa, consideremos o conjunto das revoluções coloniais e semicoloniais, incluindo outros exemplos como os da Bolívia, da Pérsia e da Guatemala.

Que revelam tôdas essas experiências? Sem almejar propriamente a uma classificação, poderíamos distinguir dois casos típicos: primeiro, o dos países em que a burguesia nacional é levada ao poder por um amplo movimento de massas, e em seguida aquele em que a burguesia nacional toma as rédeas do Estado sem que haja um movimento de massas muito amplo e organizado.

São bons exemplos do primeiro caso, as experiências da Pérsia (onde havia poderoso partido operário, o «Tudeh»), da Bolívia (onde o movimento de massas atinge um nível muito elevado) e até certo ponto também o da Guatemala. Na Guatemala e na Pérsia, a burguesia revelou-se incapaz de levar adiante as tarefas revolucionárias; no momento decisivo da ofensiva imperialista, não teve coragem política suficiente para apelar às massas, o que concorreu decisivamente para a derrota da revolução (8). Na Bolívia o exemplo é ainda mais gritante: o MNR, partido da burguesia na-

cional, toma hoje uma posição abertamente reacionária e pro-imperialista, chegando a apoiar os planos econômicos impostos pelo imperialismo (o plano Eder). E note-se que em todos esses casos, não podemos falar de uma verdadeira revolução democrático-burguesa, porque as tarefas realizadas com a burguesia no poder estão longe de constituir uma autêntica revolução.

O segundo caso (muito mais raro) é o dos países em que a burguesia chega ao poder, sem que as massas tenham atingido um nível político e organizatório muito elevado. Bom exemplo disto é o Egito, onde sobretudo organizatòriamente há um longo caminho a percorrer. Lá não existe uma ameaça direta das massas ao governo burguês nacional e por isso o campo de manobras da burguesia é mais amplo. Mas terá havido uma verdadeira revolução democrática no Egito?

Indiscutivelmente, Nasser tomou medidas importantes contra o imperialismo, especialmente a nacionalização do canal de Suez. Porém esse fato, cuja importância não se deve subestimar, não significa que se tenha realizado uma revolução democrática. Tomemos por exemplo o problema da reforma agrária no Egito. A lei de reforma agrária não atinge mais do que 10 a 12% do total das propriedades rurais (9), e isto teoricamente, sem falar das dificuldades e limitações práticas da aplicação da lei. A porcentagem da população pobre do campo beneficiada por ela, não irá além de 6 a 10%.

Os que se contentarem com esses números para afirmar que houve uma revolução democrática no Egito, deverão por muito maior motivo admiti-la também no Japão, sob a ocupação americana! Lá a porcentagem das expropriadas de 1946 a 1949 é de 33% sobre a totalidade da terra (salvo a propriedade estatal), e a porcentagem dos beneficiados atinge 36% do conjunto da população rural pobre (10).

Restaria ver outros exemplos como os da Índia, da Indonésia, da Tunísia, alguns dos quais representam formas mais ou menos intermediárias entre os dois extremos que apontamos. Mas isso é dispensável, porque em linhas gerais o processo é idêntico (11): ora a burguesia se mantém muito transitòriamente no poder num regime instável que leva ou à vitória das massas ou à vitória do imperialismo, ora a burguesia se conserva no poder com pouco mais de equilíbrio, mas sem chegar à realização de uma verdadeira revolução democrática.

O BONAPARTISMO DA BURGUESIA NACIONAL

Essas experiências históricas nos mostram que a burguesia nacional pode chegar ao poder em determinados países (e mesmo na maioria deles). Mas elas não revelam que esses governos burgueses marcam verdadeiras etapas de revolução democrático-burguesa.

Eis aí o ponto central da questão. É possível que no Brasil venhamos a ter um governo burguês nacional mais «radical» do que o governo Juscelino. Ele poderia

(9) G. B. "Problèmes de la réforme agraire en Egypte", Quatrième Internationale, dezembro de 1954, pág. 48.

(10) Dados de G. Trewartha "Land reform and land reclamation in Japan", Geographical Review, 1950, Cit. por G. B., idem., pág. 53.

(11) A respeito da Indonésia onde a experiência é particularmente interessante veja-se o artigo de Tjokro "Dictature Bonapartiste ou Dictature Proletarienne en Indonésie", Quatrième Internationale, março de 1957.

Em todos os nossos exemplos faltou uma análise do papel nefasto das direções stalinistas, que fizeram quase sempre o jogo da burguesia nacional. Esse aspecto, que é impossível desenvolver aqui, pode ser encontrado nesse artigo sobre a Indonésia e nos demais artigos e livros que citamos.

(6) O acordo militar Brasil-Estados Unidos, o apoio ao imperialismo na conferência de Caracas, são bons exemplos.

(7) Veja-se o que sucede com o MNR na Bolívia, a que vamos nos referir mais adiante.

(8) Sobre a Guatemala veja-se o livro "La Revolución Guatemalteca" de Cardoza e Aragón (Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, 1956); e também o artigo da M.S. a respeito em "Revista Marxista Latinoamericana", outubro de 1956.

inclusive representar um progresso e conforme o caso não se excluiria a possibilidade de um apoio tático eleitoral. Mas daí a acreditar que ele seria capaz de realizar uma revolução democrático-burguesa, transformando-o assim em objetivo estratégico de nossa atividade política, vai uma longa distância. Julgando assim, diluiríamos o movimento operário no movimento nacionalista, coisa a que vai levando precisamente a política do PCB e a dos renovadores.

De mais a mais, há uma circunstância frequentemente escamoteada pelos teóricos «nacionalistas» e stalinistas. É a do caráter bonapartista da burguesia nacional.

Para concretizar alguns de seus objetivos políticos, a burguesia no poder muitas vezes evolui para formas de governo, que eliminam todos os resquícios de liberdades democráticas. É o caso do Getulismo e do Peronismo, expressões típicas da burguesia nacional, que se cristalizaram em governos bonapartistas.

Ora, conviria às massas no momento atual tal tipo de governo? Não há dúvida de que elas tiveram sua experiência com o getulismo e o peronismo e que defenderam (corretamente) os aspectos progressistas dos governos de Vargas e Perón, quando as oligarquias reacionárias se lançaram sobre eles. Mas não é por isso que vamos propugnar por uma «repetição» de tais governos bonapartistas, pois de forma alguma interessa à vanguarda e às massas a sufocação total de suas liberdades políticas, mesmo com o aceno de uma problemática política econômica «progressista».

Não se trata evidentemente de um problema sentimental ou de liberalismo pequeno-burguês. As massas precisam de liberdade para levar adiante suas lutas e preparar a realização das tarefas históricas revolucionárias. Os que negam essa necessidade, julgando que é justo entregar as rédeas e o chicote do poder à burguesia nacional para que esta realize as «suas» tarefas, fazem na prática um jôgo reacionário.

E infelizmente, basta ler a imprensa nacionalista e a do PCB — com suas bombásticas lóas ao gal. Lott e cia. — para ver até que ponto chegou o oportunismo nessa questão (12).

CONCLUSÃO: ESTÃO MADURAS AS CONDIÇÕES PARA UMA REVOLUÇÃO NO BRASIL?

De tudo o que dissemos não se infere em absoluto que as condições já estejam maduras para a tomada do poder pelas massas. Um argumento freqüentemente utilizado contra os adversários do governo com a burguesia, é o de que passamos por cima das atuais condições de imaturidade para a revolução, pretendendo utopicamente — de imediato — um governo revolucionário.

Mas na realidade não afirmamos que as condições já estejam maduras (também não dizemos que o amadurecimento seja para um futuro muito remoto). Porém, se afirmamos que as condições não estão maduras, é preciso compreender o sentido dessa imaturidade.

Para nós, a imaturidade não consiste no fato de o Brasil ser um país atrasado ou de ter pela frente uma série de tarefas democrático-burguesas a realizar. A idéia de que existe correspondência entre o avanço econômico e a maior ou menor viabilidade da vitória revolucionária já foi desmentida por toda uma série de exemplos, a partir da Revolução Russa e da Revolução Chinesa.

As condições não estão realmente maduras para que haja «imediatamente» uma revolução no Brasil, mas isso deriva do fato de que as massas não atingiram ainda um nível de consciência política suficientemente elevado (e o atraso não é uma imposição das condições econômicas), do fato de que elas ainda não forjaram todos os instrumentos organizatórios indispensáveis (Central Operária!), do fato de que o seu impulso ainda não ultrapassou nacionalmente o estágio das lutas econômicas.

Ao invés de amarrar os braços, conformando-nos como uma suposta inevitabilidade dessas condições, que seriam ditadas pela realidade econômica, devemos pelo contrário nos lançar à luta política tendo em vista precisamente êsses objetivos. Sem em nada descuidar dos incidentes táticos da luta antiimperialista e anticapitalista (inclusive no plano parlamentar), não podemos perder de vista que as massas darão a última palavra, e que se nos descuidarmos de seu amadurecimento ideológico e de sua organização, estaremos fadados a um fracasso inevitável.

A acusação de «utopismo» e de «ultra-esquerdismo» que se lança contra as nossas palavras parte de uma confusão entre o problema da perspectiva revolucionária e o da proximidade da revolução.

Não negamos as dificuldades que temos pela frente nem dizemos que a revolução no Brasil seja para hoje ou para amanhã. Se apontamos para uma perspectiva revolucionária, isto não significa que já estejamos a um passo desses objetivos. Há ainda uma distância (relativamente) grande entre as massas e o poder; mas longe de eliminar o problema estratégico, é precisamente essa distância que impõe uma compreensão clara dos nossos objetivos pois somente à luz deles poderemos enfrentar os obstáculos que temos pela frente.

É o que dizia Lênin em «Duas Táticas» (e suas palavras são de uma atualidade impressionante):

«Não se deve esquecer que não falamos aqui das dificuldades do problema, mas da direção em que devemos procurar e encontrar uma solução. Não dizemos que seja fácil ou difícil fazer com que o alcance da revolução seja potente ou invencível, mas como devemos proceder para que o seu alcance seja maior. A divergência reside no modo diverso de conceber o caráter fundamental da atividade, e de sua própria orientação. Insistimos nisto, porque pessoas negligentes ou pouco escrupulosas confundem muito freqüentemente duas questões distintas: a questão do caminho a seguir, isto é, a da escolha entre dois caminhos diferentes, e a questão da facilidade ou proximidade do fim a alcançar no caminho escolhido» (13).

(12) Quem duvidar das intenções bonapartistas do grupo Lott, que leia seu discurso pronunciado por ocasião do 12º aniversário da insurreição de 35. Nêle transparece com toda a clareza o ódio histórico que êsses pretensos aliados votam às massas e às esquerdas em geral.

(13) V. Lênin, "Obras Escolhidas", ed. do Instituto Marx-Engels-Lênin, v. II, pág. 100.

Partido Operário de Santos - (1895)

O Programa do Partido Operário de Santos, que abaixo publicamos, graças a uma cópia fornecida por nosso companheiro de redação Ernesto Luiz Maia — a quem devemos também o resumo do "Relatório Canellas", inserido em número anterior — saiu estampado pela primeira vez no "Primeiro de Maio", fôlha que se editava em São Paulo, na data mencionada no próprio título, e reproduzido dias depois (a 5-V-1945) no "Gil Blas", do Rio de Janeiro, cuja circulação teve início a 1º de maio de 1895. Trata-se de um dos primeiros documentos programáticos dos socialistas brasileiros, o que justifica sua publicação como subsídio ao estudo do movimento operário em nossa terra.



Considerando que a emancipação da classe produtora é a de todos os seres humanos, sem distinção de sexos nem de raça;

Considerando que os produtores (*) não serão nunca livres, enquanto não estiverem na posse dos meios de produção (terras, oficinas, navios, bancos, crédito, etc.);

Considerando que não há senão duas formas pelas quais os meios de produção poderão pertencer-lhes, a saber: — a forma individual que nunca existiu, como fator geral, e que tende cada vez mais a ser eliminada pelo progresso industrial; — e a forma coletiva, cujos elementos materiais e intelectuais são constituídos pelo próprio desenvolvimento da sociedade capitalista;

Considerando que esta apropriação coletiva não pode sair senão de uma ação revolucionária da classe produtora, ou do proletariado, organizado em partido político distinto;

Considerando que semelhante organização deve ser levada a cabo por todos os meios de que o proletariado dispõe, incluindo o sufrágio universal, transformando-o de instrumento de corrupção, como até hoje tem sido, em instrumento de emancipação;

Os trabalhadores socialistas, tendo por alvo dos seus esforços a expropriação política e econômica da classe capitalista e o regresso à coletivização de todos os meios de produção decidiram, como meio de organização e de luta, entrar em todas as eleições com a seguinte reivindicação:

PARTE POLÍTICA

1 — A abolição de todas as leis sobre a imprensa, as reuniões e as associações, e, em especial a associação internacional dos trabalhadores. Supressão dos artigos do código que estabelecem a inferioridade do operário em face do patrão e a inferioridade da mulher em face do homem;

2 — Supressão do orçamento de cultos, e o regresso à nação dos bens chamados de mão morta, móveis e imóveis, que hoje pertencem às corporações religiosas, compreendendo todos os anexos industriais e comerciais das referidas corporações;

3 — Supressão da dívida pública;

4 — Abolição dos exércitos permanentes e armamento geral do povo;

5 — A sociedade na posse da sua administração e da sua polícia.

PARTE ECONÔMICA

1 — Repouso de um dia por semana, ou proibição legal de mais de seis dias de trabalho sobre sete. Redução legal do dia de trabalho de oito horas para os adultos. Proibição do trabalho nas oficinas particulares, dos menores de quatorze anos; e redução do dia de trabalho a seis horas, desde os quatorze até aos dezoito anos;

2 — Vigilância dos aprendizes pelas corporações operárias;

3 — Minimum legal dos salários, determinado e fixado anualmente, segundo o preço local dos gêneros, por uma comissão de estatística operária;

4 — Proibição legal aos patrões de poderem empregar os operários estrangeiros por um salário inferior aos dos operários nacionais;

5 — Igualdade de salário, com igual trabalho, para os dois sexos;

6 — Instrução científica e profissional de todas as crianças à custa da sociedade, representada pelo Estado.

7 — Manutenção à custa da sociedade dos velhos e inválidos do trabalho;

8 — Supressão de toda a ingerência dos patrões na administração das caixas operárias de socorros, de previdência, etc., restituindo-as à gestão exclusiva dos operários;

9 — Responsabilidade dos patrões em matérias de acidentes, garantida por uma caução de dinheiro, lançada nas caixas operárias, e proporcional ao número de operários empregados e aos perigos que à indústria apresenta;

10 — Intervenção dos operários nos regulamentos das diferentes oficinas; supressão do direito usurpado pelos patrões de poderem castigar aos operários por meio de multas ou redução de salários;

11 — Anulação de todos os contratos que hajam alienado a propriedade pública (bancos, caminhos de ferro, minas, etc.) e a exploração de todas as oficinas do Estado, confiadas aos operários que nelas trabalham;

12 — Abolição de todos os impostos indiretos e transformação de todos os impostos diretos num imposto progressivo sobre o rendimento. Supressão da herança em linha colateral e de toda a herança direta.

(*) Por evidente erro de revisão, está escrito "produtos" na versão do "Gil Blas" (ELM).

Resolução do Congresso dos Conselhos Operários da Iugoslávia

O I Congresso dos Conselhos Operários da Iugoslávia reuniu-se, em Belgrado, de 25 a 27 de junho. O conclave comemorou o sétimo aniversário da resolução histórica pela qual a Assembléia Nacional Iugoslava confiou a gestão econômica das empresas aos coletivos de trabalhadores. Participaram do Congresso 1.750 delegados e convidados de 24 países estrangeiros.

Funcionaram seis comissões que se ocuparam dos seguintes problemas: quadros econômicos da autogestão; relações entre os conselhos operários e outros organismos e organizações; gestão dos negócios econômicos pelos conselhos operários; relações de trabalho dentro da economia; organização e métodos de trabalho aplicados nos conselhos operários e educação dos produtores para a administração das empresas. Mais de 1.350 sugestões e teses foram encaminhadas ao Congresso pelos coletivos operários, organizações sindicais e outras.

Acompanharam os trabalhos representações das seguintes organizações e partidos estrangeiros: sindicatos búlgaros, Congresso do Trabalho do Ceilão, Federação dos Sindicatos da Tchecoslováquia, Federação dos Sindicatos da Finlândia, Confederação Geral do Trabalho da França (CGT), Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos, Congresso Nacional dos Sindicatos Indianos (INTUC), Federação Nacional dos Sindicatos Indonésios (SOBSI), Confederação Geral do Trabalho da Itália (CGIL), União Italiana do Trabalho (UOL), Federação Geral do Trabalho de Israel (HISTADRUT), Federação Pan-Chinesa de Sindicatos, Federação dos Sindicatos da Hungria, Federação dos Sindicatos Livres da Alemanha (FDCB), Federação dos Sindicatos da Noruega, da Polónia, da România, da União Soviética, *trade-unions* britânicas (TUC), Sindicato dos trabalhadores em veículos a motor e a tração animal da Escócia, Confederação Geral do Trabalho do Viet-Nam e o Bureau Internacional do trabalho (BIT).

Outros representantes: Instituto "Hans Boeckler-Gesellschaft" de Dusseldorf; Instituto do Trabalho do Conselho Jurídico de Strasburgo; biblioteca "Feltrinelli", de Milão, e mais os PP.CC. da Itália e da França, o Partido Socialista Italiano, Confederação Socialista Asiática, Partido Socialista do Chile, Partido Socialista da Indonésia.

O que se vai ler a seguir é um resumo oficial da extensa resolução adotada pelo Congresso.

O Congresso dos Conselhos Operários, primeira assembléia iugoslava dos representantes dos órgãos operários de autogestão da economia, exprime o orgulho e a satisfação de toda a classe operária que, há sete anos, realiza na Iugoslávia, como fruto da revolução socialista e do ininterrupto progresso das relações socialistas, o direito de autogestão dos produtores diretos.

I

A passagem da gestão das empresas aos coletivos de trabalhadores e a edificação do sistema da autogestão exercida pelos produtores diretos constituem a realização conseqüente das aspirações de longa data do movimento operário revolucionário. Ao mesmo tempo, a formação dos conselhos operários e dos conselhos de produtores contribuiu para a solução dos problemas sociais e econômicos fundamentais e das contradições que existem nas condições da propriedade social dos meios de produção — solução sem a qual nossa sociedade, empenhada na via da evolução socialista, não poderia evitar as perturbações e as tendências à deformação das relações socialistas.

Os conselhos operários são órgãos políticos democráticos por intermédio dos quais os produtores livres exercem diretamente seu direito democrático de gerir os meios sociais de produção e as empresas. Os conselhos operários não são nem representantes de proprietários, nem um proprietário coletivo dos meios de produção; eles são uma componente do sistema político de democracia socialista. É por seu intermédio que se manifesta a unidade de interesses da comunidade e dos produtores.

Os interesses reais da classe operária e da autogestão operária têm um inimigo tanto na burocracia como em todo o individualismo egoísta que não toma em nenhuma conta os interesses de todos os trabalhadores de nosso país. Se a gestão operária desenvolveu-se e reforçou-se com êxito na Iugoslávia, é precisamente porque as forças conscientes do socialismo em nosso país lutaram com perseverança e sem compromisso contra uma e outra dessas tendências, contra a deformação das relações socialistas em geral e da autogestão operária em particular. Eis por que a realização da gestão operária é manifestação legítima da evolução socialista e parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país. A autogestão operária provou na prática a força vital e a exatidão da teoria do marxismo sobre a socialização dos meios de produção, segundo a qual os meios de produção não devem ser geridos senão pelos produtores, de modo a haver relações democráticas e socialistas na produção.

Os conselhos operários permitem que os interesses sociais e econômicos da classe operária, isto é, dos produtores socialistas, se tornem a força motriz essencial do desenvolvimento material nas condições em que os meios de produção são propriedade social e servem para reproduzir constante e automaticamente as relações socialistas em um nível mais elevado. Cada trabalhador e cada coletivo de trabalho de nosso país deve ser livre no seu trabalho e deve assegurar-se uma posição material proporcional ao seu trabalho. Os conselhos operários tornam possível concluir a autonomia e o estímulo de cada produtor e de cada coletivo com a orientação planejada da economia e do desenvolvimento econômico. O plano social assegura um desenvolvimento planejado da economia, suprime toda

evolução anárquica da produção, harmoniza as relações materiais internas e orienta o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto que as leis e regulamentos gerais garantem a unidade de nosso sistema socialista, condições uniformes de trabalho e de ganho para todos, bem como os interesses políticos e materiais gerais de nossa comunidade socialista. A criação dos conselhos operários confere à propriedade social um aspecto mais desenvolvido, caracterizado pela direção social, isto é, pela criação de associações de produtores na base dos meios de produção socializados.

Os conselhos operários e o sistema comunal são um reflexo do processo de livre associação dos produtores a partir da empresa e da comuna até à comunidade social que se transforma, ela mesma, cada vez mais, numa comunidade de produtores socialistas livres.

A criação dos conselhos operários e dos conselhos de produtores influíu no sentido da extensão dos direitos e da modificação da posição da classe operária, de sua atitude ante o trabalho e os meios de produção, da democratização de toda a nossa organização social e política, da consolidação da unidade da classe operária, do estabelecimento de relações internas democráticas e iguais nos coletivos de trabalho, da eliminação dos entraves burocráticos impostos ao sistema econômico, do florescimento das faculdades criadoras e da iniciativa das amplas massas trabalhadoras em todos os domínios da atividade social, de uma gestão mais racional das organizações econômicas.

Os conselhos operários e os conselhos de produtores constituem uma das fontes mais poderosas da força política de nossa sociedade socialista, na qual os produtores diretos desempenham um papel social dirigente e detém uma posição determinante. É de uma determinação correta do lugar e do papel dos conselhos operários e das comunas no mecanismo político e econômico geral de nossa sociedade socialista, como também de seu reforço e aperfeiçoamento constantes para torná-los aptos a cumprir sua missão, que depende, em primeiro lugar, a democratização futura da vida política e social em nosso país, bem como o desenvolvimento das formas de gestão direta em todos os domínios da vida social e das outras conquistas democráticas dos trabalhadores.

II

A expansão econômica realizada nos últimos sete anos é a expressão das aptidões, das faculdades criadoras e da energia da classe operária e dos órgãos operários de direção, que geriram as empresas com êxito, consolidaram as forças produtivas do país e instauraram um novo sistema econômico.

Os delegados ao Congresso, conscientes da natureza dos quadros gerais e materiais e do nível de nossas forças produtivas, sublinham que a luta para superar o atraso econômico que herdamos e para salvaguardar nossa independência nacional, exigia se desse aos investimentos e ao nível de consumo uma cadência tal que impediu de dar uma base material mais ampla às atribuições dos coletivos de trabalho e limitou a atividade dos órgãos de autogestão.

Considerando-se que os quadros da política social condicionam a atividade dos órgãos de gestão operária e que o trabalho futuro dos conselhos operários depende em grande parte do sistema econômico, o Congresso entende ser possível orientar o desenvolvimento econômico e a edificação futura de nosso sistema econômico no interesse da autonomia dos produtores diretos e da extensão de suas atribuições, com os seguintes objetivos:

- repartição mais livre da renda, devendo permitir, o mais diretamente possível na produção, a realização do direito do produtor direto a um ganho proporcional ao seu trabalho;

- realização de condições, tanto quanto possível uniformes, de trabalho e de ganho para todos os coletivos, a fim de que sua parte mais ou menos importante na repartição das rendas seja o resultado da produção, da produtividade do trabalho e dos êxitos alcançados em toda gestão econômica;

- fortalecimento da autonomia das empresas no quadro de uma orientação planejada da produção, do consumo e do desenvolvimento das forças produtivas. Para isto, cabe ampliar os direitos dos produtores diretos na gestão dos meios de produção, dos fundos e dos investimentos.

O Congresso convida os conselhos operários a realizarem a mais extensa cooperação e a procurar formas diversas de associação das empresas. A associação oferece novas possibilidades à cooperação dos produtores em quadros mais amplos que os da empresa, visando ao desenvolvimento das forças produtivas, da coordenação dos programas de produção, uma repartição mais ampla do trabalho no seio de mecanismo de produção associados, uma política coletiva de investimentos, uma utilização coletiva dos fundos, etc. Encorajando o desenvolvimento da economia e, portanto, o processo de socialização da produção, o sistema de associação econômica não restringirá os direitos dos Conselhos operários nas empresas, mas será uma reafirmação desses direitos.

III

Dado que a realização da autogestão operária tem repercussões inevitáveis sobre o papel e as funções dos órgãos representativos do Poder e do aparelho do Estado, o Congresso considera:

- que é preciso continuar a reforçar o democratismo na adoção de decisões relativas aos problemas econômicos;

- que os órgãos representativos têm por tarefa dar uma orientação planejada à produção e ao consumo e criar as condições próprias para assegurar a livre expansão das forças socialistas;

- que é preciso criar condições suscetíveis de reduzir a intervenção administrativa na economia, a qual deverá necessariamente persistir no interesse da eficiência da realização dos planos nas proporções que lhes foram consignadas, mas ao mesmo tempo assegurando aos produtores diretos mais possibilidades de influir na adoção de decisões nestas questões;

- que é preciso reforçar o controle social sobre os órgãos de gestão social, sem ferir a autonomia e a autogestão das empresas, mas oferecendo aos conselhos operários um dos instrumentos mais poderosos de gestão das empresas e de regulamentação das relações internas no seio das empresas.

No que concerne à comuna que, com os conselhos operários, representa a base de nosso sistema social e econômico e a unidade de base dos produtores, por intermédio da qual os interesses gerais e individuais melhor podem se conciliar, o Congresso considera necessário e legítimo;

- fazer depender a renda da comuna, destinada ao orçamento e ao consumo geral, em primeiro lugar, do montante das rendas pessoais dos produtores e de todo os cidadãos, o que dará um novo conteúdo à ligação social e econômica entre os produtores individuais e a comuna;

— definir (precisar) os direitos das comunas em relação aos da empresa, a fim de eliminar diversos aspectos de pressão exercida pela comuna sobre as empresas e sua ingerência nas funções que deveriam ser um direito imprescritível das empresas;

— permitir às comunas e às empresas, com os meios de que elas podem dispor, que se entendam livremente sobre a solução coletiva, isto é, o financiamento de certas necessidades das comunas que interessam aos produtores, bem como aos coletivos operários em conjunto.

No sistema de autogestão operária, estabelecem-se, cada vez mais, relações diretas entre os produtores e os órgãos representativos na direção da economia, sob formas diversas de ligação direta, em primeiro lugar por intermédio dos conselhos dos produtores, das câmaras, das comunidades, das associações.

O Congresso considera indispensável continuar reforçando e desenvolvendo os conselhos de produtores, como forma democrática de exercício do papel dirigente da classe operária no desenvolvimento social, de participação direta dos produtores na repartição das rendas e do sobreproduto do trabalho, na determinação dos objetivos da política econômica, bem como da satisfação de todas as necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores.

Rendendo homenagem às organizações políticas e sociais — em primeiro lugar à Liga dos Comunistas, à Aliança Socialista, aos Sindicatos e à Juventude Popular — pelo seu papel e pela atividade que desenvolveram com o fim de consolidar o sistema de autogestão operária, o Congresso se dirige a essas organizações para recomendar-lhes que continuem no futuro a concentrar sua atenção sobre a necessidade de fazer participar o maior número possível de produtores, ativamente, na direção. As organizações sociais, sobretudo as seções sindicais das empresas, devem ser as organizadoras do controle social do trabalho dos órgãos de gestão, a fim de assegurar aos produtores o direito de velar sobre as atividades de seu mecanismo de autogestão. As organizações sociais têm também por função harmonizar os interesses comuns e particulares, pessoais e coletivos da classe operária. A Liga dos Comunistas, os Sindicatos e as organizações da Juventude têm um papel especial a desempenhar na criação das condições favoráveis à autogestão nas empresas, por meio da democratização das relações internas no seio dos coletivos de trabalho e por meio da luta contra os vestígios da burocracia nas consciências, nos hábitos e nos métodos de trabalho. É preciso aumentar a atenção que todas as organizações sociais consagram à educação geral, profissional, social e econômica dos produtores e à sua preparação para uma participação ativa e consciente nos órgãos de autogestão.

As organizações sociais são parte integrante e elemento indispensável de nosso mecanismo autônomo, desempenhando o papel de força social e econômica sobre a qual se apoia o sistema de autogoverno operário e social.

O Congresso constata que, no período decorrido, os conselhos operários revelaram compreensão para com a modernização do processo de produção, a descoberta de reservas internas e a diminuição dos custos de produção, para o aumento dos recursos disponíveis, da produção e da produtividade, e para o aperfeiçoamento profissional dos quadros, etc.

Entretanto, dado que certas deficiências — de natureza objetiva e subjetiva — impediram que se atingissem resultados ainda melhores, o Congresso julga indispensável:

— fixar de modo mais duradouro a linha geral de atividades e abrir uma perspectiva econômica e política mais ampla à ação dos órgãos de autogestão nas empresas, através da elaboração de planos e programas econômicos a longo prazo.

— afastar as dificuldades criadas às empresas pelo atraso na elaboração dos planos sociais.

— simplificar o mecanismo e o sistema de publicação das contas e das contabilidades, a fim de assegurar aos órgãos de gestão operária um melhor controle e facilitar-lhes a adoção de decisões, a descoberta dos problemas e das reservas ocultas.

V

Considerando que a gestão das empresas pelos operários acarreta modificações inevitáveis na posição dos produtores e nas relações internas no seio dos coletivos de trabalho, o Congresso sublinha que:

— a autogestão operária cria a base da verdadeira liberdade do homem, dado que os produtores administram diretamente e participam cada vez mais pessoalmente da formação de suas relações de produção e de suas condições de trabalho e de existência;

— a autogestão põe fim não somente às relações de trabalho entre empregador e assalariado, mas também estimula o nascimento de novas relações à base da associação dos produtores livres.

O Congresso estima que, paralelamente à criação das possibilidades materiais adequadas para eliminar os vestígios do centralismo em tudo que se liga às condições de trabalho, é conveniente, em função de normas sociais uniformes, permitir aos coletivos operários que, passo a passo, regulem cada vez mais livremente e cada vez mais independentemente as relações e as condições internas de trabalho.

O Congresso entende igualmente que as novas relações na produção exigem que o recrutamento e a dispensa de operários, a manutenção da disciplina do trabalho, a adoção de medidas disciplinares, sejam, tanto quanto possível, afetos aos próprios produtores, isto é, a seus órgãos representativos. É conveniente que, no futuro e em conformidade com as possibilidades materiais, que se reforce o papel dos conselhos operários na regulamentação das demais condições de trabalho, tais como: horários de trabalho, férias, questões de moradia, organização de cantinas e restaurantes, etc.

As experiências obtidas até aqui indicam que, nas empresas, foram criadas relações novas, mais livres e mais democráticas, que dão nascimento a uma disciplina consciente e a uma iniciativa maior dos produtores. Dado que as sobrevivências das antigas relações ainda se manifestam em diferentes empresas, o Congresso convida os conselhos operários:

— a não permitir a violação dos direitos individuais, os procedimentos ilegais e desumanos;

— a se opor enérgicamente a todas as tentativas não democráticas que visam a sufocar a crítica e a livre manifestação dos pontos de vista e das sugestões;

— a reprimir ao mesmo tempo as manifestações de concepções burocráticas, anárquicas, de tipo pequeno-proprietário, egoístas e individualistas;

— a contribuir para a eliminação das manifestações esporádicas de concepções superadas das relações entre operários e funcionários dirigentes;

— a consagrar mais atenção à preparação dos operários, pondo-os ao par das condições de trabalho que os esperam nos postos que ocuparão.

VI

Através da prática de sua administração foi que os conselhos operários e os comitês de gestão aperfeiçoaram sua organização e seus métodos de trabalho. O período decorrido de sua atividade foi o de uma constante melhora dos métodos de trabalho, bem como de refôrço da influência dos coletivos sôbre o trabalho dos órgãos de gestão.

Partindo do ponto de vista de que o coletivo dos produtores é o principal detentor dos direitos de gestão, o Congresso considera que é importante assegurar aos coletivos de trabalho — além da eleição, da revogação e do referendium — outras possibilidades de influência permanente e direta sôbre a gestão das empresas. A apresentação obrigatória aos coletivos de relatórios sôbre o trabalho dos órgãos de gestão, em períodos curtos e sôbre todos os problemas maiores, as conferências e as reuniões de operários, a ampliação dos círculos de problemas a respeito dos quais os órgãos de gestão são obrigados a consultar os coletivos antes de tomar decisões definitivas, etc., devem constituir as formas do fortalecimento constante da influência dos coletivos sôbre a gestão e a atividade dos conselhos operários e dos comitês de gestão.

Além das formas acima citadas, é também conveniente desenvolver fortemente a iniciativa individual dos diferentes membros dos coletivos. É preciso, para este fim, fixar, por meio de disposições e pelos regulamentos das empresas, a atitude dos órgãos de gestão em relação às proposições dos operários e ao seu aproveitamento.

A fim de aperfeiçoar a organização, os métodos de trabalho e de reforçar a responsabilidade dos órgãos de gestão, o Congresso estima necessário instituir as medidas seguintes:

- o mandato dos conselhos operários deve ser ampliado para dois anos e o dos comitês de gestão deve ser mantido em um ano, o que permitirá assegurar a continuidade e a eficiência necessárias do trabalho dos conselhos operários;

- deve-se reforçar o papel dos conselhos operários na adoção das principais decisões e na fixação da linha diretriz do trabalho das organizações econômicas e acentuar a função dos conselhos de gestão, na qualidade de órgãos executivos dos conselhos operários;

- em tôdas as empresas em que existam condições para fazê-lo, é preciso proceder de modo mais decisivo à instituição dos órgãos de autogestão operária nas seções e nas unidades de trabalho. O regulamento das empresas devem conferir a êsses órgãos não só o direito de apresentar propostas sôbre diferentes questões, mas também o direito de tomar decisões, seja com o assentimento dos órgãos de gestão da empresa, seja com plena independência.

O Congresso considera igualmente que as especialidades dos diferentes setores e ramos da economia devem, doravante, afirmar-se mais fortemente e dum modo mais conseqüente na organização da autogestão operária. A êste respeito acentuam-se particularmente as seguintes tarefas:

- nos ramos econômicos necessariamente centralizados (tais como os transportes ferroviários, o tráfego postal, produção de energia elétrica, etc.), convém desenvolver mais ainda a gestão operária pelo refôrço das funções, a ampliação do conteúdo do trabalho e da base material dos conselhos operários nas empresas e nas unidades de base, bem como pela realização de funções que devem ser necessariamente comuns, por intermédio dos órgãos operários de gestão de nível superior;

- nas empresas hoteleiras e estações balneárias, é preciso realizar formas de gestão social nas quais se afirmarão: os operários e o pessoal permanente, os operários temporários — os moradores dos locais, bem como os representantes das comunas e das organizações sociais interessadas no desenvolvimento do turismo;

- tendo em conta o papel desempenhado na economia pelo comércio, a indústria hoteleira, o turismo e os serviços comunais, é preciso continuar a desenvolver nesses ramos da economia diversas formas de gestão social, de contrôle e de influência dos consumidores, que devem também ter direitos determinados nos negócios e nas receitas do comércio e dos restaurantes;

- no artesanato, as formas de gestão social devem ser adaptadas ao caráter dêste setor, e o estímulo deve provir de um desenvolvimento material aumentado de tôdas atividades dos serviços; é preciso buscar novas formas de gestão nas empresas artesanais dotadas de meios sociais de produção, e no artesanato privado — insistir sôbre a realização da participação dos operários na gestão e na repartição dos lucros líquidos.

VII

Partindo do ponto de vista de que um dos fatores essenciais dum bom desenvolvimento do auto-governo é a capacidade de administrar dos produtores, o Congresso considera:

- que o sistema e os programas escolares na Iugoslávia devem ser influenciados mais fortemente pelo sistema social e pelo sentido da orientação do desenvolvimento econômico e social do país, e que êles devem ter mais em conta a necessidade dos produtores de gerir as empresas;

- que é indispensável conferir à formação profissional um lugar mais importante no sistema da educação na Iugoslávia e desenvolvê-la de modo a fornecer aos operários da produção (aos produtores) as condições mais propícias para o acesso às altas qualificações e às faculdades;

- que as universidades operárias devem ser cada vez mais reforçadas e transformadas conseqüentemente em instituições com um sistema interno desenvolvido e que permitirão aos produtores que se instruem e se aperfeiçoem, tendo em vista exercer funções sociais e produtivas diversas;

- que convém abordar a criação de escolas com programas englobando problemas sociais e econômicos com vistas à formação social e econômica de operários-administradores;

- que os programas de formação social e econômica dos produtores devem englobar não sômente os conhecimentos teóricos necessários, mas também certas especialidades práticas e técnicas, a fim de que os membros dos órgãos de gestão possam tomar decisões gerais com êxito, avaliar o cumprimento das tarefas, gerir as empresas em seu conjunto e tornar-se aptos a utilizar e a controlar os serviços técnicos das empresas.

O Congresso ressalta que o sistema de participação de todos os operários na gestão social é uma das mais poderosas contribuições à formação da consciência socialista, à eliminação das sobrevivências capitalistas, bem como ao processo de desaparecimento gradual das diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A atividade sistemática, amplamente desenvolvida com vistas à educação social e econômica da classe operária, é um dos principais fatores complementares dêste processo.

VIII

O desenvolvimento das relações socialistas e da gestão democrática impõe a necessidade de codificar os regulamentos relativos à fundação e à constituição das empresas, à organização e à competência dos diferentes órgãos do sistema de gestão operária, às formas de associação das entidades sociais e econômicas, às relações das organizações econômicas com os organismos estatais e os outros fatores da vida social e política.

Considerando a importância social e econômica da autogestão operária e das experiências obtidas através do desenvolvimento de seu sistema; partindo do ponto de vista de que a falta de análises aprofundadas e de generalização das ricas experiências constitui uma debilidade do período transcorrido, e estimando necessário aperfeiçoar o sistema, dar-lhe mais eficácia e melhorar as atividades práticas dos conselhos operários, — o Congresso propõe:

— a fundação dum Instituto federal, ou de instituições similares, de gestão social, na qualidade de instituições de pesquisas científicas, de organizações de ensino e pedagógicas para diversos domínios da gestão dos produtores e dos trabalhadores em geral;

— a formação de serviços destinados a ajudar as empresas e os conselhos operários a resolverem seus problemas internos, bem como melhorar a organização de seu trabalho;

— a intensificação do lançamento de publicações relativas à autogestão operária, de manuais destinados aos conselhos operários e jornais para uso dos órgãos de gestão.

* * *

O Congresso exprime a profunda convicção de que a realização da presente Resolução constituirá uma passo importante no desenvolvimento contínuo do mecanismo da autogestão e dos direitos dos produtores diretos.

O Congresso apela a toda a classe operária do país a extrair dos resultados atingidos até aqui pelo sistema de autogestão operária a força necessária à sua consolidação, aperfeiçoamento e desenvolvimento ininterruptos. A participação dos produtores na gestão da economia faz parte integrante da luta pela ordem social socialista e pela realização das aspirações seculares, das forças revolucionárias e democráticas, à liberdade.

O TRATADO DE METHUEN

(À margem de um livro do Sr. Nelson Werneck Sodré)

Onaldo Freire Diniz

As leis, os códigos, as convenções, os tratados internacionais, enfim, os sistemas jurídicos são superestruturas e estão condicionados pelo modo de produção da vida material.

Para que possamos compreender seus dispositivos, suas normas, sua essência, devemos, em primeiro lugar, estudar a época em que foram elaborados, analisando-a, examinando-a e interpretando-a dialéticamente. Do contrário, nossas conclusões serão idealistas, não corresponderão à realidade, limitar-se-ão a assinalar o superficial e o formal.

A codificação de Justiniano reflete exatamente os interesses materiais, a estrutura, a forma de produção escravagista da sociedade antiga, assim como o código de Napoleão, as do advento da sociedade burguesa.

Quando os fatos repelem as leis ou os sistemas jurídicos, estes sofrem imediatamente modificações, pois se verifica aquilo que Gaston Morin denominou de «revolta dos fatos contra o código». Em meados de um século, o código civil francês, elaborado pelos «comissários» de Napoleão, votado por «um corpo de mudos», já se apresentava totalmente modificado e repellido pelo povo francês: da obra eterna e imutável restava pouca coisa, o respeito devido aos grandes mortos...

«A admiração do código — escreve George Ripert — cessou de figurar nos programas oficiais. Já, ademais, no «Livro do Centenário» havia reservas da parte dos que se declaravam inspirados em espírito moderno. Albert Tissier denunciava o Código como anti-democrático e convidava os juristas a fazerem desaparecer uma legenda. Edmond Picard julgava sem indulgência esse código de burgueses que respeitava a igualdade civil apenas para assegurar a desigualdade social, este código de proprietários que se ocupa apenas da riqueza adquirida e não do trabalho que a criou.

Charmont escrevia, não sem desprêzo, em 1908: «É o código do patrão, do credor e do proprietário». Duguit ensinava no estrangeiro, em 1912, que o sistema jurídico civilista de ordem metafísica devia ceder lugar a um sistema novo de ordem realista» (Le Régime Démocratique et le Droit Civil Moderne», George Ripert, 1948, págs. 17 e 18).

As transformações estruturais da França e do final do século XIX determinaram essas apreciações, concorreram para que os espíritos mais lúcidos chegassem a essas conclusões. As novas forças materiais que tinham surgido entraram em contradição com as relações de produção dominantes, o que se refletiria, sem qualquer dúvida, na superestrutura jurídico-política. O código, que servira ao capitalismo nascente, se tornara antiquado, fôra superado pelo capitalismo monopolista, característico da fase final da revolução industrial. O processo histórico, iniciado com as grandes descobertas, chegara ao fim: as novas condições materiais de existência reclamavam um novo sistema jurídico que atendessem aos seus objetivos, ao seu curso.

Diz Karl Marx: «Minhas pesquisas levaram-me à conclusão de que as relações jurídicas — assim como

as formas de Estado — não podem ser compreendidas nem por si mesmas, nem pela pretendida evolução geral do espírito humano, mas que se originam, ao contrário, nas condições de existência materiais que Hegel, a exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, abrange em sua totalidade, sob o nome de «sociedade civil»; e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.»

E acrescenta:

«Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento dado de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a que correspondem formas de consciência sociais determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, seu ser social é que determina sua consciência» (Karl Marx, in «Préface à la «Contribution à la critique de l'économie politique» Etudes Philosophiques — págs. 68 e 69 — Editions Sociales — 1947).

Foi o que se deu com Portugal em suas relações com a Inglaterra. Os tratados assinados pelos portugueses resultaram menos da vontade pessoal do monarca ou de seus ministros, que do processo histórico em curso no mundo. As suas cláusulas, nem sempre favoráveis a Portugal, expressavam o predomínio de um povo — o inglês — em plena fase de ascensão material. A burguesia inglesa, melhor preparada para entrar no ciclo da revolução industrial, impunha, paulatinamente, às classes dominantes portuguesas seus padrões, seu sistema, suas normas.

O desenvolvimento português, tão brilhante na fase das descobertas, cederá lugar a um estado de estagnação, envelhecerá prematuramente. É que, apesar do esforço de alguns de seus monarcas, não foram tomadas, nas proporções em que a conjuntura exigia, as medidas imprescindíveis ao seu impulso: não se adotou uma política de expansão comercial enquadrada no progresso técnico da época, realmente protecionista, austera, que empregasse a riqueza proporcionada pelas colônias em obras úteis e não em obras suntuárias, uma política capaz de transformar a estrutura econômica do reino.

Ficou-se em soluções de emergência, que não penetravam no âmago da questão; nas pragmáticas, num colbertismo improvisado. Proibia-se que os nacionais usassem «panos, rendas, cintos, talins, boldriés e chapéus estrangeiros», mas não se proibia a entrada dessas mercadorias. Alimentos e produtos manufaturados eram importados da Holanda, da França, da Itália e da Inglaterra. A economia portuguesa permanecia dependente da exportação de matérias primas, tais como o açúcar, o tabaco, as madeiras tintórias, o ouro e as pedras preciosas produzidas nas colônias; e o sal e

vinhos produzidos na metrópole. Em verdade, sua classe mercantil fôra destruída: «reduzira-se ao desnível de sua nobreza e de seu clero cheios de posses, em face de um povo empobrecido», o que determinava profundo desequilíbrio social interno, simbolizado no luxo e no esbanjamento da minoria dominante, em contraste com a miséria da maioria da população.

Não se criaram os meios para o surgimento de um mercado interno capaz, forte; e, muito menos, as condições para supri-lo ou atendê-lo, no caso em que êle despontasse.

A compreensão da época, do curso histórico, os portugueses de então não a tinham.

Outra, porém, a mentalidade imperante entre os ingleses. Ali, na Inglaterra, tomaram-se tôdas as medidas necessárias à transformação da Grã-Bretanha no mais poderoso país do capitalismo nascente. Uma política protecionista séria, visando ao desenvolvimento interno e à expansão externa, era praticada. Proibia-se ou limitava-se, ao mesmo tempo, a importação de mercadorias e o uso de panos estrangeiros: construira-se uma frota poderosa, objetivando levar a todos os quadrantes as mercadorias produzidas no reino. Bloqueava-se a indústria francesa e holandesa nascentes. Impunham-se, através do poderio militar, condições várias, inclusive tarifárias, aos povos e Estados enfraquecidos pelas guerras ou dissensões internas. Condenava-se o supérfluo, o suntuoso. Capitalizava-se para o futuro.

Êste, o quadro geral à época da assinatura do tratado de Methuen. Duas tendências em luta, simbolizando cada uma delas estruturas econômicas diversas e específicas.

«O fundamental — assinala Nelson Werneck Sodré, em O Tratado de Methuen (edição do ISEB, 1957) — residia no contraste entre uma economia em pleno e ascensional desenvolvimento capitalista e outra que havia deixado em suas primeiras etapas o caminho desse desenvolvimento. A subordinação da segunda à primeira era, portanto, inevitável. No quadro dessa subordinação, situa-se, como peça, o Tratado de Methuen. Não acarretava o retardo econômico do país subordinado, inclusive o de sua indústria. Era parte do amplo quadro em que aquela subordinação se vinha processando, — o amplo quadro da Revolução Industrial».

Não era extenso ou complexo o Tratado: era, ao contrário, simples e pequeno. Três artigos apenas, confeccionados, todavia, de tal maneira que possibilitavam ainda maior dominação econômica e política da Inglaterra sobre Portugal, aumentando para êste o grau de dependência àquela.

Pelo tratado, «El Rei de Portugal prometia, em seu próprio nome e no de seus sucessores, da data de sua assinatura em diante, admitir no reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício da Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário, obrigando-se a Inglaterra, por sua vez, a admitir para sempre os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e França) não se poderão exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título direta ou indiretamente, ou sejam transportados para a Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume».

Estabelecia ainda o tratado, no seu artigo 2º, que «em caso de infringência ou prejuízo dos direitos acima declarados. Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderia justa e legitimamente proibir os panos de lã e tôdas as mais fábricas de lanifícios da Inglaterra».

Formalmente o tratado defendia os interesses portugueses e britânicos, considerando-os em pé de igualdade.

Portugal venderia, com tôdas as garantias, preferencialmente, seus vinhos à Inglaterra e esta seus panos a Portugal. Nada de mal, à primeira vista. Bom negócio para os portugueses, tanto mais que, nos termos do acôrdo, seus competidores mais impertinentes, os franceses, se viam desalojados do mercado britânico.

Essa vantagem era, todavia, aparente, porque, como se disse então, os vinhos portugueses mereciam, de há muito, as preferências dos consumidores ingleses, que, concientes do seu papel histórico, tudo faziam no sentido de destruir a economia dos estados e povos que disputavam com a Inglaterra a supremacia do comércio mundial. A guerra franco-britânica fôra outro fator favorável aos vinhos lusos. Durante todo o período do conflito, não se bebeu vinho francês, nas ilhas, substituído que foi pelo do Pôrto: o Tratado, portanto, nesse particular, nada inovava, em nada contribuía para aumentar a exportação do vinho português. Consagrava em artigos uma situação já existente, sem que isso implicasse na criação de nova fonte de riqueza e lucros para o povo lusitano. Revisgava inclusive o tratado de 1651, um dos principais pilares jurídicos em que se assentou o colonialismo britânico.

Do lado inglês, porém, representava um achado. Integrava-se em todo um sistema elaborado pelas classes dominantes inglesas para impor sua vontade, sua direção ao mundo que surgia. De um só golpe atingia vários adversários. Acelerava o processo de colonização da economia lusa e feria, ao mesmo tempo, frontalmente, os interesses das classes dominantes francesas e holandesas, suas competidoras mais próximas na batalha pela conquista da hegemonia do comércio internacional.

E o que se evidencia do estudo do Sr. Nelson Werneck Sodré, sobre o Tratado de Methuen, publicado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Acerta o ensaísta ao apresentá-lo como mais um episódio do processo de subordinação portuguesa ao desenvolvimento comercial inglês.

«A subordinação portuguesa (diz êle) ao desenvolvimento comercial inglês, aliás, não passou de um simples episódio do crescimento capitalista. Culpa do tratado firmado por Methuen? Diremos, como João Lúcio: Não, apesar dêle. Criou aquele tratado as condições de subordinação que se traduziram em tantos fatos, em processos e em decorrências naturais? Não. Sancionou, apenas, uma situação existente, acentuou-a, deu-lhe realce, transferindo-a para a letra de um acôrdo comercial que existia na rotina das trocas e que a segurança do tráfico exigia. Dependência econômica britânica, desde a fase mais recuada, antes do nascimento daquele parlamentar e homem de negócios que firmaria um documento memorável, discutido até hoje, e ainda controverso, apesar da clareza do processo histórico a que esteve ligado — Portugal não estava em condições de criar e desenvolver uma indústria, de evitar a corrida à vinicultura e deter a evasão do ouro».

E assim o foi, refletindo-se profundamente nas colônias. A penetração inglesa no Brasil inicia-se, incontestavelmente, através dos acordos assinados entre o reino luso e a coroa britânica. Sofremos, desde os primórdios, essa constante que, pouco a pouco, se tornaria o elemento essencial à política complementaria que temos sido forçados a adotar até hoje — política responsável pelo nosso atraso econômico, causadora da instabilidade de nossas instituições e do nosso imitacionismo cultural. A compreensão desse fato é que nos permitirá transformar qualitativamente a fisionomia estrutural do país. A partir de sua desco-

berta, o Brasil o que tem sido é um sub-produto dos Estados integrados no curso histórico, dos Estados que conseguiram desenvolver de maneira ascensional suas forças produtivas: é a herança que nos foi legada pelo reino português, reino que se mostrou incapaz de se enquadrar no processo histórico, de assumir o papel de liderança por outros assumido. E — o que é pior — continuamos apegados a ela. Noivamos com o primeiro que aparece sem medir, contudo, as conseqüências de nosso ato. Não atinamos que o bom noivado é aquele que resulta em bom casamento para ambas as partes. E permanecemos, assim, sujeitos aos Strangford e Stuart de tôdas as épocas. Ontem, o monopólio inglês. Hoje, o americano. Ontem, o ouro para a côrte inglesa. Hoje, o minério para os magnatas americanos.

É preciso romper com esse fatalismo, é preciso renunciar definitiva e orgânicamente a esse triste legado. As classes sociais que constituem a sociedade brasileira, particularmente aquelas que se encontram em ascensão, devem, à base de uma profunda e meticulosa análise do processo histórico, esforçar-se para romper os grilhões que as impedem de dar ao Brasil a estrutura e superestrutura autosuficientes que o tornarão econômica, política e culturalmente poderoso. A conjuntura internacional o permite. O que nos falta é a ideologia que nos oriente e que nos mostre o caminho nacional do desenvolvimento.

A experiência histórica de Portugal e do Brasil são elementos essenciais a encontrar tal, e o presente estudo do Sr. Nelson Werneck Sodré, uma contribuição positiva. O tratado de 1703, idealizado por John Methuen, comprova como é necessário ao progresso de um país possuírem suas classes dirigentes uma ideologia nacional do desenvolvimento. Por tê-la, a Inglaterra levou a melhor sobre Portugal; por não tê-la, o Estado português se viu obrigado a aceitar os termos desse Tratado. Não o fez por que seus monarcas ou seus diplomatas estivessem vendidos à coroa britânica: fê-lo pelo fato de dirigirem os destinos das classes sociais que, por se oporem ao curso dos acontecimentos, não possuíam a ideologia capaz de impulsioná-lo na criação de uma estrutura econômica que correspondesse ao progresso da época, que atendesse aos interesses da nação lusa e de suas colônias.

Estas, assim expostas e indefesas, se viram, desde então, cercadas por povos constituídos de poderosas e destemidas classes dominantes; razão por que alguns fatos de nossa História, ocorridos no século XIX, como a abertura dos portos, a independência e a libertação dos escravos, apresentam duas faces distintas, contraditórias, opostas.

A compreensão e o patriotismo do visconde de Cayru não seriam o bastante para convencer D. João VI a decretar a abertura dos portos em 28 de janeiro de 1808; aliado a eles, encontramos os interesses da política inglesa e de outros países em ascensão econômica. O Brasil, assim como outras colônias portuguesas, representava grande fonte de renda em potencial. Obter da coroa lusitana que concedesse a ele o direito de comerciar livremente com tôdas as nações, significaria atraí-lo para as suas órbitas, iniciá-lo e integrá-lo, posteriormente, e em definitivo, no sistema colonial que estavam criando.

Também a libertação dos escravos, ato em si mesmo democrático, vinha atender indiretamente ao comércio britânico que, nesta data, já dominava grande parte de nosso mercado. Do mesmo modo, a guerra do Paraguai. Ambos, além de enfraquecerem a estrutura econômica e política do império, facilitaram a penetração do capital estrangeiro e colonizador. Datam desta época os primeiros grandes empréstimos feitos ao país

pelos banqueiros estrangeiros. A República de 89 que, em sua essência, fôra uma tentativa de reação a esse estado de coisas, não conseguiria, igualmente, fugir a esse determinismo, a esse complementarismo. O fracasso inicial da política financeira do governo provisório contribuiu para que as bases econômicas do Estado brasileiro não sofressem solução de continuidade. Por outro lado, os ideólogos republicanos não tiveram condições de galvanizar para o «terceiro estado» as rédeas do poder político: permanecemos sendo, dêsse modo, durante todo o período da chamada República velha, quase que exclusivamente exportadores de matérias primas: café, cacau, borracha, algodão, ou seja, sob «o primado absoluto da propriedade territorial», da política dos governadores», do caudilhismo dos Pinheiros Machados.

Não fôra possível com a primeira República constituírem-se as bases do desenvolvimento industrial que teria transformado a fisionomia política e social do país. Repetindo Paulino José Soares de Sousa, Floriano, inconscientemente, é verdade, apesar de seus arroubos patrióticos, colocava-se a serviço das relações de produção atrasada, consolidava a República, consolidando, porém, o poder político dos exportadores de matérias primas...

E o movimento de 30, apesar de suas nuances revolucionárias, apesar de com êle se patentear, em relação ao exercício do poder político, o deslocamento de classes sociais, não teve, de logo, elementos suficientes para modificar substancialmente essa situação. A pequena burguesia que (ela tentara várias vezes), pela primeira vez, galgava, juntamente com outras classes, o poder, não estava preparada para impor as idéias democráticas e progressistas (Representação e Justiça), fundamentos de toda sua ação. A atitude negativista da vanguarda proletária agravou ainda mais esse estado de coisas, já que inexpressiva era a burguesia nacionalista.

Veio então a conciliação de interesses, que desembocou na política paternalista de Vargas, no oportunismo getulista, empírico, agindo ao sabor das circunstâncias, tendendo ora para a direita, ora para a esquerda, mas sempre visando à paz social, ao seio de Abraão...

Daí o fato de a industrialização do país, que toma forma concreta a partir de 30 e cresce impetuosamente após a última guerra, desenvolver-se sem a oposição aparente da burguesia exportadora, dos fazendeiros e dos monopolizadores da terra, o que, de certo modo, desarma e envolve a burguesia industrial e nacionalista em ascensão; esta, carecedora, bem como o proletariado e as camadas pequeno-burguesas, de algumas das condições e meios essenciais ao isolamento e à submissão das classes e setores que entravam sua ação, se vê impossibilitada de dar ao desenvolvimento da sociedade brasileira o caráter nacional que a integrará no curso dos acontecimentos e lhe proporcionará o salto qualitativo apto a transformar seu conteúdo.

Daí perdurar o perigo de novos e atualizados tratados de Methuen.

O trágico legado da coroa portuguesa — o colonialismo — está vivo, atuando, continua a nos perseguir. Para que nós possamos nos libertar dele — é o que nos ensina a experiência histórica — devemos modificar nossa estrutura econômica, adaptando-a aos dias correntes, a fim de que tenham livre curso as forças produtivas que constituem a essência do mundo contemporâneo. Do contrário, seremos tragados pelos Johns Fosters Dulles, substitutos legais dos Johns Methuen, e obrigados a assinar outros tratados mais radicais, mais humilhantes e muitíssimo mais prejudiciais à vida da nação, do que o assinado, em 1703, pelo reino de Portugal.

AINDA A PROPÓSITO DE

Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico do Brasil (*)

Leôncio Basbaum

No último número desta revista fez Garcia Ramos interessantes observações sobre o recente livro de Inácio Rangel. Mas suas observações, como ele mesmo diz, «se restringem a alguns princípios metodológicos que serviram de base ao trabalho introdutório à análise». Nossas observações pretendem entrar na matéria propriamente dita, não evidentemente em todos os seus aspectos mas somente naqueles que me parecem fundamentais, em se tratando do Brasil.

É necessário ressaltar que a importância do referido trabalho não está apenas no seu conteúdo, mas no fato de que se trata de um conjunto de conferências-aulas dadas no I.S.E.B., instituição cultural oficial, ou pelo menos governamental. É, pois, de supor que as idéias de I. R. não são apenas dele e, se não representam o pensamento oficial do Governo Federal, são pelo menos as de um grupo altamente autorizado e responsável como o que dirige aquela Instituição.

Duas são as questões tratadas no livro, que merecem especial atenção e que aqui examinaremos separadamente:

a) Caracterização da economia brasileira — Diz I. R. que «a economia brasileira não é um todo homogêneo» e nela distingue três estruturas superpostas, a que chama de «strata institucionais»:

1º — Uma economia natural caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor;

2º — Uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, responde no fundamento às características do capitalismo europeu do século XIX;

3º — Uma economia capitalista de monopólio, etc.

A nosso ver, tal caracterização é absolutamente insuficiente e dá uma falsa idéia da realidade brasileira. Para nos limitarmos apenas a uma parte dessa caracterização, veremos que entre os dois primeiros «strata», há na realidade uma série de formas de relações de produção que se acham tão longe da economia natural quanto das formas do «capitalismo europeu do século XIX» e que assumem em nosso país aspectos os mais variados e diversificados e tão mais importantes porquanto se verificam em uma parte muito ponderável, senão a maior, da produção agrícola nacional. Com isso queremos dizer que, se nos limitarmos às cidades, à indústria, I. R. tem razão, mas, se dirigirmos nossas vistas para o campo, onde habitam 70% da nossa população, veremos que não é assim.

Há, ao contrário, formas de relações de produção ou formas econômicas de produção que se aproximam mais do feudalismo — um semifeudalismo — que da economia capitalista.

Em primeiro lugar, verificamos a ausência do trabalhador livre característico de uma economia em base capitalista. Trabalhador livre significa —: direito de ir e vir, de oferecer sua força de trabalho no mercado da força de trabalho, de receber salários em dinheiro, de gastá-lo onde lhe aprouver. Quem conhece, mesmo por alto, o que se passa no interior do país, sabe que isso não acontece. O trabalhador agrícola é um semiescravo, amarrado ao dono da terra, recebendo pagamento não em salário mas em bens de consumo. É comprado e vendido de um a outro proprietário de terra, como gado. São fatos tão conhecidos que não necessitam de demonstração.

Em segundo lugar, verificamos a ausência de um mercado livre, onde o pequeno lavrador, geralmente arrendatário, possa vender sua mercadoria de acordo com a lei da oferta e da procura.

O pequeno lavrador, o sitiante, o parceiro, quer seja entre os plantadores de cana ou de arroz ou do fumo, só tem geralmente um comprador: o dono da terra, o maquinista, ou beneficiador, ou quando muito, o comerciante atacadista da cidade, que tem acesso ao mercado, o financiador, o açambarcador, que dita os preços.

Se os dois fatos acima indicados não são gerais, isto é, não significam que seja «sempre assim», não é menos verdade que os encontramos abundantemente do Rio Grande ao Amazonas, entre os peões de gado, os seringueiros, os colhedores de babaçu, os jagunços do cacau, os plantadores e trabalhadores da cana, do arroz, do fumo e mesmo em certas zonas do café de Bahia e Minas, que é a lavoura mais capitalizada.

A ausência de um mercado livre de força de trabalho no que se refere ao assalariado agrícola, a ausência de um mercado livre de bens de produção agrícola no que se refere ao arrendatário ou pequeno proprietário caracterizam uma parte muito considerável de nossa economia agrária e não podem ser desconhecidos. Isto sem falar no latifúndio, e na concentração crescente da propriedade da terra que são precisamente as causas das mais importantes daquelas características.

E quais são as conseqüências de tais fatos para o conjunto geral da economia brasileira, com reflexos evidentes na renda nacional? A falta de estímulo ao produtor, a baixa produtividade agrícola, a pequena capacidade aquisitiva de uma enorme parte da população, o crescimento muito lento do mercado interno, a erosão do solo, os altos índices de analfabetismo e mortalidade, a... acho que chega.

b) A questão agrária — «Não há desenvolvimento sem reforma agrária», diz o autor, «só que esta não implica necessariamente em fracionamento do latifúndio». Infelizmente não nos diz o autor o que seja reforma agrária. Afirma ainda (e aí somos obrigados a uma longa citação para não desvirtuar o pensamento do autor):

(*) Livr. Progresso Editora, Salvador, 1957

«Como dizia há pouco, o volume das inversões torna-se em grande medida independente do custo relativo dos fatores capital e trabalho.

«Daí decorre radical diferença entre o problema do nosso desenvolvimento e o de um país como a Rússia, a China ou a Itália. Nestes, as transformações das condições de produção na agricultura teriam e têm, necessariamente, que preceder o surto de industrialização; no Brasil a industrialização começa e só depois, paulatinamente, vai exigindo que mudem as condições de produção na agricultura, na medida em que provoque aumento simultâneo na procura de mão-de-obra e de bens agrícolas. Por intermédio de uma cadeia de pequenas transformações, todo o edifício vai mudando, a ponto de tornar-se irreconhecível ao cabo de alguns anos. Paulatinamente, a agricultura vai perdendo seu aspecto de produção natural. Noutros termos, enquanto a reforma agrária russa, polaca ou chinesa foi e tinha que ser prévia e revolucionária, no Brasil ela pode ser simultânea e gradual. Não é nem pode ser revolucionária enquanto permanecerem em alto nível as inversões que, como vimos, são função de outra variável, porque o modo específico como o camponês reage no Brasil, quando as condições de vida se tornam insuportáveis para êle, no campo, não é a insurreição para tomar a terra ao latifundiário, mas o êxodo rural» (pág. 107. Os grifos são de I.R.).

Infelizmente, para o sr. I.R., nada disso corresponde à verdade.

1º — O autor não demonstrou que a industrialização está mudando as condições de produção na agricultura, como afirma. O recente surto industrialista no país, que data de aproximadamente 1940 ou mesmo de 1930, não provocou até agora qualquer espécie de mudança sensível nas formas de produção agrícola e nas relações de produção, se exceptuarmos um início de industrialização e de emprêgo de capital por meio de alguns tratores e o começo do emprêgo de adubos na agricultura. O grosso da população agrícola vive como vivia há pelo menos 80 anos. Se o autor tivesse atentado para aqueles «strata» omitidos, não chegaria a essa conclusão.

2º — O processo de industrialização nas cidades tem absorvido sem dúvida parte da população rural. Mas a verdade é que somente os excedentes emigram para as cidades. A proporção entre a população rural e a urbana há muitos anos permanece a mesma, ou quase. Além disso, esquecer que nem todos êsses emigrantes das zonas rurais encontram ocupação nas cidades, apesar do «aumento contínuo das inversões», é esquecer a população marginal das cidades, que não produz nem consome, vive dos restos, do roubo, da mendicância e somente serve para garantir ao industrial um exército de mão-de-obra a preço vil.

3º — O autor esquece ainda que o desenvolvimento industrial não se faz sem a ampliação do mercado interno, senão em ritmo extremamente lento. Se não há ampliação do mercado interno previamente, a superprodução é inevitável. O crescimento industrial americano foi durante dois séculos ininterruptos porque encontrou um mercado interno irrestrito, em contínua expansão, baseado nos pequenos produtores agrícolas. Se não houver no Brasil essa ampliação prévia, por uma reforma agrária não tardará tenhamos crise semelhante, possivelmente ainda mais grave, à que se

verificou em 1930 ou mais recentemente nos setores de tecidos e calçados. E isso sem falar no fato de que grande parte da indústria brasileira, trabalha apenas com 40 a 50% da sua capacidade.

Há sem dúvida um vasto campo de expansão industrial no Brasil, para produtos que até há pouco eram importados, sem necessidade de libertar o camponês e o trabalhador agrícola. Mas, até quando?

4º — Admitindo que o desenvolvimento industrial destrói as relações de produção pré-capitalistas, o que se verifica, possivelmente, em escala muito lenta em nosso país, quanto tempo levará êsse processo, dado que em 30 anos de desenvolvimento industrial, as transformações verificadas são quase imperceptíveis? Dir-se-á que I.R. não tem pressa. Será essa a opinião do infeliz e espoliado habitante das zonas rurais?

5º — Para I.R., o êxodo rural é «o protesto característico» do camponês, que traz para a cidade «os seus elementos mais descontentes e ativos», não havendo portanto perspectivas de uma insurreição agrária no país. Ficam assim na terra somente os «Bons Jacques», naturalmente até que resolvam fazer uma «jaquerie». Não nos esqueçamos dos fatos recentes do noroeste do Paraná e do sul de Goiás, em que camponeses de armas na mão tomaram cidades para defender suas terras.

6º — Para I.R. a reforma agrária deve ser lenta e gradual, para dizer melhor, espontânea, como consequência da industrialização nas cidades. Essas afirmações, que alias não são novas na literatura, lembram a dos fazendeiros escravistas que estavam de acôrdo com a abolição «lenta e gradual». Está claro que os escravos, os mais interessados, não estavam de acôrdo com essa «sábria e prudente» política econômica.

7º — Esclarece I.R. que «não está discutindo os fundamentos éticos de tal movimento (revolução agrária), mas somente sua viabilidade política». Não compreendemos, porém, como se pode deixar de levá-los em conta, quando se estudam as perspectivas do desenvolvimento econômico e, portanto, histórico, de um país. Afinal de contas são os homens que fazem a história e não as estatísticas. E, como sabemos, as condições econômico-sociais agem sobre os homens, que por sua vez agem sobre as condições que os engendraram. Se nós não levarmos a efeito uma revolução agrária, na crença de que os mais «ativos e descontentes» migram para as cidades, que têm ainda, por muito tempo, caminhos à sua disposição, ela não deixará de se fazer por isso pacífica ou não. As revoluções estão fora do alcance das leis humanas e só obedecem às leis da história.

É fora de dúvida que I. R. interpreta o pensamento econômico de uma parte ponderável da burguesia nacional grandemente preocupada com o progresso do país, ainda que com o sacrifício dos milhões de camponeses agrícolas, que deverão aguardar pacientemente a reforma agrária «gradual e simultânea».

A conclusão que podemos tirar do seu trabalho, realmente surpreendente, é que êsse setor da burguesia nacional não está interessada e é, portanto, incapaz de realizar a reforma agrária ou seja a libertação e a humanização do homem do campo.

Grandes são as influências econômicas e políticas de tal concepção. E a primeira delas é que êsse setor da burguesia nacional está seguindo um caminho errado, não o caminho do enriquecimento, mas o do empobrecimento nacional.

Rio, 7 de março de 1958.

HIPNOSE MÉDICA

Até bem pouco tempo, entre nós, a hipnose era considerada um fenômeno de mágica, exibida pelos ilusionistas nos teatros e circos.

Durante duas a três dezenas de anos, apenas o livro de Medeiros e Albuquerque dava uma noção mais ou menos científica de hipnose. E a este trabalho se deve, em parte, a curiosidade despertada entre os estudiosos e leitores ávidos de conhecimentos gerais. Mas, se a Medeiros e Albuquerque atribuímos tal iniciativa, notamos que lhe faltavam conhecimentos humanísticos e base para enveredar em searas tão diversas.

Era o contista de «Mãe Tapuia» e de «Se eu Fosse Sherlock Holmes», um entusiasmado por tudo de novo que surgia. Daí haver sido ele quem primeiro escreveu, no Brasil, sobre a teoria da relatividade, de Einstein, e a psicanálise, de Sigmund Freud. Quando muito, leitor que era de revistas científicas e literárias da época, poderia fazer uma apreciação ligeira ou divulgar a interpretação traduzida. Falcia-lhe fôlego para mais, embora fosse um dos literatos mais inteligentes do seu tempo.

Em todo caso, esse livro foi um marco. Sugeriram-lhe artigos e conferências, de espaço espaço, sem encerrar o assunto como um todo, sem um fim didático e científico. Ainda predominava o hipnotizador de teatro, meio cientista, meio charlatão.

Agora, em língua portuguesa, já temos o primeiro tratado de Hipnose — é o livro do Dr. Osmard Andrade — «Hipnose médica e odontológica.»

Jovem ainda, porém denunciando um amplo domínio da Fisiologia nervosa, e um conhecimento de todas as teorias interpretativas, conseguiu o Dr. Osmard Andrade presentear-nos com um trabalho à altura dos tratados de nível internacional.

Estudando o Hipnotismo desde a sua origem, dá-nos um apanhado histórico bem planejado. Em seguida, seguro do assunto, expõe as mais diversas teorias, para se deter, com o maior carinho, na teoria fisiológica dos reflexos pavlovianos, onde encontrou o «abre-te, Sésamo» da explicação fenomenológica.

E, portanto, um estudioso do Hipnotismo que adota a interpretação materialística dos fatos, sem os pruridos que isso possa despertar em outros setores científicos.

Não se limitando à teoria, o Dr. Osmard Andrade apresenta uma casuística pessoal bem importante, aplicando à Medicina e à Odontologia os seus conhecimentos partidos da observação minuciosa das leis fisiológicas do sábio e do Pavlov.

G. R. R.

ANTOLOGIA DO CONTO HÚNGARO

O nome de Paulo Rónai no dorso de um livro já subentende seriedade, pesquisa, humanismo — qualidades que valorizam qualquer obra. Daí o êxito que alcançam todos os seus livros, quer os de lavra pessoal, como Balzac e a Comédia Humana, Escola de Tradutores, um Romance de Balzac: A Pele de Onagro, Como Aprendi o Português e Outras Aventuras, quer os de colaboração com Aurélio Buarque de Holanda — os volumes do Mar de Histórias — que da novelística mundial, aliado ao bom-gosto artístico.

Agora, com Antologia dos Contos Húngaros, esse bom brasileiro que os ventos magiares nos presentearam, lavra mais um tento com o esgotamento da edição em menos de três meses. E não se diga que isto sucedeu por haver sido essa coletânea precedida de uma propaganda similar à que sucede com vários best-seller que ocupam as páginas graciosas de alguns periódicos. De fato, a antologia organizada e traduzida por Paulo Rónai, conseguiu transportar para nossa língua uma literatura completamente desconhecida para nós. E somente um humanista húngaro de nascimento, que amasse a nossa terra poderia fazer tal transposição, sem prejudicar, de forma alguma, o espírito de nosso idioma. Daí o seu inteiro sucesso. Conseguiu interessar ao povo e aos intelectuais ao mesmo tempo.

Isso veio provar que as seleções e traduções devem ser realizadas por escritores capazes, que possuam aqueles dotes que enunciamos no início desta nota: seriedade, pesquisas, humanismo. Não basta falar a língua que se vai verter. É preciso dominá-la com profundidade, conhecer a sua psicologia e ser versado no assunto a transladar.

Em a Antologia do Conto Húngaro aparecem à tona todas essas exigências superadas pelo tradutor Paulo Rónai: conhecimento profundo da língua húngara; domínio da psicologia do povo de onde nasceu e o da terra onde plantou o coração; estudo e pesquisa constante do gênero novelístico mundial.

Já se vê, portanto, que não se trata de um trabalho improvisado, como esses que estão surgindo às enxurradas, falsificando autores com péssimas traduções e ainda pior escôlha de contos que não representam a verdadeira arte dos autores.

Visando apenas ao lado artístico da sua execução, Paulo Rónai não se prende a gostos e preferências. Ele nos dá o que a literatura húngara possui de melhor no gênero de conto, não lhe importando que o tema tratado esteja ligado a esta ou aquela

corrente ideológica ou estética. É uma antologia no sentido mais lato da palavra. Ao lado de contos que exprimem o bom-humor e a sátira mordaz, como O Ferreiro da Catarata, de Mikszath, e A Lancha, de Kostolányi, ou O Divertimento Forçado, de Jokai Mór, o antologista coloca O Almôço, de Molnár Ak, e Tragédia, de Móricz Zsigmond, onde o sinistro e o trágico estão por detrás do humor.

Não se esquecendo do conto baseado em motivos populares, em temas folclóricos, Paulo Rónai incluiu em sua antologia, duas jóias da literatura magiar, os contos Da Cobra e Outros Horrores, de Gardónyi Géza, e A Mósca Verde e o Esquilo Amarelo de Mikszath Kalmán.

É assim toda a Antologia do Conto Húngaro, de Paulo Rónai, um verdadeiro Mar de Histórias do conto magiar, onde o curioso ou o estudioso encontrará uma informação a mais honesta e erudita possível sobre o gênero literário que celebrou Maupassant e Tchekov, na Hungria.

Com essa amostra magnífica, ficou o humanista Paulo Rónai obrigado dar-nos outras antologias de literaturas e línguas que tão bem domina: a alemã, a inglesa, a francesa, e a dos pequenos países da Europa Central.

G. R. R.

Endereço para a
remessa de livros

NOVOS
TEMPOS

AV. RIO BRANCO,
185 s. 509

RIO - D. F.

REVISTA DAS REVISTAS

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

OS PARTIDOS NO CEARÁ

Com este terceiro número, (ano II) a «Revista Brasileira de Estudos Políticos» (publicação semestral da Universidade de Minas Gerais, direção do Prof. Orlando M. de Carvalho) comemora seu primeiro aniversário, fato que merece simpática acolhida, pois, ao que sabíamos, é a única publicação, em nosso país especializada em sociologia política. As pesquisas, entre nós, neste terreno particularmente dos diversos aspectos da vida política brasileira, são quase inexistentes. Contam-se nos dedos os trabalhos a respeito. Por isso dizemos, exculpando-nos do lugar comum que a iniciativa do Prof. Orlando M. de Carvalho e de seus companheiros da Universidade de Minas Gerais, veio, realmente, «preencher uma lacuna».

É verdade que o simples lançamento de uma revista não poderia modificar, do dia para a noite, a orientação «acadêmica» e um tanto aleatória ainda dominante entre os que se preocupam, no Brasil com esses dois ramos da sociologia. Este número de aniversário é um exemplo. Nele predominam os estudos sobre problemas jurídicos encarados do ponto de vista abstrato da exposição de teses e doutrinas — exposição quase sempre desligada dos fatos reais, históricos, que são o teste para qualquer teoria. No caso, estão os trabalhos dos professores Nelson de Souza Sampaio (A Ciência e a Arte Política), Raul Machado Horta (Regime político e a doutrina das formas do governo), Georges Langrod (A concepção do poder na doutrina do Estado de Ludwik Gumplowicz), Orlando Bitar (Atualidade de Montesquieu) e Pe. Bastos de Avila (Contribuição da Igreja para a solução da questão social).

Mais ligados à realidade e, portanto, mais úteis, são os trabalhos de Anísio Teixeira (A administração pública brasileira e a educação), Moysés Velinho (O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino), Harry Kantor (O controle das despesas eleitorais em Porto Rico), Abelardo F. Montenegro (Estrutura ocupacional dos partidos políticos do Ceará) e Zélia Brito Pinheiro (Os universitários baianos e a Constituição Brasileira).

Destacamos os dois últimos pela atualidade do tema. O Sr. Abelardo Montenegro nos apresenta os resultados de uma pesquisa que realizou, no Ceará, sobre a estrutura ocupacional dos partidos políticos, seguindo o modelo da que promoveu o Prof. Orlando M. de Carvalho, em Minas (e que foi publicada no N. I. da revista). A investigação realizada pelo professor mineiro foi mais completa e mais rica de aspectos, mas como o método utilizado numa e noutra foi essencialmente o mesmo, as observações que queremos fazer ao trabalho do professor Montenegro se aplicam exatamente ao trabalho que lhe serviu de modelo.

Acha o prof. Montenegro (é o que se depreende do sentido do inquérito) que estabelecendo o grau de participação de cada grupo profissional nas direções partidárias e nos diversos postos eletivos, tem a chave para a fixação do caráter dos diversos partidos (do ponto de vista de expressão de interesses sociais). Parece-me falho este critério. Por exemplo, pelo inquérito do professor cearense, ficamos sabendo que nos diretórios municipais da UDN os agricultores estão representados numa proporção de 43,77%, nos do PSD de 34,26%, nos do PSP 38,20% e nos do PTB de 39,38%. Esses números, de certo modo, se equivalem (asim como para outras categorias como comerciante, criadores, profissionais liberais, etc.). Mas, pode-se concluir daí que não haja diferenças entre esses agricultores que se distribuem assim, com tanta homogeneidade, entre os diversos partidos? É possível que esim, mas também é possível que não. Somente a adoção de um critério mais rigoroso de classificação permitiria distinguir, dentro do grupo de agricultores, o grande fazendeiro do sítiante — distinção indispensável para uma resposta satisfatória. Isto tem grande importância quando se procura estabelecer o caráter de um determinado partido político. Não é a mesma coisa um partido onde preponderam pequenos proprietários rurais e outro em que dominem grandes senhores de terra, assim como não são os mesmos os interesses do agricultor que explora a terra utilizando o trabalho assalariado ou dando-a a terceiros para a trabalhar pelo sistema da «meia» e da «têrça» e os interesses do que precisa tomá-la em arrendamento. O mesmo se pode dizer de outras ocupações como comerciantes, industriais, criadores, que o método utilizado para o inquérito

supõe como possuindo interesses homogêneos. Vêem-se facilmente, as dificuldades que aparecem com a imprecisão dessas classificações imprecisas que se torna até desorientante, pois aparece ainda uma nova profissão — a de proprietário, que não sabemos bem a que grupo se refere. Lavradores, comerciantes, industriais, já classificados como grupos independentes, não são também proprietários?

Parece-nos que o critério adotado leva a um beco sem saída, que é o fato de apagar as diferenças reais existentes entre os partidos, não apenas quanto à composição social de seus organismos dirigentes e representações parlamentares, mas, também, de eleitorado. Aliás, este último aspecto — o eleitorado — é tão importante quanto a composição social das direções e representações de um partido para se avaliar não só de seu caráter como também de suas tendências. Infelizmente a pesquisa do prof. Montenegro quase não deu atenção a este aspecto.

Essas observações não querem negar o mérito e a utilidade de trabalhos como o do prof. Montenegro. Tendem, apenas, a prevenir contra conclusões precipitadas e a chamar a atenção para a necessidade da elaboração de métodos dos mais adequados que conduzam a resultados satisfatórios e positivos.

O inquérito realizado pela universitária Zélia Brito Pinheiro entre os estudantes da Universidade da Bahia, chegou à seguinte conclusão, um tanto melancólica: 50% dos interrogados jamais viram um exemplar da Constituição, nada menos de 59% ignoravam o ano de sua promulgação e 61,5% jamais leram um único de seus artigos. Mas não é isto um indício de que a maioria do povo ainda não se sente realmente protegido pela Constituição e, portanto, desejoso de conhecê-la para defendê-la quando necessário?

JB

POSIÇÕES TROTSKISTAS

Em nossas mãos o número de janeiro de 1958 (N. 1 da nova série) da «Quatrième Internationale». órgão do Comitê Executivo do movimento trotskista organizado. Consta de artigos sobre a situação na Indonésia, na Alemanha Oriental, na

Argélia, na Bolívia, na Síria, de apreciações sobre a situação internacional, a Conferência afro-asiática do Cairo, os documentos dos partidos comunista firmados em Mosca por ocasião do 40º aniversário da Revolução de Outubro, etc. Dois artigos teóricos mais gerais: «Os antigos caminhos do reformismo e o caminho revolucionário do socialismo» (Pierre Frank) e «Sociologia da classe possuidora norte-americana» (E. Germain).

A leitura desses trabalhos permite uma visão das características e da situação atual do movimento trotskista. E dêle, em nossa opinião, pode-se dizer que guarda todas as vantagens e, também, todas as desvantagens de uma corrente que não pôde ser outra coisa, nesses 20 anos, que um movimento de oposição. Como toda oposição, o movimento trotskista desenvolveu uma particular sensibilidade aos erros de seus adversários e por isso tem o mérito de haver apontado com lucidez, em seu próprio processo de desenvolvimento, alguns dos mais revoltantes erros e crimes do stalinismo. Mas, isto mesmo, com as naturais limitações de um movimento que não conseguiu ser mais que uma oposição: isto é, sem um esforço maior de aprofundar continuamente a pesquisas sobre as raízes dos fatos criticados. Frequentemente esta crítica se limita à defesa quase fanática de um corpo de teses, transformadas em dogma, que deveriam servir de padrão e metro para o movimento revolucionário, não importa em que época e em que país. O que bem demonstra como o trotskismo e o stalinismo são bem dois frutos da mesma árvore. E neste sentido, digamos francamente, ainda com desvantagem para o «trotskismo» que, além de construir também seu culto à personalidade — à de Trotski — não se viu, pelo menos, com a responsabilidade de enfrentar problemas concretos de direção de grandes Estados e grandes partidos, como a tiveram e a têm ainda os stalinistas e néo-stalinistas, o que os obriga mesmo, contra a vontade, a atuar muitas vezes passando por cima dos dogmas.

A tese da «revolução permanente» e da instalação, onde quer que seja, do «governo operário e camponês» leva a IV Internacional por exemplo, a posições verdadeiramente delirantes. No editorial — «D'ante da crise agravada do imperialismo» — depois de uma análise, em muitos pontos justas, das dificuldades do imperialismo, a revista conclui que «o único meio de enfraquecimento do imperialismo, afora a ação das massas nos próprios Estados Unidos, é a propagação da revolução mundial, ga-

nhando sucessivamente os países de todos os continentes e, particularmente os da Europa, da Ásia, da América Latina e da África». (Ficam de fora o Ártico e a Antártida). Este é «o meio mais econômico» de evitar a guerra mundial, pois «na revolução de um país, as armas atômicas têm pequena utilização («ont peu de place») e a intervenção do imperialismo americano com estas armas é infinitamente mais difícil». Os trotskistas não acreditam na possibilidade da coexistência pacífica, vêem o mundo atual ainda com os esquemas leninistas da época da Primeira Guerra Mundial, crêem que somente através da revolução proletária se pode, hoje, manter a paz mundial. (Infelizmente nesta resenha não poderemos desenvolver o tema). Outra amostra da mesma atitude na crítica às declarações dos partidos comunistas em Moscou (onde há algumas observações justas): «Sob pretexto de que a luta pela paz — e não a luta pelo socialismo — é a «tarefa primordial dos partidos comunistas, estes são convidados a erguer por toda parte amp'as «frentes», inclusive com a burguesia dita «nacional» ou «média» segundo os países, contra os monopólios, e notadamente contra os monopólios americanos. Enquanto o marxismo aponta a luta de classe como o principal motor do desenvolvimento da sociedade, a burocracia propõe a colaboração de classes para manter o statu quo». Admirável dialética esta que ignora a possibilidade de outras formas de luta de classes além da velha fórmula «classe contra classe» ou que a luta em defesa da paz pode se constituir, sob determinadas condições históricas, como atualmente, um dos caminhos indispensáveis para a luta vitoriosa pelo socialismo!

Apreciando as coisas por este prisma, o trotskismo insurge-se contra os governos de coalisão e as chamadas «frentes populares», confundindo, na verdade, uma política independente e de classe, com o isolamento de classe do proletariado. Assim, ao apoiarem o Governo de Sukarno, na Indonésia (artigo de S. Santem, «A revolução indonésia em marcha»), os comunistas daquele país estariam, ao ver dos trotskistas, fazendo o jogo da burguesia. Isto dito, quando já se fazia evidente a articulação de um movimento contra-revolucionário, de inspiração imperialista, contra tal governo democrático.

Essas observações contra o dogmatismo trotskista que se expande, a cada passo, nos artigos deste número de «Quatrième Internationale», não querem dizer que faltem mérito e justiça a muitas de suas observações, principalmente aquelas de crí-

ticas aos partidos comunistas e à burocracia soviética. A crítica à burocracia, ao «monolitismo» partidário, à ausência de democracia nos organismos partidários e estatais, à confusão entre as funções dos partidos comunistas e as funções do Estado socialista constitui — parecem-nos — o mérito do trotskismo. Por isso é proveitosa a leitura de uma revista tal como esta «Quatrième Internationale».

JS

Nouvelle Critique

CONTRA O REVISIONISMO

«La Nouvelle Critique», nº 91, publicou extratos do relatório de Gomulka à 10ª sessão do CC do POUP.

O revisionismo, diz Gomulka, constitui o sólo magnífico para a cultura do dogmatismo. A luta eficaz contra o revisionismo facilita consideravelmente a vitória sobre o dogmatismo. Lutando-se para sanear o Partido desses dois males, convém, antes de tudo, golpear a fonte principal — o revisionismo e os liquidadores.

No Partido, é mais fácil lutar contra uma fração que expõe o seu programa de ação à luz do dia que contra um grupo, informe, não organizado formalmente e que, na maior parte das vezes, se entrincheira atrás da linha do Partido, mas realizando a sua própria política.

(Que visa a confusão ideológica introduzida pelos revisionistas? Solapar a confiança das massas no Socialismo. A quem deve servir essa ação nefasta? A resposta é fácil.

Entre os partidários do dogmatismo e do sectarismo, continua Gomulka, encontram-se pessoas que rejeitam todas as mudanças ocorridas no curso dos últimos anos no movimento operário internacional. O XX Congresso do PCUS, que abriu perspectivas novas e tão largas diante do Socialismo, é classificado por eles como sendo uma «grande desgraça» para o movimento operário. Com tal conceito, causam um grande prejuízo à causa do internacionalismo.

A atitude dogmática e sectária, a saudade pelos antigos métodos, não podem senão afastar o Partido das largas massas trabalhadoras; objetivamente fazem o jogo dos inimigos do socialismo.

O Partido deve depurar suas fileiras de tudo o que lhe é estranho, causa-lhe prejuízos, enfraquece a sua

coação, dificulta o seu trabalho, sapa a confiança que ele deveria desfrutar junto à classe operária e ao povo.

O Partido é o que são as suas organizações e as organizações são o que são os seus membros.

Um membro do Partido deve ser caracterizado pela profunda confiança na justiça e vitória da causa do Socialismo; ser o artesão consciente da realização da idéia do Socialismo; possuir um sentido profundo da disciplina do Partido e da sua responsabilidade na aplicação das decisões do Partido; deve distinguir-se por seu alto valor moral, por sua simplicidade, sua honestidade em todos os atos, pela franqueza em sua atividade social e no Partido, pelo exercício consciencioso dos seus deveres; deve velar pelo seu conceito na classe operária e na opinião pública; deve ter presente que o bom conceito que desfrute elevará a autoridade política e moral do Partido.

Um membro do Partido é um indivíduo socialmente consciente, que tem um sentimento muito desenvolvido de seus laços com o Partido, a classe operária, os trabalhadores e toda a nação. O interesse pessoal, o egoísmo, lhe são estranhos. Um membro do Partido é um combatente devotado ao Socialismo, que para ele entra sem cálculo, sem o desejo de tirar vantagens pessoais, mas por força de uma necessidade interior, nascida da consciência que tem de que a luta pelo Socialismo é a finalidade de sua vida, que é uma luta pela justiça social, o bem-estar e a cultura das massas laboriosas, para o desenvolvimento de seu país e de seu povo, para a paz e a fraternidade entre os povos do mundo.

Esses critérios assim definidos de maneira geral e que convém aplicar no momento da verificação da qualidade de membros do Partido, reduzirão consideravelmente o número de aderentes.

Desta forma, homens novos e de valor entrarão para o Partido, homens novos e de valor que são hoje repelidos pelo Partido, precisamente por aqueles que devemos expulsar.

C. F.

PARLAMENTARISMO

O último número (45, nov. dez de 1957) que nos chegou dessa publicação que a Agence Yougoslave d'Information edita em Paris, traz artigos sobre variados assuntos, tais como O Estado e a Sociedade, de Ljubo Tadjich; O Parlamentarismo de Hoje, de Naidan Pachitch; Nossa

Política de Produção Agrícola, de Vladimir Stipetich; A Revolução Industrial Contemporânea, de Yanez Stanovnik, etc.

Um dos temas de maior atualidade política é o que Naidan Pachitch aborda: o parlamentarismo. O autor que é doutor em direito, faz um trabalho minucioso, que se estende por quase cinqüenta páginas. Aí ele analisa as vicissitudes por que têm passado as instituições parlamentares na Europa, desde sua origem («o parlamentarismo moderno nasce no momento em que os parlamentos de classe se transformam assim em arma política da burguesia em luta por apoderar-se do mecanismo de Estado e submetê-lo a seu controle») até às perspectivas atuais de seu desenvolvimento («o parlamento só deixará de ser um apêndice do aparelho burocrático do Estado e poderá adquirir plena eficácia e influência política absoluta se se apoiar num sistema ramificado de órgãos democráticos de autogestão política e territorial, econômica (produção e consumo) e social»), passando pelos difíceis tempos do após-primeira guerra mundial, quando sofreu a brutal ofensiva do fascismo.

Embora condenado severamente o que considera ilusões parlamentares da social-democracia, o autor não exclui a possibilidade de que o parlamentarismo possa funcionar como instrumento adequado de um poder socialista. Observa que «a crítica feita por Lênin a propósito do dogma social-democrático, deu por sua vez matéria a uma interpretação dogmática: atribuiu-se-lhe um valor absoluto, fazendo-se abstração das leis históricas». Daí, segundo ele, que após dezenas de anos não tenha aparecido na literatura comunista um só ensaio sério sobre a evolução posterior das formas políticas parlamentares.

Não se pode dizer que este ensaio de Pachitch cubra tamanha lacuna: ele apenas inicia esse trabalho, levantando alguns problemas importantes, por vezes demorando-se demasiado sobre detalhes insignificantes, e até com formulações que nos parecem dogmáticas, mas em todo caso colocando no tapete da discussão um tema de tal relevância, neste momento em que a instituição dos soviets aparece aos olhos dos socialistas sinceros do mundo inteiro como uma contrafação do parlamentarismo, e não como sua superação; como simples cobertura de um despotismo pessoal ou grupal, se bem que esclarecido, sobre todas as classes e camadas da população.

O. P.

A «CLASSE» DOS DIRETORES

A revista «Espirito» representa, como se sabe, um setor avançado do pensamento francês não-comunista que Lefebvre classifica como um «personalismo» que exprime as aspirações de uma esquerda católica, e não hesita em levantar críticas à sociedade burguesa.

No número de fevereiro último, que temos em mãos, entre outros artigos de estudo e crítica, o de Joseph Ben David, sobre La Nouvelle Classe des Pays Sous-developpés, nos pareceu o mais original.

Constata ele, confirmando Marx sem citá-lo, que as novas condições capitalistas, liquidando as pequenas empresas individuais criaram uma camada de Diretores de Empresas, a que ele chama de uma «nova classe», a qual se origina em grande parte, senão, na totalidade, de certas camadas da inteligência, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde não se lhes oferecem outras oportunidades de ascensão social.

Nos países subdesenvolvidos estas grandes empresas são quase sempre criadas à custa do capital estrangeiro. «A maior parte do dinheiro estrangeiro, diz o autor, serve com efeito para elevar o standard de vida dessa intelligentsia móvel; quanto aos resto do povo, ele serve talvez para melhorar a sua educação e saúde, mas de uma forma que está muito longe de ser suficiente para dar ao país uma economia independente e próspera. Assim por trás da fachada dos planos de desenvolvimento econômico, pode, muitas vezes existir um sentimento geral de estagnação e de impotência que torna mais aguda a reivindicação nacionalista e leva o povo a adotar a solução radical proposta pelo comunismo».

As conclusões do autor, bem como a própria análise dessa suposta «nova classe», derivam sem dúvida das limitações impostas pelas suas concepções filosóficas e políticas. É verdade, entretanto, que essa nova camada social de diretores de empresa, é tirada muitas vezes das classes médias — engenheiros, advogados, administradores — os quais são envolvidos pela sedução dos bons ordenados e gratificações, que não obteriam de outra forma e se transformam em agentes desse capital estrangeiro contra o seu próprio país. É uma política de corrupção facilitada pela fraqueza dos capitalismo nacionais e pela pobreza geral dos países subdesenvolvidos.

L. B.

Recessão Americana

A economia capitalista, particularmente e norte-americana, atravessa um período de desequilíbrio econômico, a que se vem chamando de «recessão», expresso sobretudo no desemprego em massa, que já atinge a cêrca de 5 e meio milhões de trabalhadores.

Típico do capitalismo industrial é o desenvolvimento descontínuo, através das crises cíclicas que interrompem periódicamente a linha ascendente de sua produção. E até hoje, mais de um século após a eclosão da primeira crise econômica geral (1825, na Inglaterra), não se encontrou, nos quadros do capitalismo, cura definitiva para esse mal que se vem repetindo aproximadamente de dez em dez anos, a despeito das mais variadas terapêuticas ministradas por notáveis especialistas.

Com efeito, já em 1877 Engels assinalava: «Desde 1826 tivemos cinco vezes essas crises e neste momento estamos em via de voltar a cair nela pela sexta vez». E outras crises se seguirão. A título de curiosidade, enumeremo-las: 1825 (Inglaterra), 1836 (Inglaterra e Estados Unidos), 1847-1848 (Inglaterra, Europa continental e Estados Unidos), 1857 (Europa e América), 1866, 1873, 1882, 1890, 1900-1903, 1907, 1920-21, 1929-33, 1937-38, 1948-94 (Estados Unidos) e agora, em 1957, isso que aí está...

É interessante observar que a partir de 1848, a crise quase sempre se manifesta na economia capitalista em bloco, isto é, em escala mundial, dado o entrelaçamento entre as economias capitalistas nacionais. Os capitalistas e os operários conseguiram, em muitos casos, armar-se contra os efeitos da crise, minorar a dureza de suas consequências (fundos para socorrer desempregados, adoção pelo Estado de medidas visando ao pleno emprego, etc), mas eliminar a crise do mecanismo da produção industrial capitalista — isso tem sido impossível.

No primeiro após-guerra mundial, o desemprego se converteu num problema constante. A Inglaterra e os Estados Unidos, por ex., mantinham permanentemente às custas dos cofres públicos, milhares e milhões de sem-trabalho, com o fito de apaziguá-los e desviá-los do caminho da revolução que em outros países trilharam. Mas os países menos ricos não podiam arcar com essa sobrecarga e apelaram para outros meios. Veio o fascismo, cuja solução os Estados Unidos têm procurado parcialmente imitar neste segundo após-guerra: criar um estado permanente de guerra fria, transformando os desempregados em soldados e em trabalhadores de indústrias bélicas. Mas nem assim o fascismo conseguiu impedir a crise iniciada em 1937 e desviada pela própria guerra, que estalou em seguida.

Após a segunda guerra mundial, o desemprego não se manifestou logo na Europa devido à imensa perda em vidas humanas e às necessidades gigantescas de reconstrução. Mas os Estados Unidos, que não sofreram a guerra em seu território, não precisando, pois, reconstruir coisa alguma, e que teve um número de mortos relativamente insignificante, só encontrou saída na guerra fria, com a qual podia manter milhões de homens em armas e nas fábricas de armamento, milhões êsses que, de outro modo, iriam engrossar o exército de reserva industrial e provocar agitações.

Apesar de tudo, a crise já batia às portas dos Estados Unidos, quando sobreveio a guerra da Coréia: foi um desfogo para a economia americana, que pôde quei-

mar assim na fogueira do conflito oriental seus «excedentes» humanos e materiais. Mas passa o tempo e eis que chegamos à atual «recessão»: quase seis milhões de desempregados!

Convém notar que entre uma crise e outra decorrem quatro fases: a crise propriamente dita, a depressão, a reanimação e o auge. E que em alguns casos, a crise pode manifestar-se de modo atenuado, sem o clássico «krach» bolsista, que em geral provoca uma redução brutal da produção, uma queda brusca dos preços, uma quantidade enorme de bancarrotas, o aumento do desemprego e a rebaixa dos salários. Em seu «Anti-Dühring», Engels descreve num trecho penoso mas impressionante a exteriorização desse fenômeno:

«O comércio esmorece, os mercados estão abarrotados, os produtos estão amontoados ali e não se encontra saída para eles, o dinheiro sonante se torna invisível, o crédito desaparece, as fábricas param, as massas trabalhadoras carecem de meios de vida, porque os produziram em excesso; a bancarrota sucede à bancarrota, as vendas forçadas, às vendas forçadas. O amontoamento dura anos inteiros; forças produtivas e produtos em massa se malbaratam e se destroem até que as mercadorias acumuladas circulam afinal com uma depreciação maior ou menor, até que a produção e a troca se restabeleçam pouco a pouco.

Progressivamente a marcha se acelera e se converte em trote, depois em galope e aceleradamente esta se converte em carreira desenfreada, em «steep-chase» geral da indústria, do comércio, do crédito, da especulação, para afinal cair, depois de saltos perigosíssimos... no fôssco da crise. E o fato se renova sem cessar».

Assim tem sido. Será sempre assim? Estaremos agora mesmo em face de uma crise econômica nos Estados Unidos, mesmo que no início e mesmo que atenuada? Haverá solução definitiva para as crises de superprodução na economia capitalista?

Segundo Marx, o fenômeno das crises é simples manifestação de uma contradição essencial do capitalismo, sendo portanto inevitável. Refere-se à contradição entre o caráter «social» da produção e a apropriação «privada» por parte dos capitalistas, dos resultados dessa produção. Essas crises de superprodução (relativa) se revelam no fato de que grandes estoques de mercadoria ficam sem comprador porque foram produzidas, sem plano, acima da capacidade aquisitiva dos consumidores.

Mas, segundo Keynes, o economista burguês mais famoso deste século, a causa das crises reside na poupança, isto é, nesse desequilíbrio entre o consumo, tornado insuficiente, a poupança, tornada relativamente excessiva. Angélos Angélopoulos, um de seus discípulos mais eminentes, assim desenvolve essa tese: «As decisões de poupar e as de investir são independentes umas das outras. As de poupar são determinadas em parte pelos hábitos e gostos dos particulares que, livremente, decidem da fração da renda que desejam poupar. As decisões de investir, por outro lado, são determinadas pelos empresários, de acordo com certos critérios, que são comandados pela esperança do lucro. Assim, conforme, os indivíduos pouparam uma fração de renda superior ao montante que os empresários desejam investir e, se essa diferença entre a poupança e o investimento não é utilizada, não se assegura o pleno emprego. Ora, essa poupança que permanece «nativa» constitui a «principal anomalia» da atividade econômica e explica o paradoxo da pobreza no seio da abundância».

Keynes apela ao Estado para que corrija essa «anomalia», cobrindo aquela «diferença» por meio de grandes obras públicas, que assegurem o pleno emprego. E se bem quase todos os governos burgueses tenham aderido francamente a essa tese, o fantasma da crise continua a rondar a economia capitalista. Aliás, a tese keynesiana não é aceita por unanimidade, a despeito de já haver produzido certos frutos não desprezíveis. Mas é outro economista burguês, o suíço E. Grossmann, quem lança dúvidas bem sérias sobre a eficácia das medidas keynesianas: «Habitado a examinar cada problema no âmbito de um Estado determinado, eu não vejo quase possibilidade de aplicar as máximas de Keynes a meu país. Não concebo como o Estado poderia manter uma «pro-

cura global» quando o estrangeiro não quisesse mais comprar relógios, nossas máquinas, nossos bordados, etc., ou achasse nossos hotéis muito caros. Não se poderiam empregar os operários dessas indústrias nos trabalhos públicos senão numa medida muito restrita».

De todo modo aí está a recessão americana, milhões desempregados. Poderá o keynesismo resolver o problema? Passará ou se agravará este momento difícil? Só a vida mesma poderá, dentro de pouco, dar a resposta exata e concreta. Mas, resta sempre o perigo de que os monopolistas em desespero, mesmo nesta era atômica e problema? Passará ou se agravará este momento difícil? apelo à guerra.

DEMOCRATIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Fenômeno de imensa repercussão e influência sobre o destino dos povos pouco desenvolvidos é esse da democratização da América Latina, em harmonia com o avanço do movimento nacionalista. A vitória espetacular de Frondizi, nas recentes eleições argentinas, é mais um ato comprobatório dessas duas tendências — democratização e nacionalismo — que o candidato vitorioso tão bem personifica.

Dizemos democratização (e não apenas democracia) porque naquele substantivo se contém a idéia não só de uma preferência pelo regime democrático em face dos regimes ditatoriais, como principalmente se contém a idéia de luta, de ação, de militância em favor da democracia.

Os países ibero-americanos, vivendo desde há muito em regime republicano, sofriam, no entanto, as limitações próprias de sua estrutura econômica, em geral dominada pelas oligarquias semifeudais. Daí o desrespeito, na prática, às liberdades populares que vigoravam em outros países; daí as oscilações entre períodos de ditadura e períodos de democracia.

Os furibundos ataques movidos pelo fascismo, no intervalo entre as duas guerras mundiais, contra a liberal-democracia, forneceram aos régulos latino-americanos a base ideológica para coonestar suas tiranias. Neste segundo após-guerra, depois de avanços e recuos, a democracia começa a firmar-se no Continente, entrando nestes dois últimos anos em franco processo de preponderância. A experiência mostrou aos povos subdesenvolvidos que a guarda de seus interesses políticos e econômicos não devia ser confiada a um ditador e sim a eles próprios, os povos. O tempo do Estado Novo no Brasil, do Justicialismo peronista na Argentina, etc., que se caracterizavam por um nacionalismo vacilante e por uma atitude paternalista e despótica ante os trabalhadores — é coisa que vai ficando no passado.

Típico dessa mudança é o caso do Brasil. Hoje é abertamente, no Parlamento, na imprensa e nas ruas — e não nos corredores ou gabinetes palacianos — que se desenrolam as grandes batalhas em defesa dos interesses nacionais, contra as arremetidas imperialistas. Poderíamos lembrar os exemplos do Chile, Uruguai, Colômbia, Venezuela, etc., alguns dos quais ainda em situação incerta, mas com uma nítida vocação democratizadora. Que a Argentina agora venha enfileirar-se neste campo, eis um acontecimento de imensa significação, pois se trata de um dos maiores países latino-americanos, inclusive sob os aspectos populacional e territorial, mas sobretudo pelo nível de seu desenvolvimento econômico e cultural.

A democratização da América Latina, de par com o avanço de sua consciência nacionalista, poderá determinar um considerável reforço à grandiosa luta que hoje travam os povos subdesenvolvidos do mundo inteiro.

Ch. T.

NITERÓI: CIM

Recebemos do CIM a seguinte nota:

O Centro Independente Marxista, em 15-3-58, realizou uma Assembléia Geral, com a presença da maioria dos seus associados, bem como de pessoas pertencentes a outras correntes de esquerda, com a seguinte ordem do dia:

a) Discussão política sobre a posição do C. I. M.; e

b) Eleição de uma nova direção provisória, até a elaboração final das Normas Estatutárias da entidade.

Com respeito ao primeiro ponto, ficou mais uma vez consubstanciada a posição do C. I. M. de fraternidade e independência com rela-

ção aos demais agrupamentos marxistas embora, não se furte à crítica do que considere deformações do marxismo, causa que foi julgada como o principal entrave oposto à via para o COMUNISMO.

Na segunda parte da reunião, foi eleita por voto direto e secreto a nova direção do C. I. M., que passará a constituir-se dos seguintes cargos: 1) Presidente; 2) Secretário; 3) Tesoureiro; 4) Encarregado Sindical; 5) Encarregado Estudantil; 6) Encarregado Popular; 7) Encarregado dos Funcionários e 8) Encarregado de Relações e Propaganda.

Deve-se acentuar que as eleições transcorreram num clima de camaradagem e entusiasmo há muito não encontrado nas reuniões de esquerda.

PRESTES EM LIBERDADE

A medida do juiz, cancelando o mandado de prisão preventiva contra o sr. Luís Carlos Prestes é mais um passo para o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil.

Com efeito, essa restrição à liberdade pessoal do dirigente comunista, cujo partido gosa de há muito de uma semi-legalidade consentida, era mais nociva do que benéfica à manutenção do regime vigente.

Essa restrição vinha servindo sobretudo como pretexto de que se valiam os elementos mais reacionários para exagerando infinitamente a força real do comunismo no Brasil, vetarem medidas, importantes para o país, como o reatamento de relações com a URSS, ou manterem um precedente para novos atentados contra as liberdades públicas.

Os regimes totalitários que o stalinismo e o fascismo implantaram em boa parte no mundo já não resistem à avalanche dos sentimentos libertatórios dos povos. Querer dominar pela força as idéias é uma coisa odiosa e repulsiva, seja feito em nome de quem for, e onde for: nos Estados Unidos ou no Brasil.

O. P.

CARTAS ABERTAS

Rio de Janeiro, 6 de março de 1958.
Sr. Diretor de «Novos Tempos».

«Novos Tempos» é uma revista marxista, segundo declara, desde o seu primeiro número. Esta a razão por que lhe escrevo sobre alguns textos publicados no nº 5.

Ora, sendo uma revista marxista, penso que deve pretender elevar e não debaixo o já ultra-baixo nível teórico reinante entre nós. Portanto, penso que a direção tem por obrigação evitar a publicação de baixos textos com formulações grosseiras erradas, do ponto de vista marxista, ainda que os seus autores se julguem «marxistas». Do contrário, contribuirá para o descrédito do marxismo.

Assim julgando, pergunto: como pode «Novos Tempos» abrigar em suas páginas artigos como o do Sr. Leôncio Basbaum, que se diz marxista, mas que afirma, entre outras heresias, as seguintes:

1) «Teóricamente não é possível»... «Históricamente, porém isso é possível»...

Sempre pensei que o critério da verdade marxista fôsse o da prática, conforme se lê em qualquer trabalho primário de divulgação do marxismo. Nada pode estar teoricamente certo se na prática estiver errado, essa a afirmação marxista, acertada.

2) «A classe operária, cientificamente, é homogênea, sem contradições internas, diz Basbaum, salvo aquelas inerentes à própria natureza das coisas».

Se a classe operária fôsse homogênea, sem contradições internas, poderia existir a concorrência entre os operários? Até mesmo a luta, não raro violenta e sangrenta entre os próprios operários, entre operários grevistas e operários furadores de greves?

Pensa o Sr. Basbaum que não há contradição entre os operários industriais conforme os setores de produção e entre eles e os agricultores? Há entretanto, numerosas contradições que poderão ser estudadas em artigos a elas dedicados.

3) Diz Basbaum que há países em que a classe operária «não é ainda homogênea e está em formação», contradizendo-se, aliás. Poderá, entretanto, indicar um só país em que a classe operária não esteja em formação e desenvolvimento? Poderá indicar um só país inteiramente capitalista, de «capitalismo puro»?

4) «O internacionalismo proletário — diz Basbaum — não é uma doutrina, nem mesmo um princípio. Ele é inerente ao marxismo-leninismo, é da própria natureza da classe operária e dos povos em geral que não precisam disputar merca-

dos ou fontes de matérias primas». Estou certo que o mais atrasado estudante de marxismo não subscreveria tal afirmação.

5) ... «absoluta liberdade de criação artística», é outra afirmação de Basbaum, com a responsabilidade de quem escreveu um livro sobre os fundamentos do materialismo, daí por certo, a sua admissão de «liberdade absoluta»...

Entretanto, os marxistas afirmam que o ponto de vista dos que consideram que a vontade humana é absolutamente livre e independente, significa a negação completa das leis objetivas da Natureza e da Sociedade. Tal ponto de vista sobre a liberdade não é científico, e, em política, conduz ao aventureirismo, ao voluntarismo.

6) «A liberdade de opinião de cada membro do partido é SAGRADA». 4 linhas após, Basbaum também escreve: «Mas creio que essa discussão deverá ser regulamentada!» Mais adiante, escreve: «Questões de caráter filosófico, artístico, literário ou científico, cada membro pode debater e escrever o que quiser, CERTO OU ERRADO»... «Que floresçam mil flôres diferentes». Como, se essa discussão tal como a disciplina deverão ser regulamentadas, segundo aconselha o próprio Basbaum? Será que essa «contradição» é marxista... ou simplesmente incoerência?

Os conceitos de Basbaum sobre «ideologia básica», «dogmatismo e sectarismo», «centralismo democrático», «disciplina», «minorias», etc., são surpreendentes, equivalentes ao de capital financeiro de artigo seu anterior. A conceituação de Basbaum sobre capital financeiro revela apenas que ele jamais leu qualquer trabalho de divulgação marxista sobre economia política.

Um novo partido da classe operária construído sobre tais heresias jamais será um partido que se oriente pelo marxismo-leninismo, como pretende o «marxista» Basbaum.

Penso que essas heresias, com rótulos de marxistas deveriam ser evitadas na revista, para não desmoralizarem o marxismo.

—o—

V. Sa. transcreveu uma nota-crítica sobre o «Manual de Economia Política», publicado por economistas soviéticos, que saíra em «Revista Econômica Brasileira», de autoria de «eminente economista patricio».

Entre outras insuficiências, escritas por esse «eminente economista patricio», encontra-se nessa nota-crítica, que mereceu a honra de ser transcrita, a seguinte:

(...) «De maneira geral, toda essa parte do «Manual» (a terceira — C. F.) é extremamente elementar e decepciona o leitor curioso de ver um pouco mais de perto as engrenagens do sistema econômico soviético. Contudo, não se deve esquecer que se trata de um livro escrito para servir de texto nas escolas secundárias da União Soviética e não para uso de especialistas. (Os grifos são meus C. F.).

«A primeira parte do «Manual tem um interesse totalmente distinto. Trata-se de uma exposição dos fundamentos de economia marxista. Para apreciar o valor de um texto desse gênero cabe compará-lo a outra obra marxista, ou melhor, ao próprio «O Capital» (Obra máxima de pesquisa, discussão e crítica do capitalismo, escrita por Marx — C. F.). Ora, uma leitura mesmo superficial logo evidencia que o «Manual», do ponto de vista de sua consciência lógica interna, é muito inferior a «O Capital».

Que prova essa crítica de C. F. ao Manual, trabalho de divulgação, escrito para estudantes secundários, ao compará-lo com a obra econômica máxima e fundamental do marxismo? Sinceramente, a mais absoluta incapacidade crítica.

Surpreende-me, pois, a razão superior que determinou a transcrição nesta revista de uma nota crítica tão... insuficiente.

Calvino Filho

À REDAÇÃO

Deixo de responder ao segundo artigo do sr. Calvino Filho — «Trotsquismo — fantasma que quer materializar-se» — porquanto o assunto, já ficou perfeitamente esclarecido pelo artigo que escrevi no n. 5, intitulado «A Verdade sobre L. Trotsky».

Aproveito para fazer uma errata a esse artigo «A Verdade sobre L. Trotsky», onde o seguinte trecho sofreu um truncamento na paginação, ficando uma frase omitida e, por conseguinte, incompreensível o sentido:

«Como se pode ver, o pensamento de Trotsky é diferente daquele que o sr. Calvino apresenta em fragmento, da mesma forma que, ignorando que não se deve mudar a ortografia de sobrenome, procura escrever com qui — Trotsqui — a fim de apresentar algo de verdadeiramente novo e original no seu artigo. Porque nem mesmo alterar os textos de Trotsky é coisa recente. Essa prática data desde a aurora do stalinismo e, durante muito tempo, o GPU transformou-a em hábito e sistema».

Moniz Bandeira

O Pensamento do Comércio

J. Carvalho

As tertúlias periódicas dos conselheiros da entidade máxima do comércio brasileiro (Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio) fornecem material excelente para o debate sobre a política econômica. Já em seu 35º número (fevereiro de 1958) o Boletim reproduz palestras de conselheiros, seguidas de debate. Entre os conselheiros estão alguns dos figurões da economia: Gudín, Bulhões, Barbosa da Silva, Roberto Campos, ao lado de outros ilustres catedráticos, como San Tiago Dantas, Temístocles Cavalcanti, etc. Uma estatística preliminar permite, contudo, apontar pelo menos que um terço dos conselheiros não se filia à corrente partidária da «entrega». Homens como Junqueira Aires, Caio Prado Jr., General Macedo Soares, Carlos Medeiros, etc. Apenas uns 4 são de fato líderes da classe.

No seu número 35, encontramos duas palestras. A primeira, do sr. Luís Simões Lopes, versando sobre «o Instituto Internacional de ciências administrativas», e a segunda, do sr. Eugênio Gudín, sobre as «Consequências econômicas das dimensões dos países». Simões Lopes descreve a realização de reuniões internacionais dedicadas ao tema. Em sua qualidade de presidente da Fundação Getúlio Vargas, pretende ser o introdutor no Brasil das mo-

dernas técnicas de administração (públicas e privadas). Vale mencionar a reivindicação expressa pelo palestrante a respeito da utilização de cérebros eletrônicos no próximo Censo de 1960, assegurando «com a utilização desses novos equipamentos e métodos de trabalho... rendimento infinitamente maior do que os processos até hoje usados». Em 1957, estamos ainda divulgando dados do Censo de 1950. E dados mal apurados e criticados. Os processos modernos permitirão a publicação em alguns meses, maior fidelidade e maior extensão do campo abrangido pelos questionários dos Censos.

A palestra do sr. Gudín trata de outra reunião internacional, esta efetuada em Lisboa. O próprio professor Gudín considera vaga e imprecisa a definição do tema da reunião. Dimensão dos países? Será população, extensão geográfica, renda «per capita», mercado? E esclarece que a Associação Econômica Internacional, nessa reunião, preferiu dar ênfase no fator demográfico, de tal modo que o Canadá e a Austrália foram englobados ao lado da Suécia e da Suíça, no grupo de nações relativamente pequenas, dada sua reduzida população.

O tema, ressalvado o cabotismo do título, é deveras interessante.

Um debate como este envolve considerações de política econômica internacional, expressa nas propostas de cada grupo de representantes para a classificação de nações em «faixas» de grandeza. A discussão transmitida pelo professor Gudín aborda alguns desses aspectos. A diferença entre nações, segundo critérios teóricos, pode permitir que se mascare determinada atitude favorável ou contrária a um grupo de nações. Assim a classificação de economias-líderes e economias-reflexas, criação do próprio professor brasileiro, absorvida no conceito de «efeito de dominação» formulado pelo professor francês Perroux, precisa de um exame cuidadoso para evitar a idéia do fatalismo da condição reflexa, ou eternização das relações de subordinação das economias mais fracas ou subdesenvolvidas. Não precisamos dizer que o professor brasileiro embarcou nas mesmas águas que os representantes das nações altamente desenvolvidas.

Várias questões técnicas compõem a palestra do sr. Eugênio Gudín. Há mesmo aspectos que só um estudo aprofundado não permitiria apreciar. Sugiro aos que têm acesso a esta publicação da CNC a leitura do trabalho do professor Gudín.

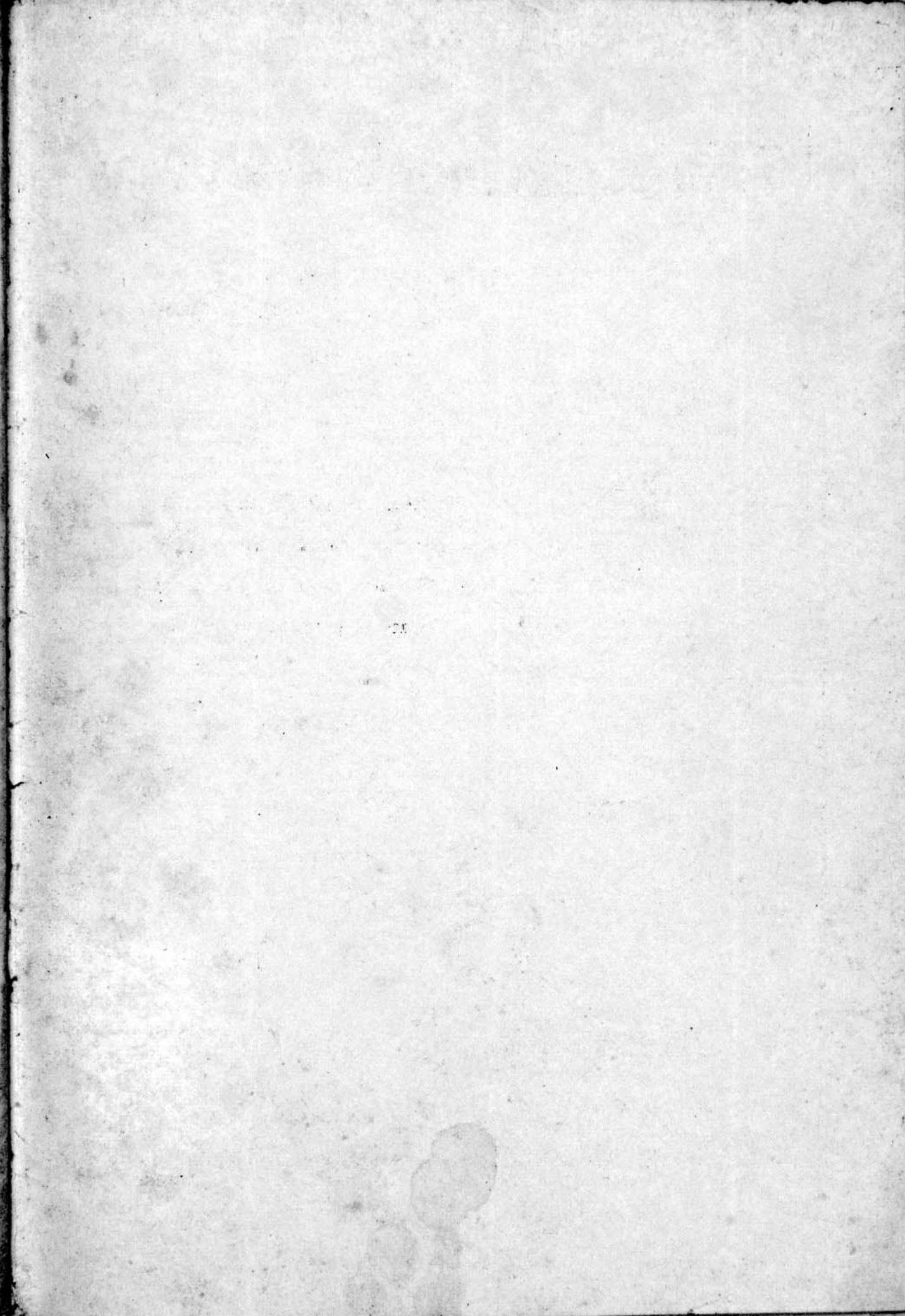
DEPOIMENTO DE IMRE NAGY

Conclusão da página 16

Os acontecimentos do último semestre mostram que a intenção de Rakosi não é a de regular essas questões mas, através da pressão sobre os camaradas,

sufocá-las, jogando um véu sobre os crimes, principalmente sobre o processo Rajk.

O desprezo da honra humana, da moral comunista e da legalidade socialista termina, sempre, muito mal...



Comunicação aos Leitores

NOVOS TEMPOS encerra neste número sua circulação, o que foi determinado pela necessidade de devolver o título, de propriedade do Sr. Calvino Filho, que desde o nº 4 já se havia retirado da direção desta revista.

Os assinantes que desejarem a devolução da quantia correspondente aos números não publicados deverão dirigir-se por carta ou pessoalmente a nossa sede até o dia 31 do corrente das 16 às 18 horas.

Alguns dos atuais redatores de **NOVOS TEMPOS**, juntamente com outros socialistas, editarão, em breve, a revista "CADERNOS SOCIALISTAS" que por entendimentos com a atual direção de **NOVOS TEMPOS**, respeitará as assinaturas feitas com esta última publicação.

NOVOS TEMPOS

Rio de Janeiro, Maio de 1958.